



Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa  
Mestrado em Comunicação

HAROLDO MOSCHETA GONÇALVES

**NARRATIVAS, IMAGINÁRIO SOCIAL E SEMIOSE NA COMUNICAÇÃO DO  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

Brasília/DF

2025

**NARRATIVAS, IMAGINÁRIO SOCIAL E SEMIOSE NA COMUNICAÇÃO DO  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Andrade  
Gomes Bicalho

GONÇALVES, Haroldo Moscheta.

Narrativas, imaginário social e semiose na comunicação do Programa  
Minha Casa, Minha Vida

Número de páginas (99 f.)

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto Brasileiro de Ensino,  
Desenvolvimento e Pesquisa, 2025.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Andrade Gomes Bicalho

1. Imaginário Social. 2. Minha Casa, Minha Vida. 3. Narrativas. 3. Semiose.

**NARRATIVAS, IMAGINÁRIO SOCIAL E SEMIOSE NA COMUNICAÇÃO DO  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

A Banca Examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

Área de Concentração: Neurociência,  
Marketing Digital e Comportamento do Consumidor.

Aprovada em: 26 de novembro de 2025

Banca de defesa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Andrade Gomes Bicalho  
Orientadora

---

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho  
Examinador - IDP

---

Prof. Dr. Rodrigo Daniel Levoti Portari  
Examinador - Externo

## **Dedicatória**

Dedico essa dissertação, à minha esposa, que me apoiou, incentivou, e teve paciência. Sem ela eu não teria conseguido.

À minha filha, que entendeu os momentos de ausência.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus. Em especial, agradeço à minha esposa e minha filha que foram a razão dessa jornada. Agradeço à minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Andrade Gomes Bicalho, que soube me guiar de forma brilhante, inspiradora e humana, durante essa jornada desafiadora. Um agradecimento especial ao Tesouro Nacional, pelo apoio institucional. Agradeço aos professores do programa, de forma especial ao Professor Dr. Phd. Edwaldo Costa, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érica Anita, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Lobão, que demonstraram uma generosidade ímpar. Agradeço aos colegas de turma, que tiveram muita paciência com um novato em comunicação, colegas que me ensinaram muito, fora das paredes da sala de aula. Agradeço aos professores que fazem parte da banca examinadora, Prof. Dr. Milton Mendonça de Souza Sobrinho e Prof. Dr. Rodrigo Daniel Levoti Portari.

## RESUMO

A presente dissertação busca investigar a disputa de poder pela significação em ambientes digitais, no contexto de políticas públicas. O objeto desta investigação é o Programa Minha Casa, Minha Vida. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Seleccionamos seis publicações digitais, segundo método de observação simples e observação sistemática. Ao longo da pesquisa, observamos de que forma as narrativas são construídas pelos diversos atores midiáticos, inclusive o próprio canal oficial de comunicação do Governo, em torno das publicações a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Investigamos a construção do sonho da casa própria no imaginário social brasileiro, e de que forma ele se relaciona com as narrativas criadas. Utilizamos a semiótica peirceana como principal suporte teórico-metodológico para atingirmos a robustez e profundidade desejadas nas análises. Por fim, analisamos imagens e textos das publicações selecionadas, que resultou em reflexões profundas a respeito da comunicação digital no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os resultados apontam para a narrativa jornalística, com caráter informativo, observamos uma narrativa fragmentada, sem coordenação estratégica articuladora. Em relação às imagens, o mesmo se repete, em alguns casos há um descolamento de significação entre o texto escrito e a imagem apresentada na publicação.

**Palavras-Chave:** Imaginário Social; Minha Casa, Minha Vida; Narrativas; Semiose.

## ABSTRACT

This dissertation seeks to investigate the power struggle over meaning in digital environments, within the context of public policies. The object of this investigation is the "Minha Casa, Minha Vida" (My House, My Life) Program. This is an exploratory and descriptive research study, with qualitative approach. We selected six digital publications using simple and systematic observation methods. Throughout the research, we observed how narratives are constructed by various media actors, including the government's own official communication channel, around publications about the "Minha Casa, Minha Vida" Program. We investigated the construction of the dream of homeownership in the Brazilian social imaginary, and how it relates to the narratives created. We used Peircean semiotics as the main theoretical and methodological support to achieve the desired robustness and depth in the analyses. Finally, we analyzed images and texts from the selected publications, which resulted in profound reflections on digital communication in the context of the "Minha Casa, Minha Vida" (My House, My Life) Program. The results point to a journalistic narrative, with an informative character; we observed a fragmented narrative, without strategic articulation. Regarding the images, the same is repeated; in some cases, there is a disconnect in meaning between the written text and the image presented in the publication.

**Keywords:** Social Imaginary; My House, My Life; Narratives; Semiosis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01 – Visualização do modelo peirceano de semiose
- Figura 02 – Pesquisa na web a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 03 – Pesquisa na web a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 04 – Pesquisa na web de 01/04/2025 a 31/05/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 05 – Referências a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 06 – Referências a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 07 – Referências a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 08 – Artigos em jornais on-line a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”
- Figura 09 – Análise de sentimentos, Ministério das Cidades
- Figura 10 – Imagem do site oficial do PMCMV
- Figura 11 – Análise de sentimentos, Folha de São Paulo
- Figura 12 – Imagem da publicação do jornal Folha de São Paulo
- Figura 13 – Análise de sentimentos, portal R7
- Figura 14 – Imagem da reportagem do portal R7
- Figura 15 – Análise de sentimentos, Jornal O Estado de São Paulo
- Figura 16 – Imagem da reportagem do Jornal O Estado de São Paulo
- Figura 17 – Análise de sentimentos, SECOM
- Figura 18 – Imagem da reportagem da SECOM
- Figura 19 – Análise de sentimentos portal G1
- Figura 20 – Imagem da reportagem do portal G1
- Figura 21 – Análise de sentimentos comparativa de todos os textos

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Narrativas segundo o suporte

Tabela 02 – Quadro dos actantes e relações

Tabela 03 – Resultado da pesquisa avançada do *Google* onde o termo “minha casa, minha vida” apareceu no corpo da publicação

Tabela 04 – Prints com os resultados das buscas na pesquisa avançada do *Google* onde o termo “minha casa, minha vida”

Tabela 05 – Lista de substituição de palavras para análise de sentimentos.

## LISTA DE ABREVIATURAS

Abrainc – Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD-ROM – *Compact Disc Read Only Memory*

CEO – *Chief Executive Officer*

COVID-19 – *(CO)rona (VI)rus (D)isease, 2019*

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FGHab – Fundo Garantidor de Habitação

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IA – Inteligência Artificial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PLN – Processamento da linguagem natural

PT – Partido dos Trabalhadores

SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO .....	13
2.	A NARRATIVA NA CULTURA DOS DADOS .....	20
2.1.	A narrativa nossa de cada dia .....	24
2.2.	A crise da narrativa .....	29
3.	A SEMIOSE DO SONHO DA CASA PRÓPRIA NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO .....	36
3.1.	A mediação na semiótica peirceana .....	36
3.2.	Uma breve visão do imaginário social .....	44
3.3.	O sonho da casa própria e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) .....	55
4.	METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS .....	67
4.1.	Percurso Metodológico .....	67
4.2.	Análise dos dados .....	77
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
5.1.	Limitações e possibilidades .....	94
	REFERÊNCIAS .....	96

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata do processo de comunicação de uma política pública, o Programa Minha Casa, Minha Vida. Investigamos a disputa de poder pela significação a criação das narrativas, a instalação do sonho da casa própria no imaginário social brasileiro, e como se constroem essas relações em um contexto permeado de grandes quantidades de dados produzidos e disponibilizados.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca investigar de que forma acontece a semiose na narrativa do sonho da casa própria no imaginário social brasileiro, por meio da comunicação digital do Programa Minha Casa, Minha Vida, pelos vários atores midiáticos envolvidos em seu processo?

Em uma quantidade de dados gigantesca, atualmente, e que tende para um crescimento exponencial no futuro próximo, Santaella e Kaufman (2021) afirmam que em devemos incorporar novas maneiras de tratar com tal escala, considerando uma visão matemática antes do contexto. As autoras colocam que as grandes empresas de tecnologia estão lidando com esses dados como uma grande experimentação, na medida que aplicam as técnicas de ciência dos dados. Esse fenômeno traz implicações para a sociedade, uma vez que surge uma nova ordem econômica que tem, como uma de suas funções, capturar os rastros das ações humanas para facilitar comportamentos futuros. Santaella e Kaufman (2021) apontam para o risco de se comprometer aspectos humanos com a evolução desenfreada dessas técnicas de Ciências dos Dados.

O surgimento de uma sociedade datificada inaugura uma nova realidade social, em que diversos aspectos da vida — como interesses, gostos e emoções — passam a ser quantificados e codificados, conforme aponta Van Dijck (2014). Ela descreve que esse fenômeno é muito valorizado por pesquisadores do conhecimento e, simultaneamente, pelo mercado. Em uma publicação posterior, Van Dijck (2017, p. 40) observa que “os metadados parecem ter se tornado a moeda corrente para os cidadãos pagarem por seus serviços de comunicação e segurança”, evidenciando que a datificação opera hoje como um novo paradigma científico e social, capaz de monitorar o comportamento humano em escala global.

A datificação, como um legítimo meio para acessar, entender e monitorar o comportamento das pessoas está se tornando um princípio central, não apenas entre os adeptos da tecnologia, mas também entre os acadêmicos que a veem como uma revolucionária oportunidade de pesquisa para investigar o comportamento humano (Van Dijck, 2017, p.41).

A autora argumenta que para as ciências sociais, a datificação fornece uma riqueza de dados jamais imaginada. Já Santaella e Kaufman (2021) afirmam que o impacto para a ciência se dá quando, aceita-se trocar a exatidão pelas relações que indicam, probabilidade de um determinado fenômeno ocorrer.

Nesse sentido, observamos o quão valiosos são os dados no cenário digital para qualquer organização e o domínio de seu ciclo de vida, coleta, armazenamento, análise e utilização se tornaram de vital importância. No contexto da comunicação, essa realidade se torna ainda mais decisiva em ambientes digitais, sobretudo em relação à divulgação de políticas públicas.

Uma política pública habitacional se diferencia de outras políticas públicas por atender uma necessidade humana de realização e posicionamento social. A política pública habitacional lida com aspectos intangíveis, como, por exemplo, o sonho da casa própria, que é muito presente na cultura brasileira.

Portanto, é fundamental compreender o panorama do sistema habitacional brasileiro e o papel que o Programa Minha Casa, Minha Vida ocupa nesse contexto. Mais do que um projeto habitacional, o PMCMV dialoga diretamente com o imaginário social coletivo (Baczko, 1985; Magalhães, 2016; Silva, 2020) construído em torno da ideia da "casa própria" — símbolo de estabilidade, pertencimento e ascensão social. A investigação desse imaginário torna-se ainda mais relevante diante das transformações sociais e econômicas que acompanham a chegada de novas gerações ao mercado consumidor.

Barros (2017) destaca que, desde o Governo Vargas, a habitação popular assumiu contornos marcadamente políticos, sendo usada como instrumento de controle social evidenciando a dupla função simbólica e disciplinadora Foucault (2025) da moradia. Nesse cenário, a casa própria não era apenas uma necessidade concreta, mas também um elemento estratégico na formação de um “trabalhador padrão”.

Kopper (2016), por sua vez, reforça a centralidade simbólica da casa própria como marcador de classe e distinção social, especialmente entre os setores médios. O autor também aponta para a influência do modelo norte-americano até a crise de 2008. Complementando essa análise, Aieta e da Costa (2022) mostram que, para as novas gerações, o ideal de sucesso e felicidade social estava diretamente vinculado ao cumprimento de uma trajetória padrão, sobretudo, conquistar a casa própria. Nos anos 1960, esse último item já era apontado como a principal aspiração dos trabalhadores brasileiros.

Atualmente, com a forte disseminação tecnológica, empresas, governos, entidades, pessoas etc., têm dedicado esforços para estarem presentes no cotidiano da vida das pessoas, estabelecendo um relacionamento que reforce a confiança e a humanização. Observamos que a

atual política pública habitacional brasileira, o PMCMV, não possui formas estruturadas de comunicação digital com seu público de interesse, o cidadão brasileiro, seja em redes sociais on-line ou sites institucionais. Em uma pesquisa exploratória, o pouco que foi encontrado diz respeito a informações dos agentes financeiros responsáveis por operar o programa ou sites de construtoras vendendo seus produtos, ambos os casos apresentam total descolamento com a narrativa do sonho da casa própria. Nos dois casos, as informações ficam restritas às regras para concessão, custos e taxas financeiras ou propaganda de uma empresa. Em contraste com a política pública habitacional, podemos observar o uso dos dados na comunicação da política de segurança pública, por exemplo. Na habitacional os dados podem ser utilizados para compor uma narrativa muito próxima da publicitária, onde o objetivo é encantar e apoiar um sonho importante, enquanto na segurança pública os dados podem ser utilizados de maneira mais estratégica, e em alguma medida sigilosos, já com foco em elaborações de arcabouços legais<sup>1</sup> para regular e nortear as forças policiais em todo o país.

Observamos que a comunicação digital de uma política pública de tal envergadura tem possibilidades de melhorias e, com o apoio desta pesquisa acadêmica, pretendemos compreendê-las.

Confirmando a importância e a abrangência do PMCMV, o Instituto Datafolha divulgou, em fevereiro de 2025 uma pesquisa<sup>2</sup> que demonstra a pertinência da temática abordada. A pesquisa revela que 93% dos brasileiros que pagam aluguel sonham com a casa própria. Considerando uma população brasileira de 212,6 milhões de pessoas, segundo o IBGE<sup>3</sup>, e que 29% estão pagando aluguel, isso significa que 61,65 milhões de pessoas são permeadas pelo sonho da casa própria. Na mesma linha, observamos grande relevância para o mercado quando se verifica que R\$18 bilhões foram destinados ao Programa no orçamento da União para 2025<sup>4</sup>.

Nesse sentido, destacamos a importância da construção da estratégia de comunicação digital para uma política pública como o PMCMV. A ausência de uma narrativa institucional baseada em dados pode expor o programa ao risco de se distanciar do valor simbólico que tem hoje, tornando-se um mero agente de financiamento e puramente técnico.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/politica-nacional-de-seguranca-publica/minuta\\_pnasp.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/politica-nacional-de-seguranca-publica/minuta_pnasp.pdf). Acesso em: 04 de abril de 2025

<sup>2</sup> Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/economia/93-dos-brasileiros-que-pagam-aluguel-sonham-com-a-casa-propria-diz-datafolha/>. Acesso em: 29 de março de 2025.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/populacao-do-brasil-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-aponta-ibge>. Acesso em: 29 de março de 2025.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2025/03/19/aposta-de-lula-para-eleicao-minha-casa-minha-vida-ganha-mais-recursos-no-orcamento-de-2025.ghtml>. Acesso em: 29 de março de 2025.

Em uma sociedade datificada, não basta apenas disponibilizar dados; é preciso comunicá-los de forma estratégica e sensível ao imaginário social do público de interesse. Van Dijck (2017, p. 46) aponta que “dados brutos” é um oxímoro pois dados não são fatos e que um conjunto de dados pode ter valor intrínseco, ainda desconhecido, que deve ser narrado. Na mesma linha de pensamento de que não basta disponibilizar dados brutos, Knaflíc (2017, p. 03) afirma que “há uma história em seus dados. Mas as ferramentas não sabem qual é essa história”.

Na pesquisa exploratória citada acima, identificamos que a comunicação digital do PMCMV possui grandes oportunidades de melhorias, reforçando a percepção da lacuna existente na estratégia de comunicação digital do PMCMV.

Em oito de abril de 2025, em reportagem do jornal Folha de São Paulo<sup>5</sup>, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reclamou de que estados vinham se apropriando do PMCMV em detrimento da gestão federal. Com essa sequência de fatos, percebemos claramente que a ausência de uma narrativa baseada em dados compromete a eficácia comunicacional esperada para uma das políticas públicas mais importantes do governo federal.

Considerando o exemplo de um fato ocorrido em quatro de abril de 2025. A ocasião, o Governo Federal divulgou medidas que alteraram a estrutura do PMCMV possibilitando o acesso de mais famílias ao programa, além de aumentar o limite do imóvel a ser financiado. Os dados foram divulgados em destaque nos principais meios de comunicação digital do país<sup>6</sup>, atestando a importância que confere uma política pública de tamanha relevância. Em consulta ao site institucional do programa<sup>7</sup>, realizada nos dias 4, 7, e 12 de abril de 2025, sempre às 23h, não encontramos nenhum dado ou notícia referente às alterações divulgadas pela imprensa.

Nossa dissertação tem como objetivo geral compreender o processo de criação de significados das narrativas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) pelos atores midiáticos envolvidos em ambientes digitais, em contraponto à construção do imaginário social do sonho da casa própria. De maneira específica, esta pesquisa tem como objetivos: a)

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/04/governo-lula-reclama-de-estados-que-se-apropriam-do-minha-casa-minha-vida.shtml> . Acesso em: 08 de abril de 2025

<sup>6</sup> Disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/renda-ate-r-12-mil-veja-o-que-muda-no-programa-minha-casa-minha-vida/>

<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/noticia/2025/04/04/minha-casa-minha-vida-para-quem-ganha-ate-r-12-mil-comeca-a-valer-em-maio-diz-ministro-das-cidades.ghtml>.

<https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/videos/minha-casa-minha-vida-governo-amplia-renda-para-r-12-mil-17339331>.

<https://noticias.r7.com/brasil/minha-casa-minha-vida-da-classe-media-sera-aberto-em-maio-diz-ministro-das-cidades-04042025/>.

<https://www.cartacapital.com.br/economia/governo-cria-faixa-4-do-minha-casa-minha-vida-para-familias-com-renda-de-ate-r-12-mil-mensais/>. Acessos em: 05 de abril de 2025.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida> . Acesso em: 04 de abril de 2025.

compreender o panorama atual da narrativa, frente à oferta crescente de dados disponibilizados nos ambientes digitais; b) compreender o conceito de imaginário social dentro de aspectos culturais, na construção da narrativa de políticas públicas; c) investigar a disputa pelo poder sígnico na semiose do sonho da casa própria como valor simbólico no imaginário social brasileiro; d) analisar os dados coletados, publicações digitais, dos atores midiáticos selecionados.

Para atingir os objetivos assinalados, lançamos mão de procedimentos metodológicos específicos. Utilizamos a observação simples e sistemática para definição e refinamento do *corpus* utilizado; como apoio, utilizamos as ferramentas *Google Trends*. Já para a coleta de dados, fomos apoiados pela ferramenta busca avançada do *Google*. O processo de seleção e refinamento do escopo do *corpus*, envolveu várias rodadas de busca com algumas experimentações. Ao final do processo selecionamos seis publicações on-line a saber: uma do site oficial do PMCMV; uma da Secretaria de comunicação da Presidência da República; uma do jornal Folha de São Paulo na versão on-line; uma do jornal O Estado de São Paulo na versão on-line; uma do portal G1 e uma do portal R7.

Como toda política pública tem em seu fim o cidadão, e existe para atender suas necessidades e aspirações, entendemos que a comunicação entre a política pública e o cidadão se torna de primordial importância para que ele perceba seus resultados e impactos cotidianos. Investigar a comunicação do Programa Minha Casa, Minha Vida, através de sua narrativa, se torna relevante, em razão do alcance e importância do programa, visto que, no imaginário social coletivo brasileiro, a casa própria se tornou um dos sonhos mais desejados.

Já sob o prisma mercadológico, as cifras por si só revelam a relevância: um programa que tem 65 milhões de pessoas como clientes potenciais e R\$18 bilhões destinados a ele no orçamento da União para um único ano, 2025<sup>8</sup> atrai a atenção do mercado como um todo pois terá um impacto direto na economia nacional.

Nesse sentido, a academia poderá preencher uma lacuna existente sobre o tema comunicação em políticas públicas pela triangulação entre estudo de narrativas, imaginário social e semiótica. Quando se trata de políticas públicas, observamos estudos acadêmicos que versam sobre avaliação e impactos dos resultados das políticas públicas ou tratam do tema da comunicação colocando a Política em questão como um objeto e não como um agente da comunicação. Através de uma pesquisa exploratória no banco de teses e dissertações da

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2025/03/19/aposta-de-lula-para-eleicao-minha-casa-minha-vida-ganha-mais-recursos-no-orcamento-de-2025.ghtml>. Acesso em: 29 de março de 2025.

CAPES<sup>9</sup>, observamos a pequena quantidade de trabalhos na área de comunicação sobre o tema Minha Casa, Minha Vida.

Nosso trabalho está estruturado em cinco capítulos, onde o primeiro é esta introdução, da seguinte forma. No capítulo dois fizemos uma abordagem geral da narrativa contemporânea, buscamos refletir sobre a datificação, um fenômeno que surge no rastro das tecnologias big data e molda de forma inédita as relações no ambiente digital (Campanella, 2021; Lemos, 2021; Santaella e Kaufman, 2021; Van Dijck, 2014; Van Dijck, 2017;). Observamos características gerais comuns a vários padrões de narrativas (Barthes, 2013; Cogo, 2016; Gomes, 2017; Kahneman, 2012; Leal, 2018; Silva, 2012), por fim, tratamos o fenômeno da crise narrativa (Benjamin, 1987; Lewis, 2018; Han, 2023).

O capítulo três aborda aspectos da semiótica do sonho casa própria, com suporte teórico-metodológico da semiótica peirceana. Abordamos seus principais fundamentos, o signo, o objeto e o interpretante, os tipos de signos ícone, índice e símbolo e suas relações com a fenomenologia da primeiridade, secundidade e terceiridade (Gomes, 2019; Netto, 1980; Nöth e Santaella, 2021; Peirce, 1877; Pinto 1996; Santaella, 2000, 2012). A mediação da narrativa do PMCMV (Aieta e Da Costa, 2022; Barros, 2017; Kopper, 2016; Teixeira e González, 2023), e como ele dialoga diretamente com o imaginário social coletivo (Baczko, 1985; Magalhães, 2016; Silva, 2020) construído em torno da ideia da "casa própria".

O capítulo quatro descreve nosso percurso metodológico e análise dos dados, destacando que o presente trabalho será um estudo de mensagem com natureza exploratória descritiva sem aplicação imediata e com abordagem qualitativa, para a coleta de dados utilizaremos como técnica de pesquisa a observação simples e observação sistemática (Gil, 2008; Martino, 2018; Proetti, 2018). O *corpus* desta pesquisa foi definido utilizando uma pesquisa exploratória com auxílio de duas ferramentas, *Google Trends* e *Palver Studio*, pesquisando o assunto “Minha Casa, Minha Vida”. Já a coleta de dados foi apoiada pela ferramenta de busca avançada do *Google*. Foram analisados os dados coletados do site oficial do PMCMV, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM, assim como as publicações de jornais dos principais veículos de informação presentes no país. Selecionamos os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, o portal G1, além do portal R7. Todos em suas versões digitais.

No capítulo cinco apresentamos as considerações a respeito da pesquisa corrente.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

Refletimos sobre as dificuldades e limitações encontradas durante o estudo, as lacunas que ficaram por preencher bem como as sugestões de trabalhos futuros.

## 2. A NARRATIVA NA CULTURA DOS DADOS

Segundo Santaella e Kaufman (2021), as grandes empresas de tecnologia são conhecidas como as filhas dos *petabytes*. Essas empresas estão tratando os dados como um laboratório da condição humana, quando aplicadas as técnicas de ciência dos dados. Esse fenômeno traz implicações para a sociedade, uma vez que surge uma nova ordem econômica que tem, como uma de suas funções, capturar os rastros das ações humanas para direcionar comportamentos futuros. As autoras apontam que as técnicas de ciências dos dados, que foram pensadas para melhorar os processos, vêm sendo cada vez mais utilizadas para manipular os sujeitos, comprometendo a característica dos seres humanos de pensar, decidir e serem agentes.

Nesse sentido, Bruno (2012) aponta que rastros digitais são vestígios de uma ação efetuada em ambiente digital, seja por sujeitos humanos ou rotinas automatizadas e, ainda na internet, o rastro acompanha necessariamente toda ação em que o ato de comunicar é peculiar, pois comunicar é deixar rastro. A autora pontua que estamos diante de uma nova grandeza informacional, viabilizada pela grande capacidade de coleta, armazenamento e processamento dessas imensas quantidades de dados, que poderiam revelar padrões nas correlações entre si. Posteriormente, Bruno, Bentes e Faltay (2019) relata que as informações mais valiosas passaram a ser, além do rastro em si, um compilado de características afetivas e emocionais que alimentam estratégias algorítmicas de previsão e indução de comportamento nas plataformas digitais e, potencialmente, fora delas.

Em uma escala tão grande de dados, somos exigidos a adotar uma abordagem totalmente diferente, pois “obriga-nos a visualizar os dados matematicamente primeiro e estabelecer um contexto para mais tarde.” Santaella e Kaufman (2021, p.215), e que “implicitamente, aceita-se trocar a causalidade e a exatidão pelas correlações que indicam, apenas, a probabilidade de um determinado fenômeno ocorrer” Santaella e Kaufman (2021, p.216). Isso significa que os processos comunicacionais e construção de narrativa são atravessados por essa lógica algorítmica, sendo necessário compreender a fundo suas particularidades.

A partir desse panorama, se torna imperativo recorrer ao fenômeno da datificação e a compreensão de banco de dados, e de que maneira os dados se tornaram ativos valiosos para as organizações nos ambientes digitais, sobretudo na produção de narrativas. Manovich (2015) propõe que, assim como o romance e o cinema alçaram a narrativa como forma principal da expressão cultural da era moderna, a era do computador trouxe seu correlato, o banco de dados, que é definido como uma coleção estruturada de dados. Em um primeiro momento pode haver

uma suposta oposição entre banco de dados e narrativa visto que os dados armazenados seriam apenas uma simples coleção de itens. No sentido mais básico, uma página *web*, um *CD-ROM*, ou um álbum de fotografias podem ser considerados bancos de dados. Nesse âmbito, foi na internet que a forma de banco de dados realmente aflorou, pois sua natureza aberta da mídia *web* permite que toda essa estrutura, um imenso banco de dados, esteja em constante mutação e crescimento. Diante disso, podemos considerar uma possível aproximação entre narrativa e banco de dados.

O “usuário” da narrativa atravessa um banco de dados e segue links em seus registros, conforme estabelecido pelo criador do banco de dados. Uma narrativa interativa (que pode, também, em analogia ao hipertexto, ser chamada de hipernarrativa) pode então ser entendida como a soma de trajetórias múltiplas por meio de um banco de dados. Uma narrativa linear tradicional é uma entre tantas outras trajetórias possíveis, ou seja, uma escolha particular feita dentro de uma hipernarrativa (Manovich, 2015, p. 14).

O autor reflete que no mundo atual das mídias ainda não se desenvolveu uma linguagem que descreva o emaranhado de novos objetos estranhos e, por isso, o termo narrativa ganha destaque. Outro termo que aparece em conjunto e com muita frequência é a palavra interativa, presume-se então que uma “narrativa interativa” seja construída por um conjunto de registros de banco de dados encadeados, que permita várias trajetórias. Porém, para encontrar critérios mínimos de uma narrativa é preciso controlar a semântica dos objetos e a lógica de suas conexões. Afinal, o meio em si não promove criação, mas o banco de dados pode sustentar uma narrativa, por exemplo em perspectiva cinematográfica, em que os registros armazenados são apresentados em determinada ordem definida por seu criador.

Já a datificação é definida como “a transformação em dados de todos os aspectos da vida em sociedade, colocando os eventos em um formato quantificável e permitindo analisar e compará-los, ou seja, transformar as atividades cotidianas em informação”. (Santaella e Kaufman, 2021, p.217). As enormes quantidades de dados disponíveis são processadas por ferramentas estatísticas e oferecem uma nova compreensão do mundo. Esses dados são coletados das mais diversas formas, a partir de sensores, navegação em sites, interações em redes sociais on-line, histórico de compras, entre outras aplicações.

Para ampliar essa discussão, Lemos (2021) refere-se à datificação da vida e a define como “(...) um processo de tradução da vida em dados digitais rastreáveis, quantificáveis, analisáveis, performativos” Lemos (2021, p. 194), e que a lógica da datificação é a lógica da vida pelos dados, colocando na ponta do sistema um usuário excitado e o mantendo atento, engajado e vinculado. O autor argumenta que a datificação está na base de outro fenômeno

correlato e que se retroalimentam, chamado plataformização.

Podemos pensar sobre plataformização ao observar uma sociedade pautada por um estilo de vida que faz uso massivo de plataformas digitais que, por exemplo, dominam o ramo de pedidos de refeições, setor de transporte por aplicativo e oferta de filmes e séries. Esses serviços são oferecidos por algumas poucas plataformas e as interações sociais acontecem cada vez mais pelas redes sociais on-line. Nesse aspecto, serviços digitais do governo não fogem à regra, em três esferas diferentes, federal, estadual e municipal, os cidadãos utilizam cada vez mais as plataformas de serviços governamentais. Assim, plataformas digitais podem ser definidas como:

infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados (Poell, Nieborg, van Dijck, 2020, p. 4).

Já a plataformização nos remete ao aspecto comportamental de serviços cotidianos nas plataformas oferecidas, podendo envolver questões culturais, sendo definida como:

a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Ela também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas (Poell, Nieborg, van Dijck, 2020, p. 2).

Assim, Lemos (2021) apresenta uma atuação conjunta de plataformas e aplicativos, resultando em processos de datificação para monitoramento de vários aspectos da vida, saúde, locomoção, habitação, entregas, educação, relacionamentos, trabalho, consumo de conteúdo e lar, como por exemplo os aplicativos *Fitbit, Waze, Uber, AirBnb, iFood, Zoom, Facebook, Tinder, LinkedIn, YouTube, Instagram, Netflix, Amazon Echo, Google Home*. Dessa forma, essas plataformas transformam praticamente todas as interações humanas em dados.

Segundo Campanella (2021. P. 286), “datificar possibilita a transformação de aspectos distantes e intratáveis do mundo em uma realidade ordenada, mensurável e gerenciável.”. O autor aborda o reconhecimento datificado em plataformas digitais e suas implicações, visto que as plataformas digitais facilitam as conexões das mais variadas formas. Com isso, as transformam em métricas e, mesmo imperceptível, elas monitoram e vigiam. Nesse sentido, trazem consequências que não deveriam ser ignoradas, além de oferecer produtos e serviços personalizados, elas podem ir muito além e fornecer ferramentas para influenciar as reações das pessoas frente a questões sociais e políticas.

A abordagem de Van Dijck (2017, p. 41) mostra a datificação como “transformação da ação social em dados on-line quantificados, permitindo assim monitoramento em tempo real e análise preditiva”, e traz questões éticas a serem observadas no que concerne à questão da vigilância. A autora aponta que os metadados se tornaram moeda de troca por serviços gratuitos. Por essa razão, as plataformas acessam rotineiramente as informações pessoais dos cidadãos e as transformam em um potencial rastreamento do comportamento humano. Em publicação anterior, Van Dijck (2014) coloca que a datificação surge, para a pesquisa científica, como uma forma revolucionária de investigar a conduta humana e pesquisadores a veem como o santo *graal* do conhecimento comportamental quando, por exemplo, estudam uma amostra onde “N=tudo” e estabelece uma relação em que:

Os metadados estão relacionados aos atos comportamentais humanos da mesma maneira que as ressonâncias magnéticas dizem respeito aos interiores do corpo: os sinais de doença nunca aparecem simplesmente na tela, mas são o resultado de uma cuidadosa interpretação e intervenção no processo de imagem (Van Dijck, 2014, p. 201).

Nesse sentido, a autora pondera que dados são objetos culturais e podem funcionar para determinar novas condições e possibilidades para os usuários, quando incorporados e integrados a um sistema social. Por fim, Van Dijck, (2014) alerta que compreender padrões exige interrogação crítica: por que procuramos certos padrões em pilhas de metadados, a interesse de quem e com que propósito? Dentre as várias questões emergentes do contexto de dados, plataformização e datificação, podemos refletir sobre a forma que os dados se relacionam com a narrativa, o ato de contar histórias, uma vez que a vida está permeada por dados das mais variadas formas.

Uma vez que a cultura de dados é um fenômeno que reflete características de seu tempo, Follain (2017) nos alerta para a questão da relação das narrativas com as inovações das mídias, artes, tecnologias, o que leva a um estrangulamento dos sistemas metodológicos de classificação existentes, pontuando que as narrativas só conhecem o tempo semiológico e que seria preciso matrizes atemporais da estrutura narrativa. Assim, na cultura de dados, narração e bases de dados se fundiram em intermináveis híbridos com novas possibilidades estéticas em que definem suas próprias narrativas, diferente daquelas que conhecemos até então. A autora destaca o fenômeno da fragmentação narrativa, em que as pequenas narrativas se expandem e temos a impressão de estar mergulhados em um mar de pequenos relatos descentralizados que se multiplicam ao infinito e, em alguma medida, não dão conta de uma totalidade de sentido.

## 2.1. A narrativa nossa de cada dia

Em uma sociedade cada vez mais datificada, a narrativa resiste. Para compreender este cenário, faremos a abordagem de alguns aspectos comuns à narrativa, como o resgate do encantamento e o flerte com o impossível, suas várias formas de apresentação, oral, escrita, por imagens, além de seu grande valor simbólico, e avançaremos para uma reflexão atual sobre uma possível crise narrativa.

A narrativa está presente em nossas vidas desde cedo, tivemos contato ela nos contos de fadas, nas terras de gigantes ou com as princesas e príncipes em um reino distante, até mesmo nas histórias de família contadas pelos avós. Pretendemos aqui apresentar alguns elementos universais da narrativa que são atemporais.

Barthes (2013) nos mostra que a narrativa possui uma aura onipresente e pode ser encontrada em tudo ao nosso redor e está presente entre outros, no mito, fábula, conto, na lenda e pode ser sustentada pela linguagem oral ou escrita, pela imagem fixa ou em movimento ou pela mistura de todas elas, está presente em todos os tempos, em todas as sociedades, todas as classes, sob estas formas quase infinitas, a narrativa em todos os lugares. A narrativa começa com a própria história da humanidade, não há, em parte alguma, povo algum sem narrativa; todos os grupos humanos têm suas narrativas.

Sob formas diferentes, encontraremos sempre a mesma narrativa, é o que afirma Campbell (2023, p. 17), “é maravilhosamente constante, e acompanhada da persistente e desafiadora sugestão de que nos resta mais por experimentar do que jamais será conhecido ou contado”. O autor discorre sobre a relação do mito, sonho e narrativa, argumenta que o sonho é o mito personalizado e que, desde sempre, os mitos humanos floresceram e são inspiração para toda a produção do corpo e da mente humana, onde a mitologia aparece como uma tentativa de explicar o mundo, moldar o sujeito ao seu grupo com um repositório de instruções alegóricas e se mostra adaptável às obsessões e exigências do sujeito, da era, da raça, quanto a própria vida. A relação do mito com ritos e cerimônias aparece de forma imprescindível uma vez que o sujeito é necessariamente uma fração da imagem do humano total, fragmentado, limitado e que a plenitude está na sociedade, no grupo, como um todo. Nesse sentido, os ritos marcam posições e etapas de um sujeito na sociedade a qual ele pertence, nascimento, casamento, iniciação, sepultamento entre outras, são exemplos de cerimônias com valores simbólicos sociais que transmitem para o grupo as antigas lições, estágios, posições, funções. A sociedade se torna visível para si mesma de forma una e imperecível enquanto os sujeitos são partes anônimas de um corpo vivo maior, assim os ritos de iniciação reforçam o ensinamento da

unidade essencial entre o sujeito e a sociedade a qual ele pertence.

Já Polyana Inácio Silva (2012) reflete sobre o modo de narrar o sujeito visível em seu meio usando a fotografia como suporte, analisando o cenário midiático nas redes sociais online, as narrativas se constroem permeadas de subjetividades, e que o sujeito quase imerso na midiatização faz uso de espaços próprios da fotografia para construção de um pensamento crítico. A autora destaca que, por meio de narrativas imagéticas, surge uma leitura sobre as relações sociais, chegando ao fetiche de exposição da intimidade cotidiana.

Em contrapartida, Cogo (2016) argumenta que o interesse das histórias está mais nos significados e menos na veracidade dos fatos e que a sabedoria como forma de relação com o outro ou com o mundo não é apenas um conteúdo objetivo ou subjetivo, além de ser inimiga da pressa e do imediatismo. A reflexão sobre os mitos mostra que em busca de uma significação e experiência de estar vivo, o homem cria suas histórias como forma de aproximação de sua própria vida interior, que o autor define como mito e afirma que “em grego antigo, os termos *mythos* e *istoria* tinham em comum o sentido do discurso ou narração, sendo que o primeiro traz noção de trama e conto e o segundo, de interrogação e exame.” (Cogo, 2016, p.106).

O caráter utilitário de uma narração aparece na obra de Walter Benjamin (1987), o autor pondera que a fonte para uma narração é a experiência que passa de pessoa a pessoa, oralmente, e as melhores narrativas escritas são as que mais se aproximam das histórias orais, ela tem sempre em si, de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio, ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis (Benjamin, 1987, p. 200).

A narrativa tem papel transformador dando à vida significado, traz embutido uma credulidade própria, carregam em si um caráter de mistério e magia, as narrações criam grupos capazes de contar histórias ao redor de uma fogueira, nos mostra Han (2023). Um exemplo é a religião Cristã, onde o calendário cristão faz parecer que cada dia tenha significado e que os rituais são práticas narrativas e trazem forte poder simbólico de abrigar o ser, “A narração é uma forma de desfecho. Ela constrói uma ordem fechada que cria significado e identidade” Han (2023, p. 12). Han observa que a narrativa necessita de um afastamento, uma certa distância que marca sua existência, onde o narrador não informa nem explica e que a aura narrativa se forma justamente aí, impregnada de distância, e as explicações evitadas aumentam a tensão narrativa contribuindo com a magia e mistério característicos de uma narração. Han nos mostra que a narração pode ter um poder de cura, quando observamos a mãe contando uma bela história

a seu filho doente, uma vez que proporciona um profundo relaxamento e estabelece uma sólida relação de confiança.

Já Lewis (2018) argumenta que boas histórias apresentam o maravilhoso ou o sobrenatural, aquilo que nos encanta, “para apreciar a leitura sobre fadas – muito mais sobre gigantes e dragões – não é necessário acreditar nelas.” (Lewis, 2018, p. 46). A história pode fazer o que nenhum teorema é capaz, e que para alguns leitores a narrativa é uma espécie de experiência religiosa. Paradoxalmente, segundo o autor, toda história fortalece o gosto pela vida real, uma viagem ao impossível nos traz de volta à realidade com prazer renovado.

Nessa mesma linha, Kahneman (2012), destaca que “uma história é sobre eventos significativos e momentos memoráveis, não sobre a passagem do tempo” (Kahneman, 2012, p. 483) e que nosso modo de assimilar uma história está baseado em sua coerência e que a quantidade e qualidade dos dados em que a história está baseada são amplamente irrelevantes, mostrando o poder da narração a despeito dos dados como ponto central de uma história.

Para um entendimento melhor de suas vidas, as pessoas desenvolvem a capacidade de criar histórias e elas são forma fundamental para expressão de valores humanos e compartilhamento de experiências, é o que pondera Cogo (2016), “A credibilidade de uma história é resultado de uma experiência legitimamente vivida, que transmita valores, esperanças, intenções, aprendizagens, escolhas entre todos os atores em contato.” (Cogo, 2016, p.102). O autor reflete que é a própria vida humana que serve de matéria prima para a narração e que a autoridade de uma experiência comunicável é construída nos eventos cotidianos e não nos extraordinários, além de coadunar com Han sobre o papel que a narrativa exerce de dar sentido à experiência humana e torná-la significativa.

A narrativa nos ajuda a experimentar o tempo, oferecendo um meio de passagem da expectativa futura para a memória. Além disso, uma vez entrelaçadas, ampliam nossa consciência sobre o presente. Através da narrativa, as pessoas lembram do que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social (Cogo, 2016).

Barthes (2013) já adiantava sobre a dificuldade de se encontrar alguma forma de classificação da narrativa diante de um universo quase infinito de formas, gêneros, línguas, linguagens, imagens fixas ou móveis, gestos, conversas etc. Nesse sentido, Gomes (2017) destaca três abordagens sobre o caráter interpretativo da narrativa, no ambiente tradicional, as narrativas eram transmitidas da mesma forma oralmente, atendendo à necessidade das crianças pequenas e que os narradores não se consideravam autores quando as narrativas receberam versões escritas, a ênfase era na narrativa. Já no ambiente moderno, as narrativas passaram a

exigir originalidade, novidade, criatividade, misturando personagens e combinando histórias de diferentes culturas e épocas, aqui a ênfase é no narrador, assim configura-se o protagonismo do emissor. Em contraponto, o autor destaca uma interpretação cooperativa gradativa autor-texto-leitor e que em geral, o texto permite várias leituras e existem diversos níveis de competência do leitor e vários leitores ideais. Gomes (2017) propõe ainda uma classificação da narrativa quanto ao suporte, que pode ajudar no seu entendimento, ele traz uma divisão segundo o suporte, oral, escrita ou audiovisual conforme tabela 1:

Tabela 1- Narrativas segundo o suporte

<b>LINGUAGEM</b>	<b>ELEMENTO CHAVE</b>	<b>ÊNFASE</b>	<b>DOMÍNIO</b>
Narrativas orais	Aqui e agora	Mensagem	Identidade local
Narrativas escritas	Metalinguagem	Transmissor	Sujeito universal
Narrativas audiovisuais	Fabulação	Receptor	Globalização

Fonte: (GOMES, 2017, p. 235)

O autor afirma que os Estudos Narrativos, como campo de reflexão teórica, são formados por quatro escolas, a) os estudos clássicos; b) os estudos míticos baseados na psicologia; c) os estudos estruturalistas; e, finalmente, d) os estudos hermenêuticos. Ainda hoje os conceitos de Aristóteles são utilizados, a intriga, o agenciamento de fatos, a noção de catarse são exemplos dos estudos clássicos extraídos da *A Poética* de Aristóteles. Os estudos míticos baseados na psicologia, descendentes da narrativa de Joseph Campbell, se ancoram no modelo em que os grandes mitos fundadores das culturas humanas seriam uma narrativa universal, eles iniciam no inconsciente coletivo, geral, para o mito cultural específico, particular, assumindo a universalidade. O aspecto estruturalista trabalha com uma escrita narrativa formada por estruturas, paradigmas e repetições universais entre as histórias, colocando em segundo plano os diferentes ambientes culturais que foram produzidas.

Pioneiros na análise das narrativas audiovisuais, os estudos estruturalistas consideram que as funções narrativas seriam menos importantes que a subjetividade dos personagens, e desde então, a noção de narrador se ampliou para uma mediação entre o leitor e o autor. Gomes (2017) traz a reflexão que a partir dos estudos estruturalistas, podemos pensar em narração com n minúsculo para informar o discurso do interior da narrativa e em Narração com N maiúsculo para a mediação das narrativas entre o emissor e o receptor e anuncia a estrutura da análise narrativa de profundidade.

Essas análises são formadas por três elementos: as relações de desejo ou de contradição;

as relações de comunicação ou de contrariedade; as relações de ação ou de complementaridade, e neles estão presentes os actantes comumente encontrados nas narrativas, o protagonista, a sociedade, o coadjuvante e o antagonista, que são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 – Quadro dos actantes e relações

<b>Relações de contradição</b>
Protagonista x Antagonista
Sociedade x Coadjuvante
<b>Relações de contrariedade</b>
Protagonista e Sociedade
Coadjuvante e Antagonista
<b>Relações de complementaridade</b>
Protagonista + Coadjuvante
Sociedade + Antagonista

Fonte: adaptado pelo autor baseado em Gomes (2017)

Segundo Gomes (2017), dependendo do tipo de narrativa os elementos assumem características diferentes, a Sociedade pode ser representada pela família ou por um par romântico ou pela própria humanidade. O Antagonista pode se passar pelas adversidades da vida ou por uma catástrofe ou ainda pela morte, doenças etc. e o narrador pode contar a história sob seu ponto de vista, como Protagonista ou Coadjuvante. O autor destaca que através dos quatro actantes, as estruturas discursivas da narrativa fazem emergir à consciência as relações humanas.

E, assim, o narrativo não é mais um gênero discursivo, centrado no passado, oposto ao demonstrativo – como entenderam os primeiros narratólogos. A estrutura narrativa engloba a discursiva: é o discurso que é um fragmento de uma narrativa. A narrativa, nessa versão ampliada, é a representação sequencial dos acontecimentos (sejam reais ou não). Sua profundidade é psicológica e universal; suas mediações são discursivas; e sua forma imediata é linguística (visual, sonora, verbal) (Gomes, 2017, p. 240).

Finalmente, os estudos narrativos hermenêuticos incorporam os conceitos dos estudos clássicos, a leitura mitológica, as classificações discursivas do estruturalismo. A tese central é a constatação de que não há diferenças estruturais entre as narrativas imaginárias e as reais, historiografia científica e narrativa ficcional.

Leal (2018) nos traz ponderações acerca da textualidade e afirma que “um texto é necessariamente o fragmento perceptível de um processo comunicacional, sem o qual não é

possível sua existência” (Leal, 2018, p. 20), o que nos leva à reflexão sobre o texto enquanto mediador. O autor reflete que a própria mediação recebe atenção protagonista onde cada texto está inscrito, “Se o texto, portanto, não é um dado (seja ele um a priori já tomado como conhecido ou um produto de um processo concluído), não apenas sua instabilidade, mas também seu caráter mediador passa a saltar aos olhos.” (Leal, 2018, p. 24).

No entanto, alguns teóricos da área da comunicação e ciências humanas (Benjamin, 1987; Han, 2023; Kahneman, 2012; Lewis, 2018) argumentam que existe uma crise narrativa em curso e podemos examiná-la para compreendermos a relação entre a construção da narrativa no âmbito do PMCMV e esse fenômeno descrito.

## **2.2. A crise da narrativa**

Benjamin (1987), no início dos anos 1900, nos apresenta um cenário em que vislumbra o que seria chamado atualmente de uma crise narrativa, onde surge o romance que rompe com a tradição oral e isso o distingue das demais formas de prosa, ele nem procede da tradição oral nem a alimenta. A origem do romance é o indivíduo isolado, o romancista segrega-se, não sabe dar conselhos e nem os receber enquanto o narrador compartilha experiências, as suas próprias colhidas ao longo da existência assim como as relatadas pelos outros, o narrador é, antes de tudo um bom ouvinte. Benjamin (1987) constata que o romance, apesar de suas origens remontarem à antiguidade, encontra na burguesia o contexto ideal para sua ascensão, a imprensa aparece como importante instrumento para isso.

Destaca-se então uma forma de comunicação que exerce uma influência decisiva na forma épica, o autor assim a define, “Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação.” (Benjamin, 1987, p. 202). A informação precisa de uma confirmação imediata de uma compreensão em si e para si, e sua difusão é responsável direta pelo declínio da arte de narrar.

Para o autor, o narrador é como uma figura que não está presente, de fato, entre nós, porém somos capazes de identificá-lo em traços grandes e simples como um rosto humano, ou um rochedo, ou corpo de um animal, e que a arte de narrar está em vias de extinção como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia inalienável, de trocar experiências. Todos os narradores recorrem à mesma fonte, que são as experiências transmitidas de pessoa a pessoa. Existem dois grupos de narradores que se interpenetram, o camponês sedentário e o marinheiro comerciante. O primeiro representa o homem que, sem sair de sua região, ganhou a

vida honestamente e conhece profundamente suas histórias e tradições, tem muito a ensinar, vem inundado de sabedoria enquanto o segundo surge do imaginário como alguém que vem de longe, foi por terras desconhecidas e tem muito a contar. Os marujos e camponeses foram os primeiros mestres na arte de narrar, o mestre sedentário e aprendiz marinheiro trabalhavam juntos na mesma oficina, conforme nos mostra: “A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendida se levamos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos” (Benjamin, 1987, p. 199). Assim, o saber do passado, trazido pelo homem do campo sedentário associa-se ao saber das terras distantes recolhidos para a casa pelos migrantes.

Nessa mesma linha a narração mostra seu senso prático, sua dimensão utilitária, que pode ser expressado por um provérbio, uma sugestão prática, uma norma de vida ou um ensinamento moral, o narrador é alguém que sabe dar conselhos. O conselho construído na substância viva da existência responde pelo nome de sabedoria. Aconselhar não é fornecer uma informação, fugaz por natureza, e sim sugerir a continuação de uma história que está sendo narrada. A sabedoria, segundo Benjamin (1987), está em extinção assim como a narrativa está morrendo e o romance seria o responsável.

Já Han (2023) afirma que vivemos em uma época pós-narrativa, estranha ao poder de vinculação característico da narrativa e a atual crise é causada pelo excesso de informações que recebemos atualmente. Essa enxurrada de informações está sufocando o espírito narrativo. Narração e informação são forças opostas, elas possuem temporalidade bem diferentes, enquanto a informação é instantânea e tem seu valor apenas em uma fração diminuta de tempo, a narração por outro lado exige certa demora, certa distância, ela é portadora do prazer daquilo que ainda está por vir, de longe, e o narrador não informa, não está em busca de novidades tal qual um repórter, as explicações evitadas aumentam a qualidade narrativa, nesse sentido as informações são a contrafigura do mistério, elemento fundacional de uma narrativa, “o mundo que pode ser explicado não pode ser narrado” (Han, 2023, p. 74).

A informatização e desenvolvimento tecnológico trazem outros contornos à informação e ao modo como a consumimos e a realidade é diluída na medida que passou a ser moldada por dados e informações. Da mesma forma, o autor destaca a importância da experiência no contexto narrativo, onde ela pode ser transmitida de geração em geração, que se traduz em sabedoria incorporada na vida como narração. Quando a vida não puder mais ser narrada, a sabedoria entra também em decadência, substituída pela técnica de resolução de problemas, embasada pelos dados e informações. O ser humano não é um ser momentâneo, não há existência de um instante para outro, todo o período entre o nascimento e a morte define sua

essência, e é daí que o ser humano moderno não encontra um ponto de apoio no mundo, da ausência da ancoragem narrativa. Quando o ser se rende às realidades momentâneas transbordando informações, não possui historicidade, não possui destino no sentido de assumir o controle de si mesmo, o tempo se esvai.

O grande e sofisticado aparato tecnológico que dispomos intensifica a atrofia do tempo e a realidade se desintegra em informações, junto com ela também a atenção também é fragmentada. As plataformas sociais digitais contribuem para a crise da narração uma vez que estimulam a compulsão pela temporalidade instantânea, as informações visuais limitadas a um período curto de disponibilidade nos expulsam da ancoragem temporal estabilizadora, típica da narrativa, “Na modernidade digital tardia, encobrimos a nudez e o vazio de sentido da vida postando, curtindo, e compartilhando permanentemente” (Han, 2023, p. 67).

O termo *Phono Sapiens*, utilizado por Han (2023), define claramente a relação entre as informações momentâneas e seu consumo pela sociedade, e que a vida está se convertendo em registros de dados desprovidos de qualquer forma narrativa. O que nos diferencia de um banco de dados é que nossa memória é narrativa, afirma o autor, enquanto nos bancos de dados ela é aditiva, cumulativa. Assim como a narração se baseia na vinculação e seleção de acontecimentos, nossa memória também é seletiva e a vida narrada será necessariamente incompleta, ao contrário das plataformas sociais digitais que estão interessadas em um registro completo da vida. Han (2023) argumenta que o *Storytelling* seria uma forma de resgate da narrativa, porém se tornou *Storyselling* no sentido que é utilizado como instrumento de venda apenas, desprovido de articulação com o poder transformador, típico de uma narração. A narração como cura aparece como uma interessante reflexão do autor,

A narração de histórias cura, na medida em que proporciona um profundo relaxamento e cria um senso de confiança básica, A voz plena e amável da mãe acalma a criança, acaricia sua alma, fortalece o vínculo e lhe dá apoio. Além disso, as narrativas das histórias infantis falam de um mundo intacto. Elas transformam o mundo em um lar familiar. Além disso, um de seus modelos básicos é a superação feliz de uma crise. Dessa forma, elas ajudam a criança a superar a doença enquanto crise (Han, 2023, p. 111).

Em um momento de uso massivo de tecnologias e aumento exponencial da produção de dados, Kahneman (2012) destaca que nosso modo de assimilar uma história está baseado em sua coerência e que a quantidade e qualidade dos dados em que a história está baseada são amplamente irrelevantes, mostrando o poder da narração a despeito das informações como ponto central de uma história. Como uma história é sobre momentos significativos, negligenciar a duração parece normal em uma narrativa, porém o seu final define seu caráter. Kahneman

(2012) defende que percebemos uma história pelo seu final, a história de 60 anos de vida ruim com os últimos cinco anos sendo um final muito bom, será percebida como uma vida boa em sua totalidade, ao contrário, a história de 60 anos de vida boa com os últimos cinco anos sendo um final muito ruim, será percebida como uma ruim boa em sua totalidade. Ele destaca que as narrativas e as lembranças seguem as mesmas regras e possuem características comuns essenciais, nosso cérebro compõe histórias e as retém para futuras referências, diferentes das informações momentâneas apresentadas por Han (2023), que se perdem após o instante de seu consumo. O autor defende que ao nos importarmos com as pessoas, estaríamos preocupados com a qualidade de suas histórias e não necessariamente com seus sentimentos, conforme segue:

De fato, podemos ficar profundamente comovidos até com eventos que mudam histórias de pessoas que já morreram. Sentimos pena de um homem que morreu acreditando que sua esposa ainda o amava, ao saber que teve um amante por muitos anos e continuou com o marido apenas pelo dinheiro. Sentimos pena do marido mesmo ele tendo vivido uma vida feliz. Sentimos a humilhação de um cientista que fez uma importante descoberta que se mostrou falsa depois que ele morreu, mesmo que não tenha sofrido a humilhação. O mais importante, é claro, todos nos importamos intensamente com a narrativa de nossa própria vida e queremos muito que seja uma boa história, com um herói decente (Kahneman, 2012, p.483).

Já Lewis (2018) argumenta que, atualmente, a história em si é quase sempre ignorada e é tratada exclusivamente como meio de fornecer oportunidades para a delimitação de um personagem, em linha com o fenômeno de crise narrativa discutido aqui. Diferente das informações, que carregam certa credibilidade, as boas histórias apresentam o maravilhoso ou o sobrenatural, aquilo que nos encanta, “para apreciar a leitura sobre fadas – muito mais sobre gigantes e dragões – não é necessário acreditar nelas.” (Lewis, 2018, p.46). Ele destaca que existem formas de literatura onde as histórias são meramente meios para outra coisa, por exemplo, o romance de costumes, neles a história só existe por causa dos personagens ou crítica social, em linha com Benjamin (1987), que apontou o surgimento do romance como o início do declínio da narração.

Por outro lado, a narrativa jornalística apresentaria a tentativa de coexistência da informação com o contar histórias. Motta (2004) reflete sobre o tema e pondera que o texto narrativo não é a história em si, mas aquele que a transmite. Assim, vários textos em diferentes estilos poderiam contar a mesma história, e que existem muitas semelhanças e distinções, muitas vezes entrelaçadas, entre narração e descrição. A princípio, o jornalismo estaria alicerçado na descrição como uma representação de um momento único, temporalmente suspenso, estático, que busca a realidade, muitas vezes pelo excesso de informações de

verossimilhança, onde cria o efeito de real mais que estimula imaginários. O autor assevera que a questão principal parece não estar nas qualidades ou estilos dos textos, mas na relação entre texto e imaginário, trazendo luz à figura do receptor como peça fundamental para compreensão daquilo que se põe como narrativa jornalística, assim, o jornalismo, com uma significação cultural, se configura como narrativa da contemporaneidade. Para ilustrar, ele exemplifica que mesmo em notícias que trazem temas difíceis com pouca subjetividade, estão permeadas de fragmentos narrativos:

quando um jornal anuncia em linguagem objetiva no duro noticiário de economia que o presidente do Banco Central vai manter ou modificar as taxas de juros, a matéria vem recheada de pequenos depoimentos de empresários ou de assalariados que relatam como a medida afeta seus negócios, suas empresas, suas vidas. O “fato duro” é inserido no drama da vida e as fotos que ilustram tais reportagens mostram quase sempre homens e mulheres, seres humanos afetados pela medida. E assim, suavizam a hard news com uma pitada de soft news, narrando no meio da descrição, aproximando o leitor da obra e fornecendo-lhes pistas discursivas indutoras da narratividade para que ele, leitor, realize as experimentações éticas e morais. (Motta, 2004, p. 12)

Com isso, Motta (2004), sugere a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas, assim, a força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria na compressão da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de mediar a relação entre um mundo temporal e ético com um mundo redefinido pelo ato de leitura, revelando-se como uma nova configuração da cultura contemporânea, onde na leitura das notícias cotidianas, o leitor reinterpreta o mundo em que se encontra inserido.

Nesse contexto, Mora (2016), mostra que a narrativa ativaria uma capacidade imaginativa, se relacionando com a imaginação social, o que equivaleria a um processo cognitivo por meio do qual se coloca uma situação de ação imaginada em relação a um contexto hipotético que dá significado a essa situação de ação e antecipa seu desdobramento.

Visto o estado da arte sobre narrativas, podemos avançar sobre as formas que se estabelecem intersecções entre políticas públicas e narrativas, Santano (2022), apresenta uma disputa narrativa acerca do sistema eletrônico de votação Brasileiro, voto eletrônico aqui entendido como uma política pública direcionada a manutenção da democracia e estabilidade dos sistemas políticos por meio de fortalecimento da confiança dos cidadãos nos resultados dos pleitos eleitorais. O dilema se dá com a ascensão de uma narrativa que capturou o verdadeiro debate em torno do sistema eletrônico de votação Brasileiro, que é a melhoria do sistema, direcionando-o para um posicionamento político partidário, transformando-o em desinformação. Segundo Santano (2022), desde 2018 há um ambiente com grande quantidade

de desinformação sobre o tema, tal narrativa busca conduzir a opinião pública para a desconfiança a respeito das urnas eletrônicas e, conseqüentemente, os resultados das votações produzidos por elas, ao invés de fomentar o verdadeiro e real debate em torno das melhorias dos sistemas como um todo. Essa narrativa baseada em desinformação foi alicerçada por altas autoridades Brasileiras, neste caso pelo próprio Presidente da República.

Giroto (2019) traz uma provocação à reflexão quando questiona: Pode uma política pública mentir? Onde argumenta que um importante debate narrativo acontece na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental. A disputa em questão é pela narrativa da qualidade educacional, historicamente, conceito alvo de diferentes narrativas que segue em constante disputa.

Enquanto grupos empresariais, como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Todos pela Educação, são unânimes na defesa da base, difundindo o discurso da igualdade de oportunidades que a ela pode proporcionar, associações científicas, profissionais, movimentos sociais e de trabalhadores apresentam diversas críticas ao documento, apontando as desigualdades das condições de ensino e aprendizagem às quais estão submetidos milhares de professores e alunos em todo o país (Giroto, 2019, p. 2).

De acordo com Giroto (2019), de um lado, os defensores da BNCC ponderam que ela conta com uma política pública educacional adequada para garantir a qualidade da educação, a definição de direitos de aprendizagem, relacionados a competências e habilidades específicas, a serem desenvolvidos nas escolas do país, é o ponto central desta narrativa, que poderia garantir avanços na qualidade educacional. Por outro lado, os críticos da BNCC mostram que, no documento, o conceito de qualidade pouco aparece, assim como as variáveis que mais impactam no processo de ensino-aprendizagem, e que essa ausência pode revelar a pouca disposição dos defensores da BNCC em estabelecer um debate democrático e amplo sobre o que seria necessário para a evolução do direito à educação para todos no país, de maneira efetiva. No entanto não é possível desvincular o debate sobre a qualidade educacional do contexto socioeconômico, é preciso compreender a relação entre a narrativa da qualidade, apresentada pelo setor empresarial e o contexto econômico.

Thé e Santos (2019), nos trazem uma abordagem narrativa para um contexto de políticas públicas como um possível recurso avaliativo. Ganha protagonismo a intenção de compreensão dos sentidos, das significações e ressignificações contidas nas relações sociais. Destaca-se a importância da narrativa para compreensão de uma política pública, seja a narrativa dos participantes, demandantes ou gestores, a forma como elas dialogam entre si. Desse modo, a abordagem narrativa foi utilizada para construir e reconstruir trajetórias que mediassem o

coletivo e o individual, de forma que revelassem uma outra perspectiva para olhar a cidade política pública.

### 3. A SEMIOSE DO SONHO DA CASA PRÓPRIA NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Conforme foi abordado anteriormente, um dos aspectos fundamentais da narrativa contemporânea é seu papel mediador (Gomes, 2017; Motta, 2004). Para compreendermos esse papel, precisamos recorrer aos conceitos da semiótica peirceana, pois a mediação é fruto dos processos sýgnicos envolvidos na construção e disseminação das narrativas, sobretudo pela apropriação de um emaranhado de dados fragmentados ou bancos de dados disponíveis. Nesse contexto, o entendimento da mediação na criação de narrativas pode contribuir também para elucidar sua conexão com o imaginário social, aspecto primordial apontado por Motta (2004).

#### 3.1. A mediação na semiótica peirceana

Na visão peirceana, “semiótica é sinônimo de lógica, sendo uma ciência que trata das leis de evolução do pensamento na produção e transmissão de significado.” (Gomes, 2019, p. 123). A semiótica é uma ciência que está fundada em três princípios, lógica, ética e estética. onde a ética define a ação, que é sempre modificada pela lógica, buscando o ideal de perfeição da estética. Santaella (2012) afirma que semiótica é a ciência dos signos e vai além:

é a ciência que tem por objetivo de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, tem por objetivo exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado e de sentido (Santaella, 2012, p. 19).

Nöth e Santaella (2021), mostram que a palavra semiótica tem origem no grego antigo, onde *seméion* significa “signo”, e propõem uma definição mais abrangente e condizente com seu propósito.

Em uma primeira definição, podemos dizer que a semiótica é a ciência dos sistemas e dos processos sýgnicos na cultura e na natureza. Ela estuda as formas, os tipos, os sistemas de signos e os efeitos do uso dos signos, sinais, indícios, sintomas ou símbolos. Os processos em que os signos desenvolvem o seu potencial são processos de significação, comunicação e interpretação (Nöth e Santaella, 2021, p. 1).

Para Souza (2006), a semiótica não é uma peça aplicada à realidade. A semiótica trata de um processo de aquisição de saberes, onde, o saber pode ser pensado como uma pesquisa infinita. Por isso, a noção de falibilidade surge no íntimo da semiótica peirceana. Dessa forma, o movimento conduz as relações dos signos. O signo não é imóvel e estável em uma estrutura.

Assim, percebemos um fluxo no tempo, onde se instaura o processo de aprendizagem de novos saberes.

Para examinarmos os pilares da semiótica peirceana: o Signo, o Objeto e o Interpretante, recorreremos a alguns autore(a)s disponíveis. Santaella (2000) diz que esses três elementos formam uma relação triádica como uma forma ordenada de um processo lógico. Sobre o signo, Santaella (2000) relata que uma das formas, a mais simplista segundo a autora, de se entender o signo pode ser alguma coisa que representa algo para alguém. Outra forma, seria entender o signo de forma mais geral, mais abstrata e formal. Desse modo, o signo seria capaz de “abranger todo e qualquer fenômeno que revele um comportamento passível de se enquadrar na relação lógica estipulada por essa definição, seja o fenômeno de que tipo for, cósmico, estelar, físico, orgânico, celular, psíquico etc.” (Santaella, 2000, p. 13).

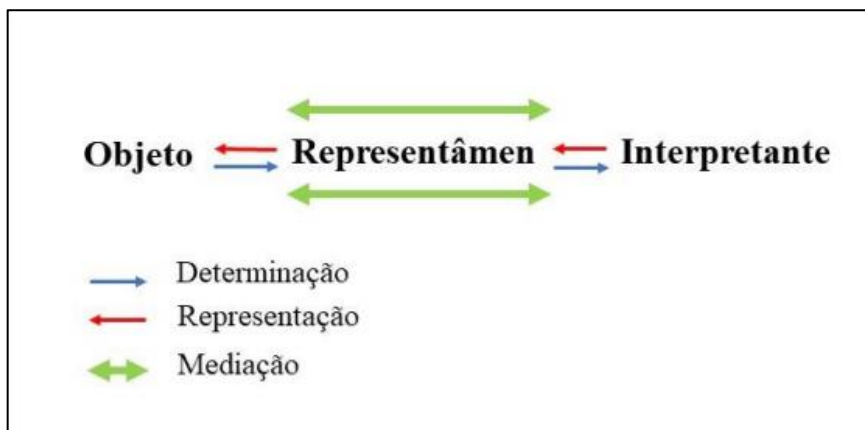
Souza (2006) define o signo como um dado de consciência, levando a mais uma aquisição de saber. O signo pode ser considerado uma coisa que representa uma outra coisa, neste caso, seu objeto. “Ele representa seu objeto para um intérprete, e produz na mente desse intérprete alguma outra coisa que está relacionada ao objeto, mas pela mediação do signo.” (Souza, 2006, p. 3). Assim, o signo está em uma relação triádica de significação e pode ser chamado de *representamen*<sup>10</sup>.

Já Nöth e Santaella (2021) argumentam que os signos são mediadores entre os homens e as coisas, um signo se refere a algo diferente de si mesmo, que pode ser chamado de objeto na semiótica peirceana. Dessa forma, um signo “refere-se a, representa ou indica o seu objeto. Objetos de signos não são necessariamente “coisas”, quer dizer, objetos materiais. Os signos verbais amor ou unicórnio também representam objetos.” (Nöth e Santaella, 2021, p. 15). Os signos materiais representam experiências humanas conhecidas por nós, os signos não materiais, ou verbais, representam objetos de ficção, fora do universo das “coisas” existentes, porém “existe no universo das ficções da pintura, das esculturas e das obras literárias.” Gomes (2019) propõe na figura 1 um diagrama que esclarece essa relação.

---

<sup>10</sup> “o *representamen* é um signo primeiro. Ele não remete diretamente ao objeto representado que é um segundo. Para representá-lo, ele precisa da mediação do signo do pensamento, o interpretante que é um terceiro. Logo, não existe uma relação estreita entre signo e objeto; o signo só representa um objeto via interpretante que pode também se tornar um outro *representamen* que convoca outro interpretante que o levará a outro objeto e assim por diante.” (Souza, 2006, p. 3)

Figura 1 - Visualização do modelo peirceano de semiose.



Fonte: Gomes (2019) página 124.

Gomes (2019), complementa, com o conceito de mediação de Peirce, onde um signo é, em alguma medida, aquilo que representa algo para alguém, entendendo a semiose como um processo de interpretação interminável, onde o significado de um signo sempre será outro signo, e assim sucessivamente. Dessa forma, a autora afirma que o processo de semiose é um processo de mediação, em que um signo sempre produz um significado em alguma mente, humana ou não, para representar o objeto que o determinou. A semiose acontece por meio do relacionamento lógico entre signo (representâmen), objeto e interpretante, formando as operações semióticas de determinação, representação e mediação, conforme mostrado na figura 1.

Pinto (1996), faz uma analogia com a informática e diz que o signo poderia ser a interface que determina a mediação entre um usuário e os objetos que este usuário manipular, entretanto faz um alerta em relação ao processo que seria infinito:

a recursividade implícita na caracterização do interpretante como signo. Se o signo cria um interpretante ao se referir a um objeto, e se o interpretante criado é também um signo, este interpretante deve criar um outro interpretante numa relação em que o primeiro signo-interpretante vai se referir ao primeiro signo como seu objeto, e assim por diante, criando uma cadeia infinita em que cada signo vai se referir ao anterior como seu objeto e criar um signo posterior como seu interpretante (Pinto, 1996, p. 89).

Segundo Pinto (1996), os signos são objetos e os objetos são signos, mostrando que o objeto não é uma coisa, mas uma coisa com significado. Entretanto nenhum signo consegue representar seu objeto de forma integral e definitiva, poderá fazê-lo em alguns aspectos, levando a crer que qualquer objeto requer um conjunto de signos que a ele se referem, para representá-lo. Surge então o terceiro elemento nesta relação, o interpretante, que marcaria o processo de

semiose. A semiose seria uma forma de pensar assentada na relação triádica, a partir da mediação entre um sujeito e um objeto através de um signo do objeto.

Como os objetos são também signos, vários objetos se referem a outros objetos, criando uma teia de significação em que se cruzam, em todas as direções, signos, objetos e interpretantes. Pegue-se, por exemplo, uma definição de dicionário: define-se uma palavra em termos de outras palavras e cada vocábulo na definição pode também ser definido por uma definição que lhe diz respeito, e assim por diante. Um terceiro aspecto da caracterização acima é a dinâmica do processo. Em outras palavras, o sentido não é algo que é dado e nunca é uma relação estática (isso é aquilo), mas é, sim, algo que é constantemente produzido a partir de algo que foi produzido a partir de algo. A importância do terceiro termo da relação fica, assim, evidente. O interpretante é responsável pelo deslizamento do sentido no processo de sua produção. Esse processo recebe o nome de semiose (Pinto, 1996, p. 89).

Já Nöth e Santaella (2021), afirmam que o objeto de um signo não seria, fundamentalmente, algo material e existente, aquilo que normalmente nomeamos de “coisa” existente e concreta, como um cachorro. Poderia perfeitamente ser uma ideia, por exemplo, o objeto de palavras como amor ou felicidade são sentimentos, ideias ou conceitos. Assim o objeto de um signo, será incompleto e parcial, com relação aquilo a que o signo se refere.

os signos, com a exceção parcial de signos autorreferenciais, diferem daquilo que eles representam. O signo não é o objeto. A palavra não é a coisa, e o mapa não é o território. Do insight de que os signos e os objetos são coisas essencialmente distintas, alguns pensadores sobre a natureza dos signos têm tirado a conclusão de que o mundo dos fenômenos é dividido em duas esferas, a esfera dos signos e a dos objetos. “O mapa não é o território” é um dos teoremas com o qual uma tal divisão do mundo em signos e não signos encontra uma expressão popular. O mapa é o signo e o território é o objeto do signo (Nöth e Santaella, 2021, p. 18).

Na mesma linha, Santaella (2000) afirma que não se deve confundir objeto com coisa, a ideia de objeto é mais complexa do que sua identidade que poderíamos entender por coisa. O objeto seria algo diverso do signo e que determina o signo. Já o signo representa o objeto e determina sua representação. Entretanto, o que é representado no signo não corresponde totalmente ao objeto. Sendo só uma parte ou aspecto dele, dessa forma, existem outras partes ou aspectos que o signo não compreende completamente.

Para Pinto (1996), a existência de alguma coisa não depende de ela ser vista ou percebida por um indivíduo, essa coisa se torna um ser independente da mente. Cada coisa que existe é totalmente singular. Toda caracterização, ou nomeação não é dela, mas de quem a nomeia ou a caracteriza, e seria uma objetivação. Tal objetivação leva, a uma abstração da coisa e sua representação conceitual. Portanto, o autor afirma, que essa abstração é a base do que pode ser chamado de objeto, “O objeto seria, destarte, a coisa abstraída, ou a coisa percebida, ou a coisa

significada, mas não a coisa-em-si.” (Pinto, 1996, p. 89). Ademais, ser uma abstração é o ponto primordial do objeto, caso contrário, só existiriam objetos que são coisas, o que não é verdadeiro. Toda ficção, mito, regra matemática, podem ser objetos não-coisa. Em todos eles não há existência material, e isso não impede que sejam conhecidos, pensados, discutidos, manipulados.

Já sobre o interpretante, dentro da tríade proposta por Pierce, Souza (2006) traz que “o interpretante é o signo mediador do pensamento, um terceiro, que permite relacionar o signo apresentado ao objeto que ele representa” (Souza, 2006, p. 3), conforme apresentado na figura 1. O signo, não leva imediatamente ao objeto representado, para isso, ele necessita da mediação do signo do pensamento, o interpretante. Portanto, não há uma relação direta entre signo e objeto

o signo só representa um objeto via interpretante que pode também se tornar um outro representamen que convoca outro interpretante que o levará a outro objeto e assim por diante. Aí está o princípio da semiose ilimitada que se torna possível pelo fluxo temporal dos interpretantes. É o processo da interpretância que nos permite captar um processo de significação como um todo (Souza, 2006, p. 4).

Gomes (2019, p. 19) acrescenta que “o signo (*representâmen*) estabelece mediação entre o objeto e o interpretante, este último se torna elemento mediador da tríade sígnica subsequente e, assim, sucessivamente.”. O interpretante é um novo signo por natureza, conseqüentemente é considerado o mediador que dá vida à semiose. A semiose seria formada por vários interpretantes sucessivos, que tendem ao infinito, impedindo que o ciclo, ou tríade, Signo-Objeto-Interpretante, se feche. Isso, porém, leva a uma incompletude conceitual que modela os processos de associação sígnica.

Sobre informação, Nöth e Gurick (2011) apontam que em alguma medida o processamento de informações pode ser uma semiose, ou seja, uma mediação. O conceito de informação estaria ligado à interpretabilidade de um signo. Informação poderia ser definida, a partir do estudo semiótico, como a quantidade de significação que um signo possui.

Para Netto (1980), o interpretante seria uma imagem mental extraída da relação triádica de signo, “o signo cria algo na mente do intérprete, algo que por ter sido assim criado pelo signo foi também criado de modo mediato e relativo pelo Objeto do signo. A esta criação do signo-objeto dá-se o nome de Interpretante” (Netto, 1980, p. 70).

Santaella (2000) diz que o interpretante é criado pelo próprio signo, há um poder do signo para determinar o interpretante, como signo do mesmo objeto. Os três elementos da tríade são signos e são diferenciados pela ordem lógica que aparecem na relação

não só o signo, mas também o objeto. assim como o interpretante são todos de natureza sónica. Ou seja, todos os três correlatos são signos, sendo que aquilo que os diferencia é o papel lógico desempenhado por todos eles, na ordem de uma relação de três lugares. (Santaella, 2000, p. 17)

Quando Santaella (2000) coloca que os signos transmitem noções para as mentes humanas, porém, nem todo *representamen* deveria fazer isso, a autora aponta para que a relação sónica não fique subordinada à necessidade de um interpretante mental. Assim, uma perspectiva futura de existência seria suficiente, sendo desnecessário que o Interpretante realmente exista.

Santaella (2000), destaca o papel daquilo que chama de experiência colateral, como a familiaridade do intérprete com aquilo que o objeto representa. Logo, seria preciso uma intimidade internalizada, com aquilo que o signo denota, uma experiência prévia do objeto individual, “A informação, adquirida colateralmente (quase sempre por intermédio de outros signos), é a experiência de um contexto insistente, comum ao signo, ao objeto. e ao interpretante” (Santaella, 2000, p. 149).

Para Gomes (2019), a experiência colateral leva ao encadeamento de signos na construção de uma teia em constante expansão, o que impede o fechamento da semiose, assim a experiência colateral seria condição necessária à semiose.

Isso acontece porque a capacidade representativa do signo é limitada por sua impossibilidade de abarcar todo o objeto que o determinou, o que demanda a associação de outros signos na formação do interpretante por meio da experiência colateral. Esta diz respeito à familiaridade prévia com o objeto que denota o signo, condição necessária à semiose, que opera por proximidade e alteridade com o objeto (Gomes, 2019, p. 20).

Nöth e Santaella (2021), mostram que para ser objeto do signo, é necessário que tenhamos familiaridade colateral com ele. O signo apenas representa o objeto, ele não produz familiaridade ou reconhecimento desse objeto. O objeto do signo implica uma intimidade que possa veicular alguma informação subsequente sobre ele.

Segundo Pinto (1996), estar vivo é computar, processar informações que chegam a todo tempo, o que resulta na construção cognitiva do ser humano. O ser humano possui a capacidade de generalizar, e, portanto, prever. Ao ver o céu carregado de nuvens escuras, pode prever que vai chover, baseado na generalização que nuvem escura é sinal de chuva. A capacidade de generalizar poderia ser chamada de processamento de signos, dessa forma o homem seria um animal semiótico, que pode usar uma informação para prever o futuro estado das coisas. Pinto

(1996) propõe que generalização equivale ao conceito de signo, é assim que lidamos com a “informação”, só temos acesso ao mundo das coisas através dos signos, e com sua manipulação conseguimos alterar nossa realidade.

Santaella (2000) pondera que os signos, por sua vez, se classificam de três formas básicas: ícones, índices e símbolos. Ícone, quando se relaciona com seu objeto por semelhança ou alguma qualidade; Índice, quando há uma relação existencial com seu objeto, de fato uma conexão; Símbolo, quando a relação se estabelece na dependência de um caráter geral, uma regra, uma lei.

Nöth e Santaella (2021), afirmam que os signos de qualidades são ícones, as imagens são ícones. Um ícone, ou signo icônico, é um signo que tem alguma semelhança com o seu objeto, sendo, dessa forma, apenas uma possibilidade, uma hipótese de existência de um signo, posto que um signo concreto seria sempre um signo singular. Os ícones, entretanto, não são apenas visíveis, como as imagens reais, podem resgatar imagens mentais, por exemplo, cheiros e sabores, criando imagens olfativas ou gustativas. Por essas razões, o signo icônico faz parte da primeiridade, enquanto fenômeno descrito por Pierce.

Sobre os signos índice, Nöth e Santaella (2021) colocam que um signo é índice na medida em que exista uma ligação física, existencial, com o seu objeto, seja no espaço ou no tempo, ele puxa para si a atenção imediata do seu intérprete para o objeto, assim, formam, signo índice e objeto, um par orgânico. Os signos indiciais participam da categoria de secundidade por se tratar de uma relação existencial, aqui e agora, entre *representamen* e objeto.

Já sobre os signos símbolo, Nöth e Santaella (2021), destacam que existe uma relação arbitrária entre *representamen* e objeto, dependente de convenções sociais, regras, hábitos ou leis. Um símbolo seria um tipo de signo que se refere ao objeto, em razão de uma lei, um conjunto de ideias gerais. Dessa forma, um símbolo não pode indicar uma coisa específica, singular, ele denota um tipo de coisa, além de, ele próprio ser um tipo e não uma coisa em particular, ou seja, a concepção do símbolo é pura abstração. O símbolo é o signo que participa da categoria de terceiridade, portanto, mediadora da terceiridade

Pinto (1996) ressalta que é necessário pensar sobre a maneira que acontece a percepção do objeto através do signo, desse modo surgem as noções de primeiridade, secundidade e terceiridade que são as três categorias da experiência. A primeiridade seria um exemplo da experiência dos aspectos simplesmente sensoriais do objeto, não reflexiva, não pensada, sem nenhuma relação comparativa, sem implicar uma relação binária de qualquer ordem. Dessa forma a experiência da primeiridade seria dificilmente capturável. Na medida em que se presta atenção no objeto e ele se forma em nossa mente, o objeto será percebido como um outro, um

segundo, essa experiência do outro estaria na ordem da secundidade, tem um caráter de singularidade que a coisa apresenta. A terceiridade apresenta um caráter de representação mediadora, se afastando da singularidade do objeto e tendendo à generalização, à abstração, assim, o signo cachorro representa um objeto abstrato, uma generalização dos indivíduos com características semelhantes, não é possível determinar se é caramelo, branco ou marrom, feminino ou masculino, vira-latas ou de uma determinada raça.

Para Gomes (2019), a primeiridade, é um fenômeno que surge como uma mera possibilidade, uma sensação. A secundidade, por sua vez, leva à existência, produzindo um elo entre causa e efeito. Já a terceiridade seria a mediação da relação entre o ato que deu a causa e seu efeito, uma ação governada por alguma lei ou vontade arbitrária. Assim sendo, nota-se uma conexão entre os fenômenos que constitui a ação sígnica. “Isso mostra que uma categoria está ligada à outra, formando o conceito de mediação de Peirce, que está empiricamente atrelado à sua noção de signo.” (Gomes, 2019, p. 124)

Para Netto (1980), as três categorias, denominadas primeiridade, secundidade e terceiridade são os fenômenos descritos por Pierce. A primeiridade engloba o nível de sensações e de qualidades, o ícone. A secundidade diz respeito ao nível da experiência, da coisa material, física ou do evento fático, é o caso do índice. A terceiridade está relacionada à mente, ao pensamento, à razão, o símbolo.

Esta concepção de signo recobre a descrição inicial na qual um signo assumia uma relação com um Objeto e um Interpretante, mas desenvolve-a ao apresentar o signo com um Primeiro (Primeiridade, nível do sensível), o objeto como um Segundo (Secundidade, nível do evento) e o Interpretante como um Terceiro (Terceiridade, nível da razão) (Netto, 1980, p.65).

Na mesma linha, Nöth e Santaella (2021), complementam que a primeiridade é a categoria considerada independentemente de outra coisa, não é determinada por outra coisa, os fenômenos são apenas possibilidades pois ainda não existem ocorrências, “Esses fenômenos aparecem na percepção imediata das coisas, antes de que elas sejam associadas a qualquer outro fenômeno.” (Nöth e Santaella, 2021, p. 42). É a categoria do imediato, da independência, do frescor, do sentimento sem reflexão. Já a secundidade se inicia na relação entre um primeiro e um segundo fenômeno, é a categoria bifacetada dos fenômenos, é aquilo que existe, a categoria dos fatos no seu aqui e agora. A Terceiridade aparece como a categoria da semiose e dos signos, da representação, comunicação, das leis, regras, do hábito e da síntese. É na terceiridade que surge mediação de um terceiro entre um primeiro e um segundo.

Souza (2006), acrescenta que o primeiro é um signo participante e imediato, não há

relação com outro ele é iniciante, original, fresco e livre não pode ser pensado, não há qualquer reflexão. A secundidade é a categoria da existência, do fato. Quando a qualidade se incorpora e passa a existir, de alguma forma, em algum lugar, em relação a alguma coisa, ela passa para a categoria da secundidade. No instante em que o sentimento é identificado, relacionado a algum fato, ele se torna segundo, particular e passa a existir. A terceiridade é a categoria da regra geral, da lei. A terceiridade aproxima o primeiro e o segundo. Ela é o pensamento em signos, na medida em que se interpreta as relações constituídas entre os signos, é um signo mediador entre o intérprete e os fenômenos.

O percurso sgnico (...) caminha da primeiridade passando pela experiência da secundidade até chegar à argumentação da terceiridade. E essa terceiridade sempre pode voltar à primeiridade, à zona das qualidades, do sentimento, das sensações, para poder confirmar ou desalojar o processo de simbolização que foi inferido do signo (Souza, 2006, p.9)

Com isso, navegamos pelos principais conceitos da semiótica peirceana, que será nosso suporte teórico-metodológico.

A narrativa se mostra presente em uma sociedade datificada, ou em contextos de políticas públicas, ou ainda eventualmente em crise, fragmentada permeando nossos dias e momentos, presente nos ambientes digitais. As relações sgnicas e suas representações que surgem dessas narrativas, fazem parte de um importante elemento para a formação de um imaginário social. Com isso, investigar o imaginário passa a requerer especial atenção.

### **3.2. Uma breve visão do imaginário social**

Para Baczko (1985), é através da produção dos signos que o imaginário social se torna compreensível e comunicável, em que se realiza a reunião das representações coletivas em uma linguagem. As representações coletivas exprimem, em alguma medida, um estado do grupo social, traduzem a sua estrutura e a maneira como ele reage frente a determinado acontecimento, perigo externo ou violência interna, há uma relação profunda e inevitável entre o comportamento e a representação coletiva. Assim, os imaginários sociais acomodam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento. Destaca-se entre as múltiplas funções que competem ao imaginário na vida coletiva, o exercício do poder, em especial o poder político, dessa forma, o domínio do imaginário e do simbólico se torna um lugar estratégico.

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potencia “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras (Baczko, 1985, p. 298-299).

Baczko (1985) complementa que, se abriga, no centro da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduz os princípios legitimadores do verdadeiro poder e dos modelos formadores do cidadão. O domínio das técnicas de manejo dos imaginários sociais, assume prioridade sobre qualquer reflexão teórica. Ao gerar um sistema de representações que, ao mesmo tempo, traduz e legitima a sua ordem, qualquer organização social aloja também guardiões deste sistema. Eles dominam a técnica de manejo das representações e símbolos, no entanto, em alguns casos, tanto o imaginário social como as técnicas do seu uso são produzidos espontaneamente.

Dessa forma, os guardiões do imaginário social são, também, guardiões do sagrado. Suas técnicas por vezes se confundem com ritos e somente com a efetivação de um poder estatal, com autonomia sobre o domínio político, as técnicas de manejo dos imaginários sociais se desritualizam, ganhando autonomia e diferenciação. Em uma disputa, o domínio das técnicas de combate no campo do imaginário pode levar à construção de uma imagem desvalorizada do adversário, e por consequência, questionar sua legitimidade, assim como exaltar as representações engrandecedoras de poder. Com a invenção de novas técnicas, o seu refinamento e diferenciação, levam a evolução de um simples manejo dos imaginários sociais a sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada, curiosamente, a história do domínio dos imaginários sociais confunde-se em grande parte com a história da propaganda.

Segundo Magalhaes (2016), o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas relacionadas ao poder, com sua natureza política marcada pelo conflito que busca a captura e utilização destas representações coletivas. Na década de 1960 houve um grande desenvolvimento do imaginário social como categoria de análise das Ciências Humanas, o imaginário social superou os limites do plano simbólico e ganhou formas materiais, assumindo papel de importante instrumento político. A representação, que transporta o imaginário social do universo simbólico para o mundo social, é colocada como

um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade. Nesse contexto, as representações, embora com discursos aparentemente neutros, não os são, sempre articulando estratégias de poder e dominação. (Magalhaes, 2016, p. 94)

Magalhaes (2016), argumenta que as disputas pelas classificações e representações têm o mesmo grau de importância quando comparadas às lutas econômicas para a compreensão da realidade do mundo social e suas formas de dominação. Assim, a investigação dos conflitos por classificações deve estar na análise do social, que visa compreender alguns mecanismos de dominação que não se relacionam de forma imediata ao mundo material. Compreender a engrenagem geradora de classificações, percepções e divisões pertinentes a cada grupo ou classe, pode ser uma forma de investigar as demarcações da organização social a partir das categorias mentais e representações coletivas. Além disso, entender o imaginário como base de uma política cultural conexa aos grupos sociais, em que se identifica o conjunto de imagens que produzem e são produzidas por determinados grupos, com caráter universal ou de aspecto local.

Em outra abordagem, Magalhaes (2016), traz o imaginário como elemento basilar da condição humana, afastando-se dos conceitos que o identificam como falso ou inventivo, o imaginário se compõe de uma rede simbólica que determina as percepções dos indivíduos. Assim, a sociedade, se coloca como um conjunto de significações imaginárias. É o imaginário social, um dos organismos que condicionam a vida coletiva, definindo as referências simbólicas, divisões internas, hierarquizações e instituições sociais, além do exercício da autoridade e do poder, sendo ao mesmo tempo o lugar e o objeto dos conflitos sociais. E conclui que

Compreender a importância do simbólico e dos imaginários sociais não significa abrir mão do real, nem mesmo pensá-los como categorias suplementares, mas que interagem constantemente. Mais do que descrever caminhos e percepções sobre a teoria dos imaginários sociais (Magalhaes, 2016, p. 94).

Silva (2017) propõe a reflexão onde a percepção de imaginário nos leva a pensar em algo indefinível, uma estrutura etérea ancorada na imaginação, uma noção cultural naturalmente sem definição. O autor nos acompanha em um passeio por diferentes maneiras de observar o imaginário na tentativa de absorver o que poderia ser o imaginário.

Silva (2020) argumenta que o imaginário não é ideologia, não é subjetividade, nem representação, o imaginário tampouco é aquilo que se coloca no lugar de algo para representá-lo ou fazê-lo ser mais bem percebido. O imaginário não é a imaginação, mas precisa dela, afinal,

transformar imaginário em conceito pode parecer uma traição, uma concessão ao imaginário da ciência moderna. Se a realidade é cinza, o imaginário é uma palheta de cores com infinitos tons vivos. O autor nos apresenta cinco versões de imaginários a saber. 1) O primeiro abarca o imaginário como ambiente ou atmosfera. O ar do tempo, uma aura que podemos senti-la, apesar de não podermos vê-la, aquilo que ultrapassa a obra, que envolve. São as tentativas de descrição de um conjunto complexo de existências, podemos entender o imaginário como o ambiente em que algo está imerso.

Trata-se da descrição de um emaranhado de traços: maneira de vestir, de falar, de sentir, gostos, opções éticas ou estéticas, ideologias, símbolos, mitologias, narrativas, representações, utopias, ideias compartilhadas, tudo aquilo que marca um modo de existência sendo causa e consequência de um momento singular. Imaginário, então, é o cenário e o brilho que dele emana (Silva, 2020, p. 9).

Ainda nas cinco versões do imaginário em Silva (2020), temos, 2) Imaginário como ficção compartilhada: Aqui o imaginário se apresenta como um elo, uma narrativa unificadora. Fruto de uma produção não planejada, algumas ficções construídas coletivamente ao longo do tempo, por meio de seu compartilhamento contribuem para manter sociedades coesas. Normalmente não exige verdade histórica, para essa abordagem o imaginário se posiciona fora do registo da verdade dos fatos. Noções de pátria e amor à pátria podem ser narrativas feitas de fragmentos que podem servir de base para um sentimento coletivo e uma integração forte numa comunidade. Cabe destacar que “Ficção, neste sentido, nada tem a ver com mentira. Trata-se, em realidade, de uma “verdade” não demonstrável, mas passível de descrição” (Silva, 2020, p. 10).

A terceira versão de Silva (2020), se apresenta em Imaginário como fantástico do cotidiano: Essa abordagem se baseia na premissa de que o cotidiano de cada um é habitado de seres sem realidade material ou sem materialidade real, ao ouvir a palavra unicórnio, por exemplo, produzimos mentalmente a imagem desse elemento. Existem seres permeando nossos universos imaginários, que às vezes nem seres são. O cotidiano, acaba por ser um espaço da trivialidade, do realismo e da rotina, no entanto fervilham mundos paralelos povoados por monstros, fadas, duendes, bruxas, animais bizarros, sereias entre outros. Da mesma forma, o cotidiano está carregado de fantasias que o transformam em espaço de deslumbramento. O fantástico do cotidiano se mostra em coisas diversas e por vezes estranhas como, por exemplo, o interesse por celebridades, por atletas, por reis, rainhas, príncipes e princesas, a obsessão por crimes, a paixão por histórias inverossímeis de heróis, bandidos, o prazer na disseminação de narrativas extraordinárias de toda espécie, o gosto por coincidências improváveis ou relatos de

personalidades misteriosas. Do mesmo modo os rituais festivos transformam o cotidiano: aniversários, noivados, Dia das Mães, Dia dos Pais, casamentos, missas, carnavais, formaturas, velórios e outros acontecimentos trazem ritmo a vida e injetam o extraordinário no ordinário, o incomum no comum, o diferente na banalidade da rotina.

Silva (2020) continua com 4) Imaginário como memória afetiva: Pensar o imaginário como um álbum de fotografias de família ou de uma vida individual em suas diferentes etapas, expectativas, realizações, rituais, conquistas e passagens. Imaginário é tudo, positivo ou negativo, que a memória afetiva recorta e armazena. *Instagram e Facebook* são imensos álbuns do imaginário atual. Em se tratando da memória afetiva, predomina o singular, o particular, a seleção involuntária pessoal. Embora isso se dê na relação com os outros e com o mundo, uma cultura, uma convivência, neste caso diferente do que normalmente se concebe por imaginário, um compartilhamento, um imaginário social.

Por fim, Silva (2020), apresenta o 5) Imaginário como excedente de significação: Aqui se assenta a ideia de transfiguração do real em que se atribui aos fragmentos existenciais, um sentido superior, transcendental, positivo ou negativo, mágico, um plus de significação. Por vezes, os termos magia e transbordamento são utilizados para expressar o conceito envolvido neste contexto. Assim, atribuir um sentido maravilhoso ou mágico ao já experimentado independe de planejamento ou vontade. Sob esse prisma a rotina é uma falta e o imaginário envolve a repetição com uma cobertura de fabulação.

Silva (2017) complementa a perspectiva do Imaginário como excedente de significação. Aquilo que se acrescenta ao real, um excesso. As tecnologias do imaginário produzem os excessos ao real. O cinema é um exemplo que traz uma significação, uma interpretação, um excedente a um determinado acontecimento. Nesse sentido o imaginário é um fato que passou a ter sentido para alguém, e nos é apresentado em uma sequência de camadas sobre um fenômeno, uma obra, um evento, assim, só existe imaginário caso exista o real, funcionando como acréscimo ao real.

Morales e Natansohn (2024), enfocam o imaginário em ambientes digitais e algoritmos, “o imaginário tecnológico volta à tona para entender o mundo, mas também como ferramenta política para agir sobre ele e suas ideologias legitimadoras” (Morales e Natansohn, 2024, p. 2). A apropriação de tecnologias digitais e midiáticas se conecta à questão da significação e dos imaginários de maneiras distintas, por exemplo, o significado da experiência de usar um objeto, ou o significado social que os objetos tecnológicos são investidos. O significado dos discursos que são disseminados pelos artefatos tecnológicos, o significado das narrativas elaboradas por indivíduos, grupos, organizações ou as significações postas em circulação por algoritmos

computacionais.

Morales e Natansohn (2024) destacam que a sociedade atual, capitalista, se mantém com base na conexão que nos liga às tecnologias, cada vez mais imaginária e menos transparente. Algumas vezes chamado de capitalismo de dados e até tecnofeudalismo, na qual, as tecnologias digitais, plataformização e datificação da vida, são o cerne da organização da dinâmica cotidiana, econômica, política, social, cultural. As camadas de imaginários, significados e narrativas secundárias em que se baseia o solucionismo tecnológico contemporâneo são construídas sobre os significados imaginários centrais. Que, em alguma medida, se contrapõem com a criação de novos imaginários tecnopolíticos que busquem noções de soberania tecnológica, inovação popular, inteligência artificial a serviço de causas justas e outros impensados e, talvez, hoje impensáveis. Uma vez incorporado nas narrativas como significante, a palavra algoritmo, descolado da definição técnica, parece explicar a relação entre os sujeitos e as tecnologias digitais, e tornou-se um objeto de análise nos estudos sobre o imaginário.

Enquanto a tecnologia é um imaginário central da sociedade capitalista (designando o que é válido para esta sociedade e dando-lhe um fundamento), a ideia de código ou algoritmo exerce uma atração especial. É a ponta de um iceberg, ou o buraco da fechadura através do qual acreditamos poder descobrir segredos que nos são proibidos, mas que temos de conhecer (Morales e Natansohn, 2024, p. 10).

Morales e Natansohn (2024) complementam ainda, que o algoritmo incorporou valor simbólico tal, que se tornou uma narrativa, uma característica estrutural contemporânea da sociedade, uma arquitetura das sociedades tecnologicamente controladas. Sendo tanto metáfora como realidade, e com isso inspira investigações semióticas. O software, ou algoritmo, assumiu o imaginário tecnológico do presente e é a palavra-chave no uso diário. Nele colocamos várias expectativas e representação, além de induzir novos imaginários e estimular subjetividades, reúne expectativas e lança efeitos sobre as práticas. É também um significante onde projetamos imaginários sobre as tecnologias em geral. As autoras entendem que imaginários algorítmicos podem ser maneiras de refletir sobre o que são os algoritmos, como operam, como deveriam ser, e o que estes imaginários fazem ser possível.

Morales e Natansohn (2024) pontuam que, em alguns casos, os algoritmos são capazes de representar realidades materiais na medida em que moldam a vida das pessoas de diferentes formas e em diferentes graus. Dependendo da maneira como os algoritmos são experimentados no cotidiano, fazem parte das relações de poder que dão às pessoas uma razão para a ação. Dessa forma, se esses imaginários são verdadeiros ou não, perde importância quando observamos o funcionamento dos sistemas e desses imaginários, que afetam os modelos de

negócios e como funcionam as empresas por trás dos algoritmos. Como imaginários, esses algoritmos provocam experiências, medos, suspeitas e afetos, constituindo formas de conhecimento.

Morales e Natansohn (2024) alertam que a imparcialidade algorítmica, supostamente suportada por sua natureza técnica objetiva, ainda é uma promessa. Os enviesamentos, propositais ou não, são encontrados em abundância, algoritmos tendenciosos têm aumentado com a presença da inteligência artificial que é cada vez mais usada para tomar decisões que afetam as pessoas. Alguns vieses têm origem na fase preliminar de elaboração dos algoritmos, na coleta de dados. Nesta etapa são definidos os objetivos para o qual se pretende criar os algoritmos. Com frequência é otimização de lucros e minimização de custos, nada tem a ver com critérios de justiça e não discriminação. É na etapa de preparação dos dados, que são determinados os critérios de escolha de quais são os dados que devem considerados pelo algoritmo.

É justamente neste momento que aparecem os preconceitos prévios em relação aos desenvolvedores e se manifestam em todo processo de seleção, coleta, mensuração e análise dos dados. Por certo, nas próximas etapas subsequentes da coleta de dados e da aprendizagem profunda, os preconceitos, fruto das representações articuladas às significações sociais imaginárias, são reproduzidos como em um efeito de transferência. Os vieses ocorrem principalmente por causa dos dados e nas relações que faz inferências. Os vieses das aplicações da inteligência artificial, podem ter relevância política, afinal, a inteligência artificial treinada com dados tendenciosos, resultará nesses vieses e, esses vieses são produzidos pelas pessoas que escolhem os dados para o treinamento da inteligência artificial.

Os tipos de relacionamentos que provavelmente serão estabelecidos entre os dados não são naturais nem neutros. Eles são construídos a partir da compreensão e dos objetivos humanos, por mais arbitrários, discriminatórios e tendenciosos que possa ser essa compreensão e esses objetivos. Em resumo, os vieses expressam formas particulares de ver, analisar e agir sobre o mundo que não representam a diversidade do mundo. Eles geram as condições para que esses preconceitos, articulados em e com representações e imaginários, se expandam e legitimem novas formas de reproduzir processos de colonialidade (Morales e Natansohn, 2024, p. 10).

Nessa mesma linha de pensamento, Altieri (2021) propõe uma reflexão sobre algoritmo como imaginário social. Podemos entender imaginário algorítmico como o conjunto de significados que possibilitam o funcionamento social das tecnologias digitais, as crenças que definem concretamente um significado, uma forma de conhecer a tecnologia que aprova o social. Significados que devem ser interpretados sob ótica da energia e impulsos, afetos e

desejos, que unem, o fazer do usuário com a dinâmica do social e que levam a pensar as representações, associadas ao algoritmo. O imaginário algorítmico pode depender tanto dos narradores (publicitários, políticos, empresários etc.) como dos programadores. De alguma forma, as promessas e fantasias atingem seu ápice na experiência mágica do usuário, no entanto, o imaginário necessita da experiência, quase que sagrada, da mercadoria. Tanto que seu uso efetivo, torna invisível seu caráter social, tornando-se um produto e revela um esquecimento sobre sua procedência e condição de materialização do social.

Altieri (2021), pondera que o algoritmo, em alguma medida, pode aparecer como a interface tradutora, de ida e volta, do cultural ao computacional e essa interseção é o onde acontece a experiência da efetividade do usuário. No imaginário social, os vínculos parecem se realizar nas tecnologias, seja entre subjetivo e objetivo, individual e social, ação e representação. O algoritmo, na visão do usuário comum, é algo que não se entende, mas que atua de forma concreta na interação com outras pessoas através das redes digitais.

Neste sentido, algoritmo, pode ser entendido como um conjunto de instruções objetivando um resultado específico, um modelo que, a partir de dados percorre os passos que permitem, entre outras coisas, conduzir e predizer comportamentos, o componente lógico dá o significado do algoritmo e o controle afeta sua eficiência. O autor pontua que poderíamos falar em cultura algorítmica, na referência ao papel social, cultural e político que desempenham os algoritmos. Dessa forma, várias práticas sociais que articulam e são articuladas na sociedade dirigida por processos informáticos de determinação e resolução de problemas, e “interpretar o algoritmo como um conjunto de significados que resultam do jogo e da luta de sentidos entre os diversos atores sociais, como se expressa nas crenças que circulam na sociedade.” (Altieri, 2021, p. 131, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Em sua reflexão sobre a fixação da Crença, Pierce (1877) afirma que as nossas crenças guiam os nossos desejos e moldam as nossas ações, o sentimento de crença é uma indicação, em alguma medida segura, de se encontrar enraizado em nós algum hábito que pode determinar nossas ações. Uma determinada crença nos coloca em um estado calmo e satisfatório que não queremos deixar quando confrontado por uma outra crença em uma outra coisa qualquer. Pelo contrário, agarramo-nos fortemente, não simplesmente a crença, mas naquilo em que acreditamos. Quando uma crença firme é alcançada, ficamos totalmente satisfeitos, não importando se a crença seja verdadeira ou falsa. A crença nos tira da ação imediatista, dando segurança para agirmos e comportarmos de certa forma, quando determinada ocasião acontecer.

---

11 Do original: “interpretar el algoritmo como un conjunto de significaciones que resultan del juego y lucha de sentidos entre los diversos actores sociales tal como se expresa en las creencias que circulan en la sociedad.”

É certamente melhor para nós que as nossas crenças sejam tais que possam verdadeiramente guiar as nossas ações de forma a satisfazer os nossos desejos; e esta reflexão far-nos-á rejeitar qualquer crença que não pareça ter sido formada para assegurar este resultado. (Peirce, 1877, p. 7)

Nessa mesma linha, Gomes (2019) argumenta que os sistemas de crença estariam fortemente vinculados ao objetivo do encontro da verdade, entretanto, conseguir chegar a uma verdade absoluta parece impossível, pois a investigação da crença está ancorada no assentamento da opinião. Dessa forma a crença e dúvida poderiam ter efeitos positivos sobre as pessoas, em condições diferentes, a dúvida seria um elemento de desestabilização, que leva a um esforço de investigação visando alcançar, novamente, um estado de crença. Entretanto, o aspecto da realidade, no processo de fixação da crença, seria independente das opiniões pessoais, por meio da criação e verificação de hipóteses, seria possível investigar os elementos da dúvida. e mesmo que o hábito induza a consolidação de velhas crenças, a reflexão racional deve auxiliar na investigação sobre a existência de bases concretas para o seu estabelecimento (Gomes, 2019).

Retomando a discussão sobre o imaginário em ambientes digitais, Morales e Natansohn (2024) afirmam que a noção de imaginários algorítmicos não seria apenas o modo de pensar sobre o que os algoritmos são, mas o modo de pensar o mundo presente nos algoritmos. O modo de pensar o mundo daqueles que desenvolvem esses algoritmos e os sistemas técnicos e sociais presentes na codificação dos algoritmos para a coleta e o processamento de enormes quantidades de dados para análises instantâneas ou para o aprendizado de máquina, utilizado pelas inteligências artificiais. Além de sugerir especial atenção em reconhecer a importância dos aspectos imaginários, ideológicos e políticos, das tecnologias, na medida em que os imaginários são construções humanas e podem ser modificados quando forem explicados e transparentes, reconhecidos nas suas implicações sociais e individuais. Uma abordagem crítica e contínua deve estar na base das apropriações tecnológicas por qualquer pessoa ou grupo que queira ou precise, ou sinta-se obrigado a incorporar as tecnologias digitais nas suas atividades.

Como o avanço da tecnologia, e da IA em especial, é impossível de ser interrompido, apesar dos riscos envolvidos, temos a possibilidade de controlá-lo, regulá-lo, produzir alternativas tecnológicas. Algoritmo pode ser compreendido gramaticalmente como um “nome vazio” que se pode preencher de diversas maneiras e por alguma razão se convencionou no nome de muitas experiências em que, se atrela uma ordem social e um modo de relacionar-se

dos sujeitos. Dessa forma, Altieri (2021) mostra que a realidade está envolvida por uma capa digital.

toda a realidade está envolvida por uma capa digital que obriga a entender o software (e seus algoritmos) não apenas como uma simples ferramenta tecnológica externa, mas também como um objeto social e cultural que participa desde seu mesmo coração nos processos de criação e difusão de conhecimento (Altieri, 2021, p. 131, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Altieri (2021) mostra que a partir da onipresença do software, o nome “algoritmo” ocupa um lugar central nas narrativas atuais, o símbolo de uma “nova” realidade nas quais as narrativas foram antecedidas por “digital”, e passa a revelar diferentes aspectos da realidade técnica e social que se transformaram em vida cotidiana. Dessa forma, o algoritmo aparece como mediador das relações com a tecnologia, manipulando os indivíduos.

“Algoritmo” nomeia com precisão a análise do Google *Page Rank*, a classificação *Elo score* do *Tinder*, ou o *A9* da *Amazon*. Mas nestes casos, os artigos periódicos mais populares superam a descrição e interpretação fazendo do algoritmo o símbolo da manipulação na vida cotidiana. Compras on-line, amizades, relações eróticas, etc., tanto mediadas tecnologicamente, são reguladas por um conjunto de algoritmos que aparecem como locais de assistência e mediação tecnológica para uma vida melhor ou para a manipulação dos seres humanos. Quando se menciona o termo “algoritmo” surge uma espécie de fantasma tecnológico controlado pelas empresas e ao que se enfrenta, lúdica ou agonisticamente, o indivíduo que se converte em usuário explícita ou implicitamente, querendo ou não, de casualidade ou por imperativo laboral, educativo ou financeiro. Por isso, algoritmo é o nome que se transforma em símbolo das obrigações que ligam e atacam o indivíduo com o social, a experiência com a crença no sistema, os aparatos presentes com os sonhos coletivos com o destino da vida (Altieri, 2021, p. 131, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Altieri (2021), assinala que, o imaginário algorítmico pode funcionar como um brilho de objetividade matemática que oculta a economia e a política embutidas em sua materialidade, o algoritmo faz parte dos significados “imateriais” como “a nuvem”. Quando a matemática que define o algoritmo atribui um papel “real”, no sentido de se tratar de uma organização lógica,

12 Do original: “toda la realidad está envuelta por una capa digital que obliga entender al software (y sus algoritmos) no solo como una simple» herramienta tecnológica «externa» sino como objeto social y cultural que participa desde su mismo corazón en los procesos de creación y difusión del conocimiento”

<sup>13</sup> Do original: “«Al-goritmio» nombra con precisión el análisis del Google Page Rank, la calificación Elo score de tinder, o el A9 de Amazon. Pero aun en estos casos, los artículos periodísti-cos más populares superan la descripción e interpretación haciendo del algoritmo el símbolo de la manipulación en la vida cotidiana. Compras on line, amistades, relacio-nes eróticas, etc., en tanto mediados tecnológicamente, están regulados por un con-junto de algoritmos que aparecen como lugares de la asistencia y mediación tecno-lógica para una vida mejor o para la manipulación de los seres humanos. Cuando se menta el término «algoritmo» emerge una suerte de fantasma tecnológico controlado por las empresas y al que se enfrenta, lúdica o agonisticamente, el individuo que se convierte en usuario explícita o implícitamente, queriéndolo o no, de «casualidad» o por imperativo laboral, educativo o financiero. Por ello, algoritmo es el nombre que se transforma en símbolo de las vinculaciones que ligan y atan al individuo con lo social, la experiencia con la creencia en el sistema, los aparatos presentes con los sue-ños colectivos con el destino de la vida.”

mas também imaginário. Só o fato de dizer que algo é “matemático” sugere características que consideram esse algo quase inquestionável. O imaginário do algoritmo matemático supõe o triunfo das regras iguais para todos, considera-se que as diferenças dos seres humanos, dos algoritmos computacionais, pareçam equitativos e imparciais. O algoritmo como imaginário vincula diversos aspectos heterogêneos, ele une o computacional e o humano, acomodando-se nesta interface para deixar evidente apenas a efetividade das soluções e respostas. A experiência dessa efetividade transforma o algoritmo em um símbolo milagroso que assenta a necessidade de crer na sociedade, em sua ordem estabelecida e em sua orientação para o futuro. O algoritmo repousa no encontro entre o computacional, a cultura e o conhecimento humano, e aparece como algo mágico.

“Algoritmo” é, para o usuário, o nome que recebe o segredo que explica o lugar e o desejo de uma subjetividade cativada pelo brilho das telas. A tecnologia como experiência mágica é a interface entre o mundo da vida dos usuários e o sistema tecnológico mercantil. E as estratégias de marketing, entendidas em um sentido muito amplo, são a voz desses aparatos desejados que os conhecem e assim, confiáveis, desenvolvem a crença na promessa permanente de uma experiência inexplicável mas luminosa (Altieri, 2021, p. 131, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Estendendo esse horizonte, Baczko (1985), propõe que a linguagem dos signos, que falam mostrando, teria, uma influência singular sobre a imaginação. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos.

é próprio desta última transportar o homem para fora de si próprio. Nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o “coração”, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas (Baczko, 1985, p. 301).

Em alguma medida podemos perceber um paralelo entre os conceitos semióticos propostos por Charles Peirce e as proposições de Baczko (1985)

---

<sup>14</sup> Do original: «Algoritmo» es, para el usuario, el nombre que recibe el secreto que explica el placer y el deseo de una subjetividad cautivada por el brillo de las pantallas. La tecnología como experiencia mágica es la interfaz entre el mundo de la vida de los usuarios y el sistema tecnológico mercantil. Y las estrategias de marketing, entendido en un sentido muy amplio, son la voz de esos aparatos deseados que piden que confíen en ellos y así, confiados, desarrollen la creencia en la promesa permanente de una experiencia inexplicable pero luminosa.

O símbolo parece ser o intermediário entre o sinal e o signo: concreto como o primeiro; inscrito numa constelação de relações como o segundo. O signo objectiva mais do que o símbolo pode fazer-lo, e cada signo está inscrito numa rede de signos, só adquirindo o seu significado em relação a eles. Em contrapartida, o símbolo designa tanto como o objecto as reacções do sujeito perante esse objecto; os sistemas de símbolos não tem a coerência própria as totalidades de signos. O processo de significação por meio da projecção é, neles, menos controlado; as oposições entre domínios são muito menos precisas do que nas linguagens. A função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e colectivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos (Baczko, 1985, p. 311).

O imaginário disponibiliza a um determinado grupo social, um arcabouço coletivo de interpretação das experiências individuais, complexas e variadas, além de uma codificação das expectativas e esperanças,

Um só e mesmo código permite fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em acções comuns. Os imaginários sociais fornecem, deste modo, um sistema de orientações expressivas e afectivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais relativamente a sociedade global, as suas hierarquias e relações de dominação (Baczko, 1985, p. 311).

Os símbolos mais estáveis estão alicerçados em necessidades profundas e se tornam a razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que opera o imaginário social são construídos pela experiência dos agentes sociais, também pelos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está imerso em expectativas e recusas, temores e esperanças.

Nesse contexto, a posse da própria moradia assume um representações que variam desde ascensão social, segurança familiar, até mesmo delimitações de espaços. O sonho da casa própria se instalou no imaginário social brasileiro e traz consigo uma importante representação simbólica.

### **3.3. O sonho da casa própria e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**

Paulino (2012), afirma que no estudo semiótico do espaço, a casa pode ser considerada um signo que deve ser interpretado segundo as três definições da semiótica Peirceana:

primeiridade, secundidade e terceiridade. Na primeiridade, a casa como signo será entendida como objeto que difere de qualquer outra coisa, uma casa poderia ser habitada por alguma família, porém, não é apenas um lugar a ser habitado; na secundidade, surge na casa a coletividade, harmonização, memórias e lembranças; na terceiridade, a regra geral é a de que o futuro irá confirmar e transmitir para as próximas gerações os conceitos de coletividade, harmonia aprendidos ao longo da vida, assim como as memórias construídas, dessa forma

seja qual for a teoria adotada, a produção do espaço como “casa” é um produto, dos conhecimentos que temos sobre ele e que estão associados ao processo de reprodução do espaço de uma dada sociedade a partir de um determinado sistema de signos (Paulino, 2019, p.126).

Segundo Paulino (2012), a casa é um lugar de convivência do ser humano que pode ser considerado um sistema estruturado de signos e códigos pelo qual se produz sentido, nela o conteúdo e o processo de produção de sentidos são recíprocos. A casa se transforma no centro das atividades pessoais e sociais da vida humana, formando um ciclo chamado ciclo de vida, ou lugar de memória. Desse modo, a construção de uma casa é um processo de comunicação, isto é, comunicar com todos os materiais envolvidos na construção, pois produzem uma mensagem a partir de signos como espaço, tempo, área, materiais. O espaço é um signo estático que dá suporte para que se possa construir a casa; o tempo é um signo dinâmico que regula a duração do trabalho, marcando o início e o final; os materiais utilizados são ícones representados por vários signos com uma semelhança entre o significante e o significado, prego, madeira, areia, cimento, vergalhão etc.

Para melhor compreensão da construção do sonho da casa própria no imaginário social brasileiro, e suas significações, propomos observar historicamente como se deu a evolução das ações governamentais voltadas para a habitação. Nessa esteira, Escosteguy (2019) afirma que a forma como nos relacionamos com a moradia, propriedade privada, residências familiares, não são formas únicas ou naturais de habitar, na verdade foram construídas, a partir de contextos históricos, políticos, econômicos e culturais. Essas formas surgem com as alterações do retrato urbano, nas relações de trabalho e familiares, caracterizando a íntima relação indissociável entre a gestão das cidades e a vida urbana. A moradia popular nem sempre foi vista como uma responsabilidade do Estado.

Foi a partir do final do século XIX que ela passa a ser tomada como um problema para o Estado brasileiro, momento em que as cidades começam a viver uma expansão vertiginosa. Com a abolição da escravatura, a adoção do trabalho assalariado e a chegada de uma massa de imigrantes, nossas cidades ganharam milhares de novos moradores, fazendo surgir novos problemas no que diz respeito à gestão das cidades e das vidas que ali habitavam (Escosteguy, 2019, p 28).

Escosteguy (2019) pontua que no final do século XIX, com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a criação de novos mercados, a transformação de bens em mercadoria, como a moradia e o trabalho, fez surgir novas categorias sociais. Nesse momento, as cidades brasileiras passaram a receber milhares de novos moradores. Com a crescente demanda por moradia nas cidades, a solução foi abrigar os novos moradores em residências baratas construídas pela iniciativa privada, que vê na moradia popular um negócio altamente rentável.

Nesse instante, proliferaram nas grandes cidades as habitações coletivas e precárias, sem qualquer preocupação com higiene e saúde. A oferta de moradia era basicamente mediante aluguel, não havia financiamentos para aquisição de imóveis, e apenas os mais ricos conseguiam a propriedade de sua moradia. No mercado de aluguéis não havia qualquer regulação ou participação do Estado, o que gerou um grande excedente de lucros para os proprietários. Nesse período, as cidades sofriam com muitas doenças e surtos epidêmicos, as condições de higiene das moradias populares passaram a ser o foco de preocupações. O Estado passou a ver as habitações coletivas como o epicentro de disseminação das doenças,

desde o início do crescimento da cidade de São Paulo, higienistas, médicos e engenheiros passam a ocupar cargos de grande relevância na administração pública e reivindicam a criação de leis sanitárias nos moldes das cidades europeias. Dessa forma, os primeiros profissionais do Estado que passam a tomar as moradias populares como um problema público foram os médicos higienistas, os policiais sanitários e os desinfetadores (Escosteguy, 2019, p 31).

Escosteguy (2019) destaca que com isso foi criado o um discurso de verdade que acabou legitimando as ações do poder público contra as moradias populares. O Estado passou a regulamentar e estabeleceu padrões para a construção de moradias, garantiu higiene, mas também interferiu no modo da população pobre viver e habitar a cidade. O modelo implantado atendia aos interesses de civilidade burguesa. O Estado percebe que, ao gerir a moradia, vai gerir também a população que vive nela, este é um fator primordial para compreender as políticas públicas habitacionais como responsabilidade do Estado.

Escosteguy (2019) assinala que a partir do governo de Getúlio Vargas, os assuntos da

esfera econômica tornaram-se prioritários para o Estado e várias medidas foram implementadas para regulamentar as relações entre o trabalho e o capital. A intervenção do Estado torna-se central a uma economia urbano-industrial, e a questão da habitação passa a ser tratada como um problema para o governo nacional-desenvolvimentista. Dessa forma, a habitação se torna a condição básica de reprodução da força de trabalho e local prioritário para formação ideológica e moral do cidadão que o Estado pretendia criar. Surge a relação entre gestão da moradia e promoção dos modos de vida, ao gerir-se a moradia da população trabalhadora, pretende-se gerir também a vida urbana.

Nesse sentido, Barros (2017) mostra que a partir do Governo Vargas a habitação popular assumiu novos contornos com uma atuação fortemente política e de controle social. Possibilitar moradia ao trabalhador envolvia, agraciar o interesse pessoal do operário e aumentar o controle de seus patrões e do próprio Estado sobre eles. Por medo de perder o emprego e a casa, os trabalhadores seriam mais comportados. O principal objetivo dessa intervenção do Estado na questão habitacional no país era angariar a adesão de trabalhadores ao novo regime. A habitação foi encarada como um importante elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador e decisiva na criação do trabalhador-padrão que se queria forjar como sua base de sustentação política. Desse modo, os operários se tornariam proprietários de suas casas, saindo do imóvel alugado. Eles poderiam ver a preocupação do governo com eles e com sua ascensão social. Com isso, o ideal propagado pelo governo criou uma ressignificação do valor simbólico da habitação.

De acordo com Barros (2017), a casa própria deixou de ser só um abrigo para ser uma mercadoria, transformou o simples trabalhador em um proprietário. Assim, a aquisição da casa própria tornou o empregado mais subordinado ao patrão, afinal, ficar sem o emprego também significava perder a casa. Contudo, o ideal da casa própria subordinava, principalmente, os trabalhadores ao Estado, enquanto este se apropriou de um item de extrema necessidade à vida humana e o transformou em um objeto de troca, de compensação e, principalmente, de controle da população pobre e trabalhadora. A concepção da política habitacional tinha o objetivo de fazer a população acreditar que conseguir uma casa era fruto de uma ação providencial do governo e não a garantia de seu direito.

Barros (2017) afirma que o programa habitacional nascia como solução para situação econômica, política e social que o país atravessava. Ele aqueceu o ramo da construção civil (que empregava muita mão de obra sem qualificação) construindo o principal objeto de desejo desses empregados, a moradia. O programa habitacional contribuía no crescimento da economia, na criação de empregos e, o mais importante, garantia ao Estado o poder sobre a

população pobre.

Já Kopper (2016, p. 186) pondera que “tradicionalmente, a casa própria é considerada um delimitador central de classe e distinção social, particularmente para a classe média”. A casa própria representa a possibilidade de ascensão econômica por meio da posse e propriedade de um imóvel. As políticas habitacionais podem ser idealizadas como elementos que projetam fronteiras de classe por meio de uma relação entre tecnologias de construção, atributos sociais e imaginários sobre consumidores. O autor aponta para uma possível influência externa norte-americana na construção do sonho brasileiro da casa própria, até a crise econômica de 2008, o “sonho americano” podia se resumir à compra de hipotecas como porta de entrada para a classe média nos Estados Unidos.

Aieta e da Costa (2022) relatam que para se reconhecerem felizes, estáveis e pertencentes à sociedade onde estão inseridos, os cidadãos teriam que cumprir determinadas atividades ao longo da vida. Ser um bom aluno, ingressar em uma universidade, conseguir um bom emprego, casar-se, comprar um carro, comprar uma casa própria, fazer carreira, ter filhos e reproduzir com eles esse ciclo da vida. A casa própria, além de demonstrar ascensão social, possui um forte atrativo frente às dificuldades financeiras e instabilidades do emprego urbano. Grande parte dos indivíduos pensa ter atingido sua estabilidade e alcançado o sucesso, ao adquirir a casa própria e atingir o ápice da sua geração. Em alguma medida, o anseio pela casa própria no Brasil, poderia ser explicado, por razões históricas.

No Brasil, o anseio pela casa própria poderia ser explicado, ao menos parcialmente, por razões históricas: o status de poder dos senhores de engenho, a dificuldade de acesso à propriedade imobiliária após a Lei de Terras, o voto censitário, a desorganizada migração do campo para as cidades, as políticas públicas que invariavelmente privilegiaram a mercadoria-habitação, as cambiantes políticas econômicas e suas recorrentes crises, a insegurança jurídica e o reflexo de tudo isso sobre os preços dos aluguéis (Aieta e da Costa, 2022, p. 2).

No contexto das políticas públicas de habitação, Aieta e da Costa (2022), afirmam que o sonho da casa própria por vezes se confunde com direito social de moradia, de certa forma como se a compra de uma propriedade para fins habitacionais fosse o próprio direito dado na Constituição da República Federativa do Brasil. A narrativa do sonho da casa própria torna legítima as medidas de facilitação da aquisição do imóvel com o propósito de dar concretude ao direito social de moradia. Além disso, atende aos interesses políticos e econômicos de geração de renda e emprego com a produção de unidades habitacionais. Nesse sentido, a narrativa do sonho da casa própria se torna importante ferramenta de disciplina social pois pode criar, através da sua difusão e assimilação, o mercado consumidor da mercadoria-habitação,

sem o qual as políticas econômicas disfarçadas de políticas de habitação não atingiriam seus efeitos.

Schweizer e Junior (1997), definem “casa” como uma unidade física onde as pessoas podem ser encontradas, destacando que para o exercício da cidadania, ter um endereço é fundamental. A distribuição interna de uma casa indica diferentes funções: cuidados pessoais, alimentação, convívio e educação, repouso e produção. O mobiliário e decoração revelam traços particulares dos habitantes, além, da condição financeira e necessidade de uso. A casa está no centro do mundo, é a imagem do universo, significa o ser interior, simboliza diversos estados da alma. A casa carrega um significado simbólico, e isso muitas vezes é deixado de lado por planejadores, projetistas.

É dentro da casa que as pessoas se desnudam, se mostram, se tomam evidentes no mais profundo da intimidade, se aliviam da representação de papéis sociais para assumir outros papéis, mais próximos da individualidade de cada um e menos sujeitos aos controles externos. O espaço existencial é tão presente na representação da casa que o homem moderno, ao "habitar" uma sala ou mesmo ocupar uma mesa de trabalho, busca com frequência particular seu espaço através de objetos com lembranças da sua vida privada ou das suas expectativas individuais. Como símbolo, a casa é principalmente projeção de vida, como bem sabem os estudiosos do inconsciente. Sonhar com a casa - e com suas partes, cada uma delas com significação própria - é claro indício de ocorrência de fatos importantes na vida do sonhador, e a compreensão do seu conteúdo pode ser precioso auxiliar na condução de rumos existenciais. (Schweizer e Junior, 1997, p. 61)

Schweizer e Junior (1997), ressaltam que a casa e suas representações são a vida das pessoas e de uma cidade, que pode ser vista como a soma das "casas" do seu território. Contudo, se tomamos apenas como casas, desconsiderando as pessoas que nelas habitam, com suas peculiaridades, representam bem menos. Com a adoção das regras econômicas aplicadas ao ambiente habitacional, surge o mercado da habitação. Dessa forma, a casa deixa de ser o complemento de uma pessoa, de uma família ou de um grupo social, a manifestação física da cidadania, e é transformada em uma mercadoria.

Entretanto, ainda que a perda de raízes do homem moderno transformou a casa em um simples bem de consumo, apenas uma construção física, seu conteúdo simbólico, inconsciente, transcendental, não se apaga da memória por apelos de natureza econômica ou mercadológica. Ignorar esse fato é acolher nas moradias construídas e financiadas, pessoas em que suas próprias casas serão corpos estranhos, incompatíveis com as necessidades mínimas de cada uma delas.

Estévez (2018), mostra que a construção das relações entre sentidos ou significados do lar, possibilita a compreensão dos vínculos entre símbolos e relações sociais. O lar pode ser entendido como um espaço fechado que permite à família recolher-se em si mesma, um espaço

de proteção que, em alguma medida, a protege do mundo exterior, um espaço de segurança, intimidade, repouso e proximidade. O lar identifica o resto do mundo como periférico. Historicamente, os significados foram se formando, e são estabelecidos pelos aspectos simbólicos, com isso, a necessidade de um lar não é simplesmente econômica.

Seguindo na mesma linha, Estévez (2018) complementa que, cada cômodo de uma casa exerce um papel na formação do sujeito moderno. Grande parte do significado construído no passado, resiste até hoje e faz parte da constituição atual do desejo, internalização e o significado que damos aos espaços públicos e privados e às relações que construímos neles. O alcance da intimidade, a definição dos papéis masculino e feminino, a evolução de novas formas de amizade, são alguns exemplos. O lar passou a concentrar uma série de atividades que antes eram da esfera pública, que aconteciam nas ruas, praças e comunidades, e agora é centrada quase exclusivamente na família, ou no próprio indivíduo. Desse modo, o lar passou a desempenhar uma função fundamental, de proteção das atividades que estão fora do controle estatal. Estévez, alerta que o modo de vida (como, onde, com quem vivem) podem ser aspectos fundamentais para compreensão de uma nova geografia e dos códigos estabelecidos para esta era.

Outrossim é premente entender o panorama do sistema habitacional brasileiro e como o Programa Minha Casa, Minha Vida se insere nele, considerando seu lugar de “sonho da casa própria” no imaginário social Brasileiro. O Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, propõe mecanismos para incentivar a produção e aquisição ou reformas de unidades habitacionais para famílias com determinada faixa de renda mensal (Brasil, 2009)

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos, à regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) (Brasil, 2009).

De acordo com Escosteguy, Guareschi e Reis (2023), o Programa é dividido em faixas de renda, e conta com mecanismos de subsídios e funcionamentos distintos. Como exemplo, a faixa com renda familiar de até 2.850 reais mensais, o imóvel urbano tem quase sua totalidade subsidiada pelo Governo Federal. É construído por empresas privadas, sendo a operação organizada pelos órgãos municipais utilizando os cadastros locais. As famílias assumem o pagamento mensal de 5% de sua renda total, ao longo de até 120 meses à Caixa Econômica Federal, instituição que financia as unidades habitacionais das construtoras com recursos do

Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Já a Faixa com renda até 4.700 reais, recebe subsídios de até 20% do valor total do imóvel. Para essa faixa, a taxa de juros praticada é abaixo do valor de mercado e os financiamentos contam com a garantia de um fundo específico, o Fundo Garantidor de Habitação (FGHab). A Faixa com renda familiar de até 9.000 reais não recebe subsídios, apenas operações de crédito com juros mais baixos, além da garantia do FGHab. Nessas duas últimas faixas, os imóveis são negociados diretamente pelas empresas construtoras.

Escosteguy, Guareschi e Reis (2023), destacam que o PMCMV trabalha ainda com um serviço de construção de casas para reassentar a população que reside em regiões precárias ou onde se executará uma obra pública, sempre observada a orientação do poder público. Nessa modalidade, as famílias atendidas não participam financeiramente, pois, a moradia é totalmente subsidiada por recursos do FAR. Esta modalidade é utilizada, por exemplo, quando o governo decide executar uma obra pública em local urbano e oferece uma casa do PMCMV para retirar os moradores do local, geralmente para uma localização distante do original.

Dessa forma, o PMCMV oferece uma casa própria, mas os moradores devem deixar suas antigas moradias. Há ainda uma linha do PMCMV em que a gestão dos recursos e do projeto é efetuada por entidades, na maioria das vezes, organizadas por movimentos sociais de alguma forma atuantes pela busca da garantia do direito à moradia. Com isso, o Programa atende às necessidades de habitação de uma parcela da população de baixa renda nas áreas urbanas, proporcionando o acesso à moradia digna com padrões de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

Escosteguy, Guareschi e Reis (2023), apontam para o lugar de disputa, e afirmam que, com o Programa Minha Casa Minha Vida, o governo direcionou os maiores volumes de subsídios públicos da história do país voltados à moradia de uma população de baixa renda. O objetivo do Programa seria fomentar ativamente as empresas imobiliárias a produzir habitação para a população de baixa renda, introduzindo-a no mercado imobiliário, até então exclusivo da população com maior poder aquisitivo.

Com isso, o PMCMV se torna uma simples e monolítica política de financiamento da casa própria individual ao invés de uma política habitacional. Logo, o sonho da casa própria seria propagado e estimulado em um acordo para salvar as empresas do setor imobiliário, em dificuldades financeiras, e proteger a economia do país de possíveis crises. A demanda histórica da população e de movimentos sociais, o direito à moradia digna, seria atendida sob um arranjo beneficiando as construtoras, o capital financeiro e a economia do país.

Evidentes relações perversas que se estabelecem entre o Estado e a iniciativa privada na elaboração e na condução dessa política habitacional, dando visibilidade a jogos de interesses políticos e econômicos que vão passar pelo direito à moradia na interseção com as leis do mercado (Escosteguy, Guareschi e Reis, 2023, p. 136).

Escosteguy, Guareschi e Reis (2023), ampliam o olhar e assinalam que casa própria se torna um importante modo de governar a população. a casa própria atua como uma tecnologia que mobiliza estratégias e técnicas e produz determinadas formas de se relacionar com mundo, subjetividades que são intimamente ligadas aos interesses que as criaram. Portanto, é preciso que a população se reconheça nessa lógica, no discurso da casa própria difundido pela política. O PMCMV se utilizaria de estratégias que fariam com que os sujeitos se apropriassem do discurso da casa própria para si, dessa forma se assentam as relações destes consigo mesmo e com o mundo. As estratégias levariam a criação de um padrão de trabalhadores honestos, cumpridores de seus deveres, provedores de família, pessoas feitas em série e de alguma forma padronizadas nos seus modos de viver.

Escosteguy, Guareschi e Reis (2023), ainda relatam que o Programa Minha Casa Minha Vida se vale do discurso do sonho da casa própria para ser aceito. Porém, não há processos participativos em sua gestão e execução, excluindo assim a população que se beneficiará, o poder de decisão acaba por se concentrar nas construtoras, do setor privado. Ao escolherem a localização dos terrenos, os projetos, entregam habitações homogêneas, sem qualquer adequação às especificidades culturais dos maiores interessados, os moradores. Criam um aprofundamento da segregação socioespacial da população pobre nas cidades ao empurrá-las para as periferias, onde o acesso ao lazer e trabalho é restrito. A esperança da escritura de posse, a distância e a dificuldade de acesso aos outros locais da cidade engessam a população em uma forma de viver a moradia, a cidade e suas próprias vidas. Por fim, fazer política habitacional é sem dúvida produzir política urbana, formas relacionar-se com o outro e com a cidade. Portanto, iniciativas como os do PMCMV, guiados pela lógica da casa própria produzida pelo mercado, por um lado, facilitam o acesso à moradia a uma população que dela necessita, por outro, reforça a financeirização das cidades.

De acordo com Teixeira e González (2023), atualmente se discute o futuro do modelo habitacional Brasileiro com a chegada da geração Z e parte dos Millenials ao mercado consumidor e como este público tende a viver de maneira diferente das gerações anteriores. A pandemia de COVID-19 acelerou alguns processos transformadores da sociedade, o crescente desenvolvimento tecnológico tornou possível o sistema de *home office*, que foi elevado a um patamar impensável antes da referida pandemia e cresce o chamado nomadismo digital, fatores

como estes contribuíram para a mudança de padrões no consumo de moradia. Os autores nos trazem a reflexão sobre *coliving* ou moradia compartilhada:

Assim como aconteceu com os carros, em que uma parte da população passou a optar por não mais “ter” e sim “usar”, a moradia também pode ser transformada em um serviço, podendo ser contratada por um aplicativo ou por um smartphone, tal como aconteceu no início da década com as revoluções do iFood (aplicativo de compra de refeições), Netflix (streaming) e com o Uber (viagens de carro) (Teixeira e González, 2023, p. 22, 23).

Nesse sentido, Teixeira e González (2023), argumentam que esse modelo de moradia não se apresenta necessariamente como novidade, porém, tem ganhado visibilidade e interesse comercial.

Moradias compartilhadas que atendem a demandas de um determinado público para uma fase de suas vidas já existem há tempos, como é o caso de repúblicas estudantis para universitários ou lares de idosos. Entretanto, nesse tipo de solução ainda não era explorado em todo seu potencial (Teixeira e González, 2023, p. 27).

Em uma estrutura de moradia compartilhada, há menos espaço privado quando comparamos com um apartamento tradicional, porém, os habitantes têm acesso a espaços compartilhados que não encontramos em imóveis tradicionais, por exemplo, um local para trabalho ou um café, serviços que podem cobrados conforme o uso em uma única fatura mensal, Teixeira e González (2023). Os autores relatam que este tipo de moradia tem maior aceitação das pessoas com idades entre 24 e 39 anos, dessa forma, se posiciona na intersecção de algumas tendências sociais como: Economia de compartilhamento, trabalho remoto, estilo de vida digital e itinerante, formação tardia de famílias.

Por outro lado, pesquisas recentes apontam que ter um imóvel próprio é o anseio da ampla maioria das pessoas que ainda não possuem, em pesquisa publicada no jornal Folha de São Paulo, em sua versão digital, de 31 de janeiro de 2025, “Essa percepção se reflete no sonho de ter o próprio imóvel, compartilhado por 93% dos que vivem de aluguel ou local cedido. Nesse universo, 7% dizem não sonhar em ser dono do próprio imóvel.” Felix (2025). Uma análise mais segmentada mostra que entre jovens de 16 a 24 anos, 57% gostariam de adquirir a casa própria, índice similar ao registrado na faixa de 25 a 34 anos (55%). A pesquisa mostrou ainda que,

Além disso, 38% dos que já possuem a casa em que moram têm planos concretos de comprar outro imóvel residencial para se mudarem. A intenção é mais presente entre os que têm **de 16 a 24 anos (61%)** e na faixa de 25 a 34 anos (53%). Os números revelam também a vontade dos mais jovens de deixar a casa dos pais, já que a pesquisa considera como casa própria o imóvel da família. (Felix, 2025)

Outra informação relevante apresentada na pesquisa do instituto Datafolha, foi a percepção de vantagem entre alugar ou adquirir um imóvel.

O Datafolha também perguntou aos entrevistados se consideram mais vantajoso financeiramente morar em imóvel próprio ou em uma casa alugada. Os resultados vão na direção contrária dos conselhos de planejadores financeiros, para quem, levando em conta apenas os números, há mais ganhos em pagar aluguel: **94% dos brasileiros** disseram acreditar que compensa mais, financeiramente, comprar a casa própria. (Felix, 2025)

A reportagem de Pestana (2025) no jornal digital Nexo, de 2 de agosto de 2025, traz uma análise de como o sonho da casa própria se afasta da classe média brasileira, segundo o jornalista, as transformações no mercado imobiliário reduziram o acesso à moradia, entretanto o desejo de adquirir a casa própria persiste, em todas as gerações. Os Brasileiros vêm sentindo as mudanças no mercado imobiliário, houve um aumento do número de pessoas que moram de aluguel, uma em cada cinco, a maior proporção desde a década de 1980.

a pesquisa realizou um questionário nas redes sociais entre os meses de novembro e dezembro de 2024. Ao todo, 545 pessoas de diferentes grupos etários responderam às perguntas. Segundo os autores, 90,3% expressaram a preferência por adquirir um imóvel. Entre as gerações Y e Z, 94% têm esse sonho, especialmente na velhice. (Pestana, 2025)

A reportagem mostra ainda que a dinâmica do mercado imobiliário se alterna entre a formalidade e informalidade, em que, a formalidade se liga às classes com maior poder aquisitivo e a informalidade está concentrada nas favelas e periferias das cidades. Devido ao crescimento desordenado das áreas urbanas, sem a inclusão em uma política pública, surge a informalidade. Sem ter acesso à moradia, a população mais pobre se instala nas comunidades, recorrendo à informalidade. Nesse contexto, 50% dos domicílios urbanos apresentam algum grau de irregularidade, assim o “sonho da casa própria”, dentro da formalidade, se associa a uma conquista de status e ascensão social.

Mesmo políticas públicas que alimentaram o “sonho da casa própria” no Brasil — do BNH (Banco Nacional de Habitação), criado na ditadura militar, até o Minha Casa Minha Vida, nos governos do PT — não evitaram as transformações do mercado formal imobiliário, e especialmente jovens adultos têm registrado dificuldade na compra de imóveis. (Pestana, 2025)

Conforme observamos a evolução do modelo habitacional Brasileiro, o “sonho da casa própria” pode assumir novos contornos no imaginário social brasileiro. Fato que torna relevante a adequação da narrativa, e conseqüentemente um posicionamento diante da disputa de poder pela significação. Alinhado com a proposta desta pesquisa, a definição dos elementos metodológicos que podem sustentar as etapas de pesquisa é de fundamental importância.

## 4. METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

### 4.1. Percurso Metodológico

Nosso percurso metodológico se inicia por um estudo de mensagem. Como definido por Martino (2018), o foco está naquilo que é veiculado, uma propaganda, vídeo on-line, música de uma campanha ou foto publicada em um site. Os estudos de mensagem observam o que a mensagem quer dizer, utilizam questões de significado e representação, eles partem da premissa que, como as mensagens podem ter inúmeros significados, não são feitas ao acaso e tampouco são óbvias.

Em um processo de comunicação, as mensagens em si são o dado mais real, com acesso objetivo, e como elas são capazes de criar eventuais efeitos de sentido ou questionamentos sobre esses mesmos sentidos, visto que se deslocam sem cessar, é o que afirma Santaella (2001). No campo da mensagem, a autora pontua que ela pode indicar interesses e poderes a que atende:

Ainda cabem nesse campo as pesquisas sobre aquilo a que as mensagens se referem, o que elas indicam, designam e representam, como representam, a que interesses ideológicos e poderes sociais atendem, enfim, cabem aqui os variados tipos de relações da mensagem com seu contexto representativo, isto é, os graus de referencialidade das mensagens ou aquilo que, de maneira menos técnica, costuma ser chamado de conteúdo (Santaella, 2001, p. 88).

Santaella (2001), reflete sobre os territórios da mensagem, dentre vários apresentados, nos interessa três, a saber, a) O território da mensagem e dos códigos: aqui estão as pesquisas relacionadas às linguagens, discursos, códigos como gestuais, linguísticos, corporais, visuais, sonoros, audiovisuais etc.; b) O território dos meios e modo de produção das mensagens: como as mensagens são produzidas é o foco. Em que meios elas são produzidas? Quais são as principais características de cada meio? Como esses meios se diferenciam? c) O território do contexto comunicacional das mensagens: aqui se estuda a situação em que a comunicação acontece, pode se apresentar em vários níveis desde temporal, cultural, geográfico e até psicossocial, também a que se referem e o que representam.

Sob o ponto de vista da natureza do estudo, nossa pesquisa é descritiva e exploratória, sem aplicação prática imediata. Gil (2008) argumenta que pesquisas exploratórias são necessárias como uma primeira etapa, quando um tema é genérico e pouco explorado, pois são pouco rígidas no planejamento. Tem objetivo de fornecer uma visão mais ampla sobre determinado fato, com principal finalidade, esclarecer, desenvolver e modificar ideias e

conceitos, para formulação de hipóteses mais precisas em estudos posteriores. Sobre as pesquisas descritivas, Gil (2008) afirma que servem para descrever características de determinado fenômeno ou estabelecer a relação entre variáveis. Alguns estudos descritivos podem ir além da simples caracterização de relação entre variáveis visando determinar a natureza da relação, aproximando-se de uma pesquisa explicativa, por outro lado algumas pesquisas descritivas se aproximam da pesquisa exploratória por proporcionar uma nova visão do problema ou fenômeno estudado. O autor destaca que ambas, pesquisas exploratórias e pesquisas descritivas podem coexistir:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. (Gil, 2008, p. 28).

A abordagem adequada foi qualitativa, no entanto, na medida que coletamos os dados disponíveis em seu site oficial, é aplicada a abordagem quantitativa. Martino (2018) destaca que pesquisas quantitativas têm o objetivo de quantificar algum aspecto do comportamento humano em um determinado momento, apesar de serem menos frequentes na área da Comunicação. O autor pontua que estas pesquisas permitem ver um fenômeno podendo estabelecer relação causal com outro. Já a abordagem qualitativa é utilizada uma vez que analisamos quem assume um papel relevante no processo da construção da narrativa do PMCMV, Martino pondera que as pesquisas qualitativas se preocupam com o significado das ações humanas e que a compreensão é mais importante que a explicação destes significados, já que lidam com um contexto de subjetividade. As pesquisas qualitativas e quantitativas podem coexistir sem prejuízo entre ambas, pelo contrário, podem ser complementares conforme relata Sidney Proetti (2018),

As pesquisas qualitativa e quantitativa não são excludentes, podem ou não ser utilizadas de forma independente e são essenciais quando se precisa entender e mensurar fatos. Elas oferecem recursos metodológicos com diferentes perspectivas para a realização de estudos, mas não são pólos opostos. Elas poderão ser utilizadas de forma complementar de acordo com o objeto a ser estudado e fornecer mais informações confiáveis para o pesquisador (Proetti, 2018, p. 39).

Para a coleta de dados, utilizamos como técnica a pesquisa de Observação simples e observação sistemática. Gil (2008) define observação como o uso dos sentidos para adquirir conhecimento com a vantagem que os fatos são percebidos sem intermediação, reduzindo assim a subjetividade típica do processo de investigação social. Observação simples é aquela em que

o pesquisador fica alheio à situação que pretende estudar, observando espontaneamente os fatos ocorrerem, como um espectador. Gil (2008) aponta que a observação simples é adequada para estudos qualitativos principalmente os de características exploratórias. Há, porém, uma questão que deve ser considerada, a interpretação, onde o papel do observador se torna relevante, conforme coloca o autor:

Um dos maiores problemas na observação simples refere-se à sua interpretação, ou seja, ao significado que deve ser atribuído ao que está sendo observado. Por essa razão, é necessário que o pesquisador esteja dotado de conhecimentos prévios acerca da cultura do grupo que pretende observar (Gil, 2008, p. 102).

Já na observação sistemática, Gil (2008) afirma que o pesquisador elabora um planejamento prévio, pois ele tem conhecimento dos aspectos a serem observados e o quanto são significativos para alcançar seu objetivo. Em seu plano, o pesquisador elenca alguns elementos a serem considerados, a) O que observar; b) O registro da observação, c) A amostragem na observação e por fim d) A ética. Para se definir o que será observado é primordial que os objetivos da pesquisa estejam definidos claramente.

Gil (2008) sugere seis categorias que podem ajudar na organização, coleta, análise e interpretação dos dados a saber: 1) Atos. Ações breves que consomem uma pequena fatia de tempo, segundos, minutos ou horas. 2) Atividades. Ações de maior duração, que descrevem o envolvimento de pessoas, podem durar dias, semanas ou meses. 3) Significados. Produtos que direcionam ou definem as ações podendo ser verbais e não verbais. 4) Participação. Adaptação ao fenômeno que está sendo observado. 5) Relacionamentos. As relações entre diversas pessoas que ocorrem simultaneamente. 6) Situações. Uma unidade de análise completa, dentro do escopo de estudo.

Já o registro da observação deve ser feito quando acontece determinado fenômeno estudado e pode ser realizado por escrito ou gravação de sons ou imagens, os registros podem assumir diferentes graus de estruturação, podendo ser bastante aberto com grande liberdade do pesquisador em anotar, bem como minuciosamente pré-definidos cabendo ao pesquisador apenas assinalá-los. Como é impossível observar tudo, para garantir razoável objetividade, o registro da observação deve se submeter a algum tipo de amostragem, *ad libitum*, focal, por varredura ou de comportamentos, onde no tipo *ad libitum*, o observador anota o que é visível e potencialmente significativo, o focal consiste em registrar as diversas facetas de comportamento em uma unidade de tempo definida, o tipo por varredura envolve o estudo de um conjunto de indivíduos em intervalos regulares e por fim, a amostragem de comportamentos

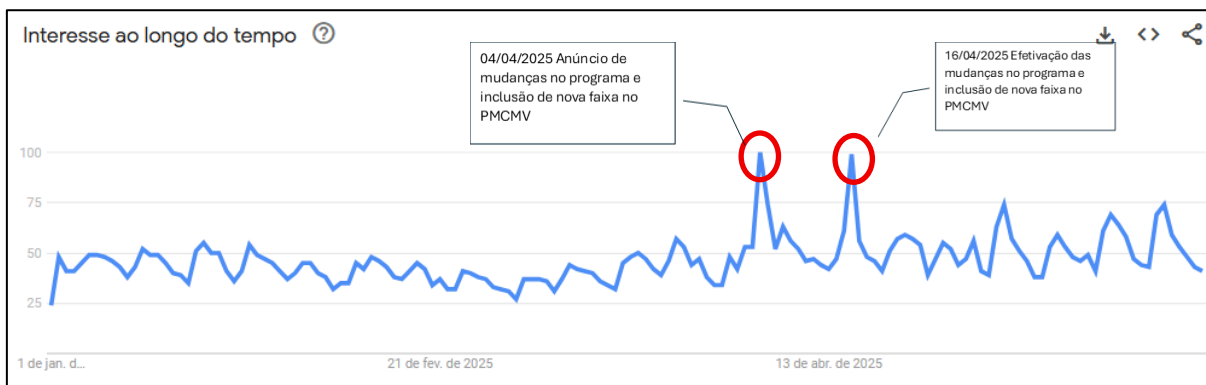
exige a observação de um grupo em determinado contexto por inteiro. A ética surge como questão central quando pessoas serão observadas, é de suma importância o consentimento informado, podendo haver consentimento ou recusa de participação.

Nosso caminho metodológico se valeu do suporte teórico-metodológico da semiótica peirceana para o entendimento da semiose existente na comunicação do PMCMV. A relação e formação dos signos ícones, índices e símbolos nos dados analisados trouxeram uma profundidade peculiar. Dessa forma, podemos analisar as publicações estabelecendo uma triangulação entre as narrativas, a formação do imaginário social e a sua representação sígnica. Para realizar a análise dos dados, estabelecemos os operadores analíticos que a suportaram, nas seguintes categorias: a) Narrativa jornalística, em que Motta (2004) nos apresentou a coexistência do texto narrativo e jornalístico; b) Narrativa utilitária, onde Benjamin (1987) colocou como o ato de ensinar fazer, transmitir um conhecimento, dar conselhos; c) A relação entre os actantes, em que Gomes (2017) expôs as relações que surgem entre os quatro actantes: Protagonista, Coadjuvante, Antagonista e Sociedade; d) Imaginário como excedente de significação, em que Silva (2020) mostrou a formação de um imaginário social que traz uma significação extra às coisas do cotidiano, e) Imaginário como fantástico do cotidiano; e f) imaginário como ambiente ou atmosfera.

Em um primeiro momento, para a definição do *corpus* desta pesquisa, utilizamos o método de uma pesquisa exploratória e selecionamos o conjunto de dados sujeitos à análise, publicações de forma on-line, no período entre o dia primeiro de janeiro de 2025 e 25 de outubro. Para estabelecer o recorte adequado, a pesquisa exploratória utilizou duas ferramentas, *Google Trends* e *Palver Studio*, pesquisando o assunto “Minha casa, Minha vida”. A ferramenta *Google Trends* tem acesso livre, já a ferramenta *Palver Studio* franqueou ao pesquisador, uma licença temporária de quatro dias, entre os dias oito e onze de maio de 2025. Ambas apontaram para um volume de dados considerado suficiente para o nosso objetivo.

Conforme observado na figura 2, a ferramenta *Google Trends* aponta para uma curva ascendente de interesse pelo termo “Minha casa, Minha Vida”, em quatro de abril de 2025, quando houve o anúncio de mudanças e a inclusão de uma nova faixa de renda há um pico de interesse, o mesmo ocorre em dezesseis de abril de 2025, quando as mudanças são efetivadas.

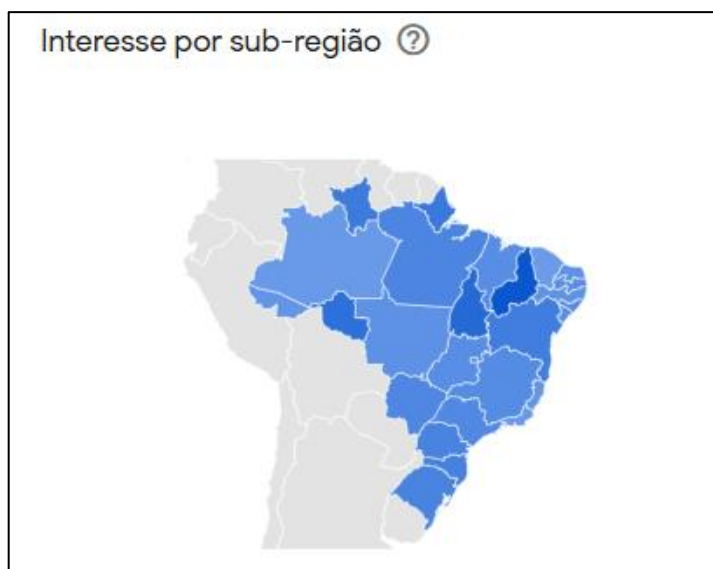
Figura 2 - Pesquisa na web a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”



Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/>, acesso em 31/05/2025

Já a figura 3, da mesma ferramenta *Google Trends*, mostra que o interesse está distribuído uniformemente por todo o território nacional, apresentando pequenas variações de estado para estado, de acordo com a tonalidade da cor azul, onde o azul mais intenso reflete maior número de buscas, enquanto o azul menos intenso um menor número de buscas.

Figura 3 - Pesquisa na web a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”

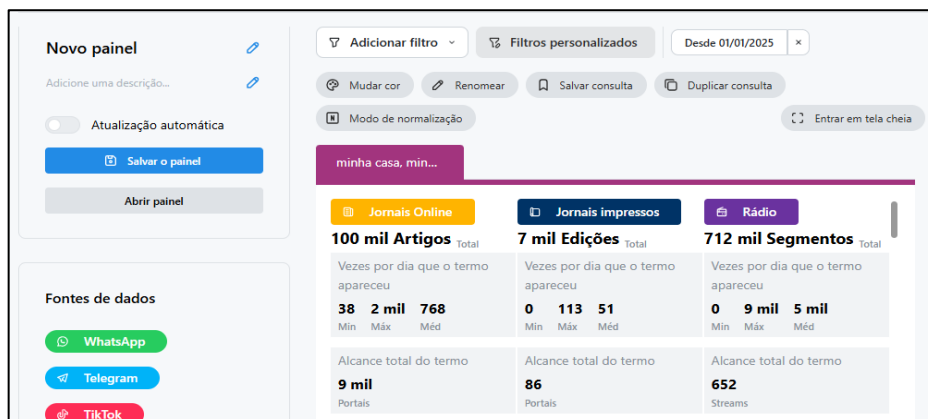


Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/>, acesso em 31/05/2025

A figura 4, da mesma ferramenta *Google Trends*, demonstra que o interesse se manteve uniforme durante o período de corte estabelecido para o *corpus*, apresentando pequenos picos em determinadas datas.



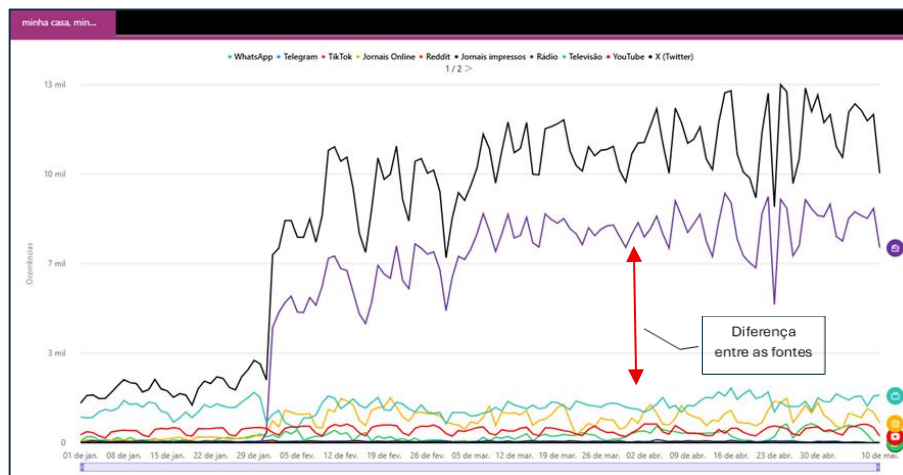
Figura 6 - Referências a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”



Fonte: <https://www.palver.com.br/>, acesso em 09/05/2025

Ainda na mesma ferramenta, *Palver Studio*, a figura 7 apresenta a variação das ocorrências ao longo do período determinado, deixando claro a diferença entre as ocorrências no rádio (em roxo), e as demais fontes, onde em preto aparece o total. A diferença observada a favor do rádio, pode nos apontar para o entendimento de um eventual perfil do público que busca informações sobre o PMCMV.

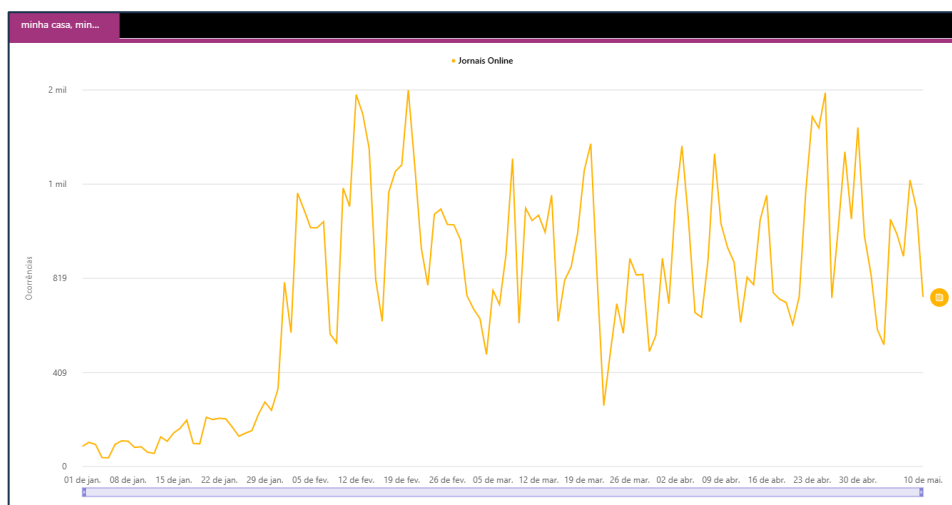
Figura 7 – Referências a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”



Fonte: <https://www.palver.com.br/>, acesso em 09/05/2025

Já a figura 8, ainda na mesma ferramenta *Palver Studio*, reforça que o interesse pelo tema se mantém ao longo do período determinado, agora considerando somente publicações em jornais on-line, que será nosso objeto de estudo concomitantemente com as publicações e dados nos canais oficiais do governo federal e do PMCMV.

Figura 8 – Artigos em jornais on-line a partir de 01/01/2025 com o assunto “Minha Casa, Minha Vida”



Fonte: <https://www.palver.com.br/>, acesso em 09/05/2025

Relativo ao conjunto de dados, já em um segundo momento, definimos uma amostra que nos conduza à validade conceitual deste trabalho. Considerando questões como o tempo disponível e volume de dados e informações a serem coletados e analisados, optamos por utilizar as publicações nos seguintes canais digitais: O texto de apresentação do site oficial do PMCMV (apesar de não ser notícia, consideramos relevante para a análise), a Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM, além dos veículos Folha de São Paulo, Estadão, G1 Globo, e canal R7.

Para adequação do recorte de escopo do *corpus* de pesquisa, utilizamos a ferramenta de pesquisa avançada do *Google*. Começamos com a pesquisa de publicações onde o termo “minha casa, minha vida” apareceu no corpo da publicação, sem restrição de período de tempo. O resultado obtido é mostrado na tabela 3.

O grande volume de dados resultantes dessa primeira busca foi provocado pelo fato da raiz “gov.br” abarcar todos os entes de governo do país, desde prefeituras, câmaras legislativas municipais, secretarias de governo municipais, governos estaduais e toda sua máquina existencial, além da esfera federal e toda sua rede de ministérios, secretarias, autarquias entre outros.

Para refinarmos o escopo, tentamos uma restrição de um determinado período de tempo, utilizamos o último ano e obtivemos o seguinte resultado mostrado na tabela 4. Podemos observar uma grande redução na quantidade de dados obtidos na pesquisa. Entretanto continuou muito grande. Aumentamos a restrição para um período entre 01/04/2025 e 30/09/2025. Houve redução, porém o volume de dados ainda era muito grande. Observamos que foram selecionadas várias publicações sem relevância para este trabalho. Publicações variadas sobre temas diversos

faziam parte do conjunto das selecionadas, pois o termo “minha casa, minha vida” apareceu em alguma parte do texto.

Neste momento optamos por realizar a busca com o termo “minha casa, minha vida” aparecendo apenas no título da publicação, mantendo o período entre 01/04/2025 e 30/09/2025. Houve redução significativa, porém ainda inviável para análise. Considerando que no mês de abril de 2025 aconteceram dois fatos importantes para o PMCMV, o anúncio em 04/04/2025 da nova faixa de renda contemplando a possibilidade de atendimento de mais de 120 mil novas famílias e sua regulamentação em 15/04/2025. Estes acontecimentos provocaram uma grande exposição do PMCMV nos veículos de imprensa digital nacional.

Definimos então o período entre 01/04/2025 e 30/04/2025 para coleta dos dados candidatos à análise.

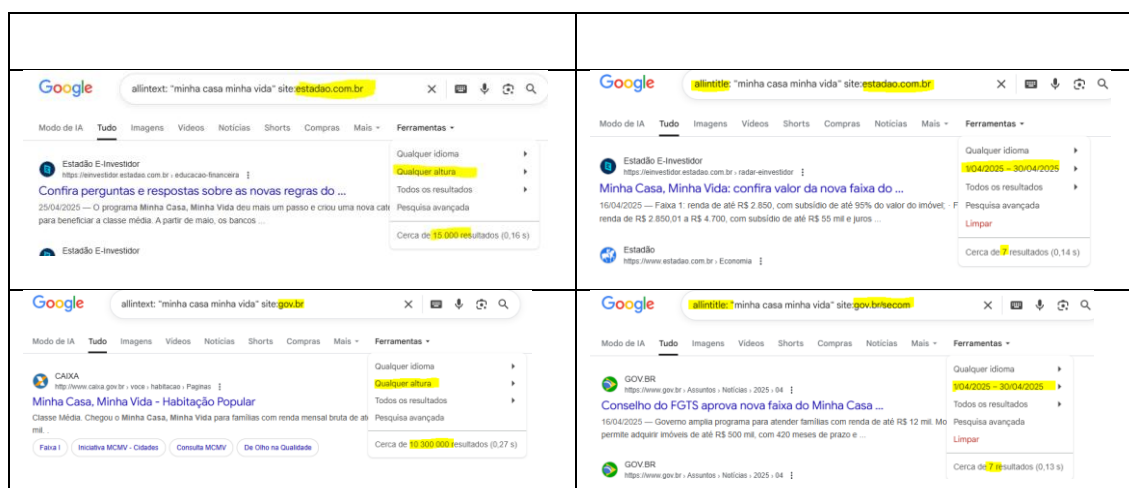
Tabela 3- Resultado da pesquisa avançada do *Google* onde o termo “minha casa, minha vida” apareceu no corpo da publicação

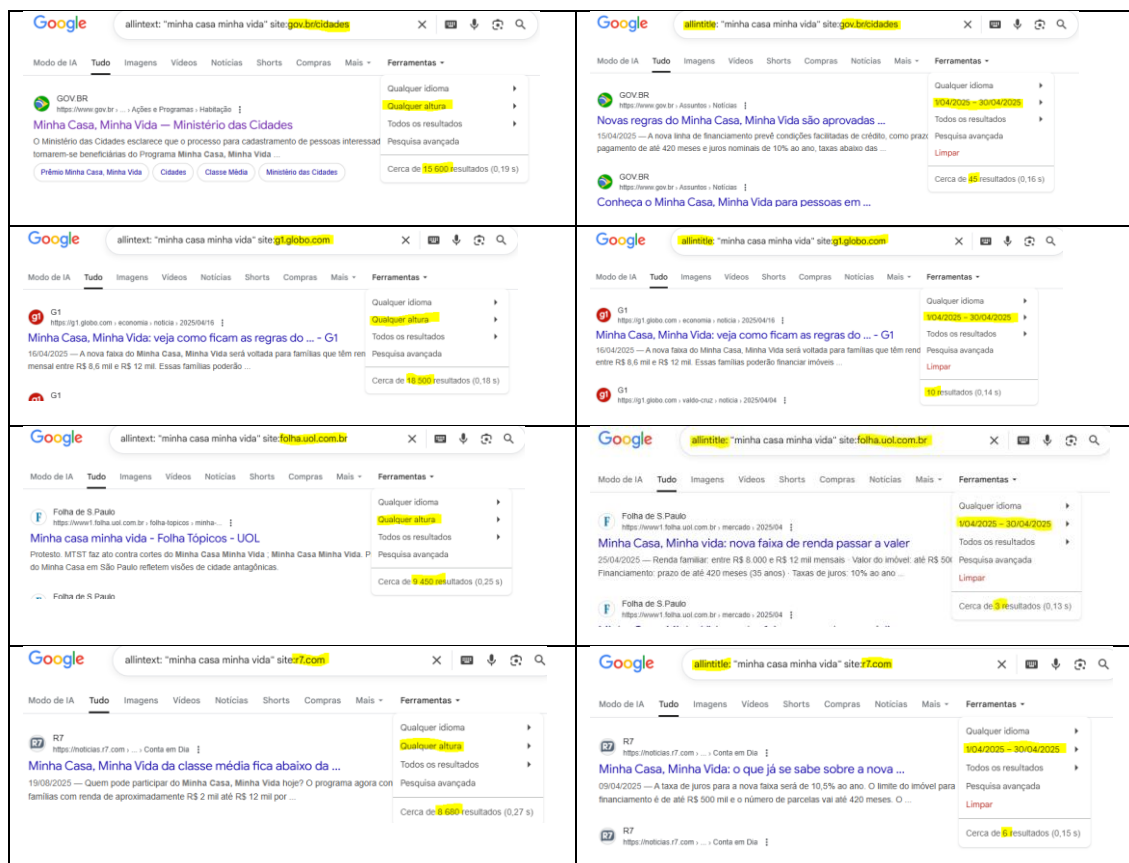
Site	Pesquisa avançada do Google com o termo "minha casa, minha vida"				
	No texto		No título		
	A qualquer tempo	Ultimo ano	de 01/04/2025 a 30/09/2025	de 01/04/2025 a 30/09/2025	de 01/04/2025 a 30/04/2025
gov.br	10.300.000	25.100	13.600	396	152
gov.br/secom	10.800	2.710	805	55	7
gov.br/cidades	15.600	1.250	578	108	45
estadao.com.br	15.000	833	380	51	7
g1.globo.com	18.500	778	434	72	10
folha.uol.com.br	9.450	321	197	10	3
r7.com	8.680	883	562	10	6
<b>Total</b>	<b>10.378.030</b>	<b>31.875</b>	<b>16.556</b>	<b>702</b>	<b>230</b>

Fonte: Criação nossa

A tabela 4 apresenta as telas resultantes das buscas, mostrando os resultados que aparecem na primeira e última colunas

Tabela 4 - Prints com os resultados das buscas na pesquisa avançada do *Google* onde o termo “minha casa, minha vida”.





Fonte: Criação nossa

Já com o resultado em mãos, percebemos que haveria a necessidade de novas etapas de filtragem no momento que foram observados textos muitos curtos que não seriam adequados ao propósito desta pesquisa. Definimos então que seriam analisados seis textos, um texto de cada veículo considerado, seguindo alguns critérios a saber: A publicação deveria trazer uma imagem ilustrativa; A publicação deveria ter no mínimo 1 página de material escrito; A publicação deveria ser o mais próximo possível dos dias cinco ou 15 de abril.

Com isso chegamos ao conjunto final do material a ser analisado, as seguintes publicações: 1 – “Sobre o Minha Casa, Minha Vida”<sup>15</sup>; 2 – “Entenda as mudanças no Minha Casa, Minha Vida com foco na classe média.”<sup>16</sup>; 3 – “Novas regras do Minha Casa, Minha Vida devem começar em maio, diz ministério”<sup>17</sup>; 4 – “Minha Casa, Minha Vida terá faixa para classe média: veja as novas regras para financiamento com FGTS”<sup>18</sup>; 5 – “Em entrevista,

<sup>15</sup> Texto de apresentação do PMCMV disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/entenda-as-mudancas-no-minha-casa-minha-vida.shtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/novas-regras-do-minha-casa-minha-vida-devem-comecar-em-maio-diz-ministerio-18042025/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

<sup>18</sup> Disponível em <https://investidor.estadao.com.br/ultimas/minha-casa-minha-vida-classe-media-imeis-ate-500-mil-com-fgts/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

ministro detalha novo Minha Casa, Minha Vida para classe média”<sup>19</sup>; 6 – “Minha Casa, Minha Vida: veja como ficam as regras do programa com nova 'Faixa 4' para a classe média”<sup>20</sup>;

## 4.2. Análise dos dados

Em um primeiro momento, fizemos uma análise de sentimentos baseado na frequência que determinadas palavras aparecem no texto. Silva e Serrano (2023), argumentam que a análise de textos extraídos de redes sociais tem sido utilizada para compreender os sentimentos expressados pelos usuários em ambientes digitais. O sentimento pode ser considerado a consciência de uma emoção, a percepção de um pensamento e do corpo diante a alguma situação. Os textos podem ser analisados com o apoio de técnicas computacionais de processamento de linguagem natural, a análise de sentimentos pode ser o estudo da opinião, sentimentos, humor e emoções das pessoas em textos. Nesse sentido, é possível fazer uma análise, que estuda se os sentimentos presentes no texto são positivos, neutros ou negativos, com o processamento da linguagem natural (PLN).

A análise de sentimento foi feita a partir do ponto de vista do projeto e as categorias foram definidas sob esta perspectiva. Na medida que este estudo não é um estudo de recepção, destacamos que não buscamos investigar o sentimento despertado nas pessoas. Para esta análise, definimos três categorias de sentimentos, positivo, negativo e neutro. Para as palavras que carregam sentimento positivo, escolhemos “Família”, “Moradia” e “MCMV”, já as palavras com sentimento negativo, “Juros”, “Taxa” e “Financiamento” e as palavras com sentimento neutro “cidade”, “governo” e “regra”. Cabe destacar que a palavra Financiamento foi classificada como sentimento negativo por remeter ao conceito de dívida. Para fins de análise, consideramos sinônimas as palavras no plural, ou que tenham a mesma raiz, por exemplo “família”, “famílias” e “familiar”, foram considerados iguais, ou então “ministro”, “presidente”, “ministério” foram considerados “governo” para fins de análise. A tabela 5 apresenta a lista completa de substituição que foi utilizada na elaboração da análise de sentimentos.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/em-entrevista-ministro-detalha-novo-minha-casa-minha-vida-para-classe-media>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/minha-casa-minha-vida-veja-como-ficam-as-regras-do-programa-com-nova-faixa-4-para-a-classe-media.ghtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

Tabela 5 – Lista de substituição de palavras para análise de sentimentos

Tabela de substituição de palavras		
Palavras	Substituído por	Sentimento
Famílias; Familiar	Família	Positivo
Programa; Minha Casa, Minha Vida	MCMV	Positivo
Moradias; Lar; Lares	Moradia	Positivo
Cidades; Região; Bairro; Bairros	Cidade	Neutro
Ministério; Ministro; Presidente	Governo	Neutro
Regras; Faixa	Regra	Neutro
Pagamento	Juros	Negativo
Onerado	Taxa	Negativo
Dívida; endividamento	Financiamento	Negativo

Fonte: Criação nossa

Utilizamos a ferramenta *Voyant tools*<sup>21</sup> para apoiar a etapa.

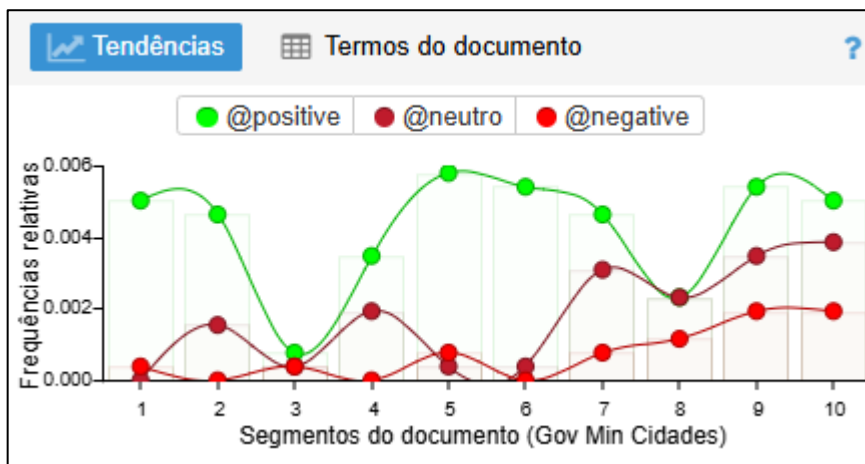
A primeira publicação on-line que analisamos foi do site oficial do PMCMV, “Sobre o Minha Casa, Minha Vida”<sup>22</sup>. A publicação apresentou características bastante técnicas com um texto fundamentado em normativos legais e instruções de caráter financeiro. O texto detalhou as prioridades de atendimento, por exemplo, pessoas com deficiência, assim como o público-alvo dividido por faixas de renda, detalha também as linhas de atendimento, como rural, urbana.

Elaboramos a análise de sentimentos baseado na frequência das palavras definidas e observamos predominância do sentimento positivos. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 49 vezes ao longo do texto, já a palavra “família” 30 vezes, com 27 ocorrências surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 40 vezes, a palavra “governo” 7 vezes e a palavra “regra” 2 vezes. O polo negativo se mostrou com “taxa” 2 vezes, “financiamento” 11 vezes e “juros” 1 vez. Conforme demonstra a figura 9

<sup>21</sup> Disponível em <https://voyant-tools.org/> acessado entre 26/10/2025 e 05/11/2025.

<sup>22</sup> Texto de apresentação do PMCMV disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

Figura 9 - Análise de sentimentos, Ministério das Cidades



Fonte: Criação nossa

Apesar da predominância dos sentimentos positivos, o texto não trouxe elementos de emoção, se manteve técnico do início ao final. Percebemos ao longo do texto as relações e mediações dos signos segundo a semiótica peirceana.

Figura 10 - Imagem do site oficial do PMCMV



Fonte: Site do Ministério das Cidades

A imagem apresentada no início da página oficial do PMCMV, conforme a figura 10, trouxe um signo icônico na medida que apresenta um casal de aparência simples com um imóvel ao fundo. Na fotografia, as cores são neutras, sem vibração, tendendo em sua maioria para tons com menos saturação, situando a primeiridade de um signo do tipo ícone. A imagem associa a fotografia com a frase “O MINHA CASA, MINHA VIDA voltou para reconstruir sonhos”, aqui a secundidade se fez presente no signo indicial. Houve uma conexão entre o cidadão de vida

simples com o sonho da casa própria, mostrado no imóvel da fotografia. Na fotografia as pessoas aparecem com semblante dócil, porém, sem vibração com a vida, uma representação de pessoas pacatas. A terceiridade apareceu na imagem, com a presença dos logotipos do PMCMV e do Governo Federal. Esse signo simbólico levou a uma significação de caráter perene, com a força de uma legislação envolvida, símbolo suportado pela força e credibilidade do Governo Federal.

Dos operadores analíticos definidos, percebemos que o texto foi classificado como narrativa jornalística (Motta, 2004), na medida em que informa o cidadão dos aspectos legais e financeiros, ao citar as leis que instituem e regulamentam o programa, definem as faixas de renda e públicos que o programa atende. Dessa forma, o texto trouxe uma relação com o imaginário e uma significação cultural, onde o leitor pode se inserir num mundo reinterpretado pela leitura. Com isso, o texto medeia a relação de um mundo temporal com um outro mundo redefinido pelo ato de leitura.

Não obstante, o texto se aproxima do conceito classificado como narrativa de caráter utilitário. Quando Benjamin (1987) diz que essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio, ou numa norma de vida. Essa utilidade aparece no texto quando ensina o cidadão o “como fazer”, onde procurar as linhas de financiamento, quais os benefícios disponíveis para ele, indicando inclusive os endereços eletrônicos para auxiliar o cidadão em sua jornada.

O texto conseguiu mediar o sonho da casa própria com o imaginário social proposto por Silva (2020). O imaginário como excedente de significação, se apresentou dando um sentido superior à casa, um *plus* de significação, na medida que a palavra moradia, representa algo a mais que uma construção física, um imóvel.

Continuamos a análise para a publicação “Entenda as mudanças no Minha Casa, Minha Vida com foco na classe média.”<sup>23</sup>, do jornal Folha de São Paulo. A publicação iniciou com um viés positivo ao mencionar uma ampliação do PMCMV e apontar que 120 mil famílias poderão ser atendidas. Ao citar que a medida é uma promessa do presidente Lula desde 2023, assumiu também um viés político. O tom positivo se consolidou na medida que a reportagem trouxe que o PMCMV foi responsável por cerca da metade de todos os lançamentos imobiliários em 2024, atingindo um recorde de financiamentos. Já o viés político apareceu novamente quando o presidente Lula foi vinculado com o objetivo de 3 milhões de moradias.

Quando o jornalista escolheu a palavra promessa, se construiu um imaginário como

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/entenda-as-mudancas-no-minha-casa-minha-vida.shtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

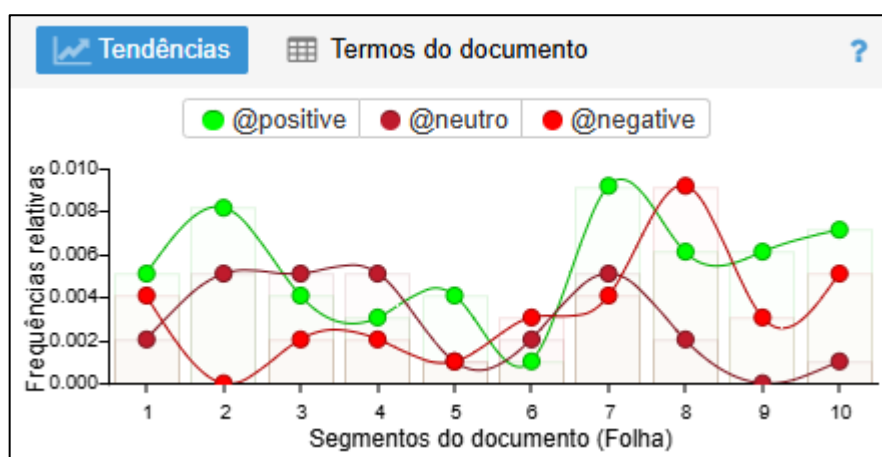
fantástico do cotidiano (Silva, 2020), alcançando a figura humana a um nível superior, capaz de pagar uma promessa de 3 milhões de moradias, em benefício do povo brasileiro. Percebemos aqui a semiose emergente dos signos “promessa”, “milhões”, “moradias” e “Lula” que se relacionam criando novas representações e significados.

O texto segue e assume um viés comercial, uma vez que trouxe a fala da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), afirmando que as medidas trarão mais desenvolvimento para as cidades. O viés comercial se reforçou quando grandes empresas incorporadoras como MRV e Plano&Plano afirmaram ser esperado um aumento de vendas de novas unidades e um novo grande momento para o mercado imobiliário.

Caminhando para o final, o texto apresentou características técnicas, com viés jornalístico (Motta, 2004), como as regras do PMCMV, as faixas de renda que o programa atende, taxas de juros e limite de valor do imóvel a ser financiado. O texto apresentou requisitos para participação no PMCMV, bastante próximo à narrativa de caráter utilitário (Benjamin, 1987), como as regras de como calcular a renda familiar, critérios impeditivos de ingresso ao programa, link para o banco que fará o financiamento, entre outros.

A análise de sentimentos, baseado na frequência das palavras, apontou para uma predominância do sentimento positivo. Porém, vale destacar que em dois segmentos do texto o sentimento negativo teve prevalência. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 15 vezes ao longo do texto, já a palavra “família” 14 vezes, com 14 ocorrências surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 2 vezes, a palavra “governo” 5 vezes e a palavra “regra” 21 vezes. O polo negativo se mostrou com “taxa” 7 vezes, “financiamento” 19 vezes e “juros” 7 vezes. Como demonstra a figura 11

Figura 11 - Análise de sentimentos, Folha de São Paulo



Fonte: Criação nossa

A imagem utilizada pela reportagem foi selecionada de um banco de imagens, *Shutterstock*, conforme mostra a figura 12, e foi objeto da análise semiótica.

Figura 12 - Imagem da publicação do jornal Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo

A imagem, apresentada na porção inicial da reportagem, trouxe em um primeiro momento um signo icônico que remete a uma casa. Este ícone se formou na primeiridade deixando em aberto uma possível segunda interpretação. Depois de um olhar mais atento, percebemos uma família em segundo plano, com uma imagem sem foco definido, porém permitiu identificar os principais elementos que indicam uma representação indicial. Um casal jovem com uma criança pequena, todos brincando sobre um tapete macio, em uma sala ampla e clara, cheia de iluminação natural. Os brinquedos coloridos, com cores vibrantes típicas de uma primeira infância. Os móveis estão colocados para proporcionar um conforto latente, a presença de uma planta de porte médio, que trouxe a sensação de bem-estar. Com isso, o signo casa foi capaz de representar, em sua secundidade indicial, todo o ambiente de convivência de uma família. A noção de família feliz como regra geral, desabrochou simbolicamente na imagem. Ancorada nos símbolos do lar, família, bem-estar, aconteceu a semiose na relação entre os signos icônicos, indiciais e simbólicos da imagem utilizada na reportagem. A publicação também trouxe um vídeo, que não foi objeto de análise para o contexto deste estudo<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Disponível em: [https://youtu.be/xlC5zjA\\_-R4](https://youtu.be/xlC5zjA_-R4). Acesso em: 20 de outubro de 2025.

Já a publicação “Novas regras do Minha Casa, Minha Vida devem começar em maio, diz ministério”<sup>25</sup>; do portal R7, iniciou com características jornalísticas (Motta, 2004). O texto trouxe as informações que o conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aprovaria as novas medidas do programa, além de detalhar as medidas, com os novos limites e taxas de juros. Ao avançar, o texto vai adquirindo contornos comerciais, quando um especialista em mercado imobiliário é chamado a opinar, além do CEO da empresa BRZ Empreendimentos. As duas pessoas que foram ouvidas elencaram aspectos bastante otimistas como, por exemplo, acesso imediato a mais de 120 mil famílias ao programa, recurso de R\$ 15 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal, totalizando R\$ 30 bilhões injetados no crédito imobiliário, fortalecendo todo o mercado.

Já caminhando para o final, o texto se mostrou técnico, demonstrado pelas abordagens explicativas às faixas 1, 2, 3 e 4<sup>26</sup>, com ênfase na nova faixa 4 e suas regras, foi tratado do orçamento previsto para o programa. O texto detalhou de forma bastante didática como cada família se encaixa nas faixas, regras, taxas de juros, e nesse momento percebe-se semelhanças às características da narrativa utilitária (Benjamin, 1987).

A publicação termina com um breve histórico do PMCMV, desde seu lançamento em 2009, destacando que oito milhões de famílias tiveram acesso ao sonho da casa própria. Aqui foi acessado diretamente a ideia de imaginário social como excedente de significação, proposto por Silva (2020). Nas cinco linhas finais, o texto resgatou o sonho da casa própria, utilizou o termo moradia e relacionou tudo isso com as oito milhões de famílias atendidas. O imaginário se apresentou dando um sentido agregado, maior, à casa, uma significação simbólica que extrapolou as paredes físicas de um mero imóvel.

A análise de sentimentos baseado na frequência das palavras, apontou para uma predominância de palavras que foram classificadas com percepção de sentimento negativo. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 4 vezes ao longo do texto, já a palavra “família” 14 vezes, com 1 ocorrência surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 2 vezes, a palavra “governo” 3 vezes e a palavra “regra” 2

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/novas-regras-do-minha-casa-minha-vida-devem-comecar-em-maio-diz-ministerio-18042025/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

<sup>26</sup> Faixa 1: Renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.850, com subsídio de 95%. Taxa de juros do financiamento varia de 4% a 5% ao ano.

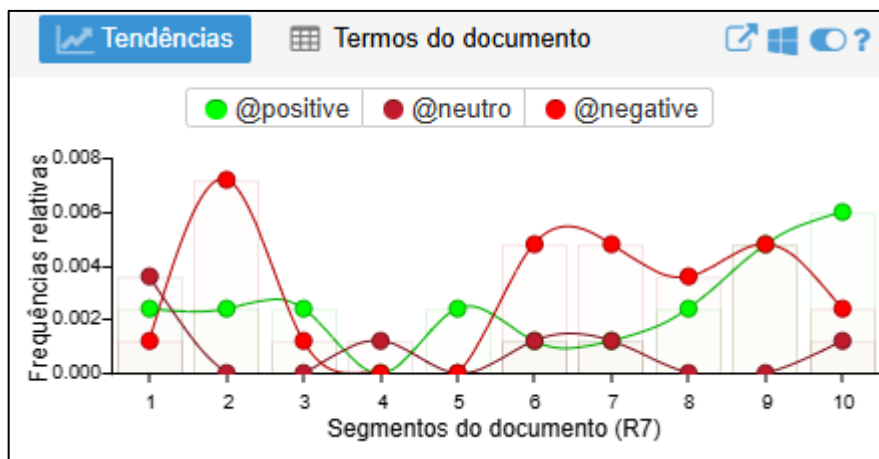
Faixa 2: Renda bruta familiar mensal de R\$ 2.850,01 até R\$ 4.700, com subsídio de até R\$ 55 mil. Taxa de juros do financiamento varia de 4,75% a 7% ao ano.

Faixa 3: Renda bruta familiar mensal de R\$ 4.700,01 até R\$ 8.600. Taxa de juros do financiamento pode chegar a 8,16% ao ano.

Faixa 4: Renda bruta familiar mensal entre R\$ 8.000,00 e R\$ 12.000,00 Taxa de juros do financiamento pode chegar a 10% ao ano.

vezes. O polo negativo se mostrou com “taxa” 8 vezes, “financiamento” 12 vezes e “juros” 5 vezes. Como demonstra a figura 13

Figura 13 - Análise de sentimentos, portal R7



Fonte: Criação nossa

A imagem utilizada pela reportagem foi obtida a partir do ministério das cidades, conforme mostra a figura 14, e foi objeto da análise semiótica.

Figura 14 - Imagem da reportagem do portal R7



Fonte: Site do Ministério das Cidades

Apesar do texto nos trazer, de modo geral, uma percepção bastante otimista, a imagem utilizada não explorou tais aspectos em sua maior potencialidade. A imagem apresentada no início da reportagem, trouxe em um primeiro momento um signo icônico que remete a um bairro pequeno, um conjunto de casas com características semelhantes, onde se formou a primeiridade. Com poucas características relevantes, a imagem pede uma segunda observação, um pouco mais cuidadosa. A secundidade se formou a partir das características das casas. Todas as casas apresentaram aspectos que nos leva a uma representação sógnica de casas novas, recém-construídas. A presença de árvores e um campo verde ao fundo, resgata os signos da percepção de bem-estar e integração com a natureza, por meio de uma relação indicial. Porém a ausência de pessoas ou qualquer elemento que nos desse pistas que estas residências estavam habitadas, causou uma percepção de frieza e pouca humanidade em suas relações sógnicas. A conexão do signo icônico que determinou outro signo indicial, produziu uma semiose que mediou o surgimento de um terceiro signo simbólico, que representou acesso, possibilidade, realização do sonho da casa própria pelo MCMV. A parte final do texto conseguiu estabelecer a semiose potente mediada pelo MCMV, na medida em que estabelece relações entre “oito milhões de famílias”, “acesso ao sonho da casa própria”, “acesso facilitado à moradia”, “condições especiais para diferentes perfis de renda e necessidades”.

A publicação também trouxe um vídeo, que não foi objeto de análise para o contexto deste estudo<sup>27</sup>.

Já na publicação “Minha Casa, Minha Vida terá faixa para classe média: veja as novas regras para financiamento com FGTS”<sup>28</sup>, do jornal Estadão, verificamos um texto bastante técnico, sem vieses políticos ou comerciais. Dessa forma prevaleceu uma narrativa com características jornalísticas (Motta, 2004). Entretanto, o texto traz proximidade à narrativa utilitária (Benjamin, 1987), na medida em que a reportagem detalha, explica e direciona o leitor cidadão. Ao destacar que somente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal seriam operadores das faixas 1, 2 e 3, por exemplo, o texto já direciona o interessado para uma dessas duas instituições financeiras.

Pelo fato de ser um texto técnico, se tornou frio e seco. Não conseguimos identificar alguma manifestação que provocasse o imaginário social.

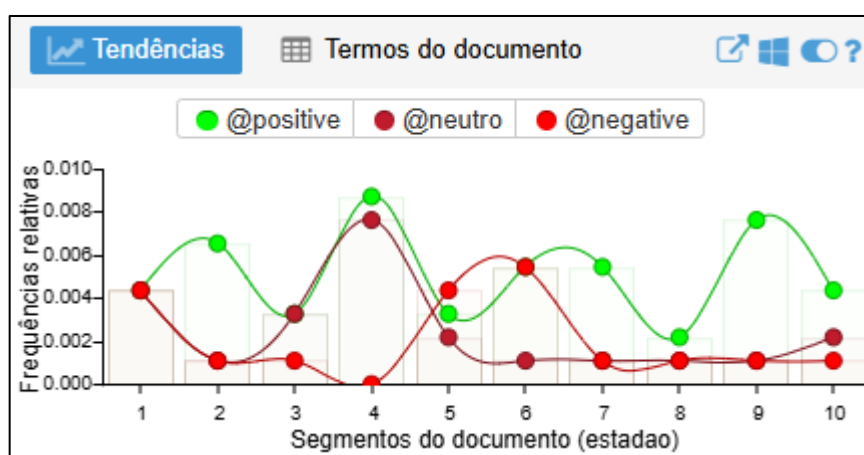
---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-24h/boletim-jr-24h/video/conselho-do-fgts-aprova-ampliacao-do-minha-casa-minha-vida-para-a-classe-media-16042025/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/ultimas/minha-casa-minha-vida-classe-media-imeis-ate-500-mil-com-fgts/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

A análise de sentimentos baseado na frequência das palavras, apontou para uma predominância de palavras que foram classificadas com percepção de sentimento positivo. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 21 vezes ao longo do texto, já a palavra “família” 15 vezes, com 4 ocorrências surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 2 vezes, a palavra “governo” 9 vezes e a palavra “regra” 1 vez. O polo negativo se mostrou com “taxa” 4 vezes, “financiamento” 11 vezes e “juros” 3 vezes. Como demonstra a figura 15

Figura 15 - Análise de sentimentos, Jornal O Estado de São Paulo



Fonte: Criação nossa.

A imagem utilizada pela reportagem foi selecionada de um banco de imagens, *Adobe Stock*, conforme mostra a figura 16, e foi objeto da análise semiótica.

Figura 16 - Imagem da reportagem do Jornal O Estado de São Paulo



Fonte: O Estado de São Paulo

A imagem escolhida pela reportagem, destacou um enquadramento muito próximo de uma chave, sem possibilidades de examinar os arredores do foco central. Esta imagem produziu um signo ícone de uma chave com um chaveiro. Em um segundo momento, porém, surgiu o signo índice que permitiu despertar a ideia de acesso à casa própria, a posse. Observamos que surge o símbolo do MCMV facilitador do acesso à moradia.

A publicação “Em entrevista, ministro detalha novo Minha Casa, Minha Vida para classe média”<sup>29</sup>, da Secretaria de comunicação da Presidência da República, apresentou características bastante políticas na medida em que faz referência ao ministro do ministério das cidades e o presidente da república pelos seus nomes próprios. O texto aborda uma entrevista do ministro ao programa Voz do Brasil.

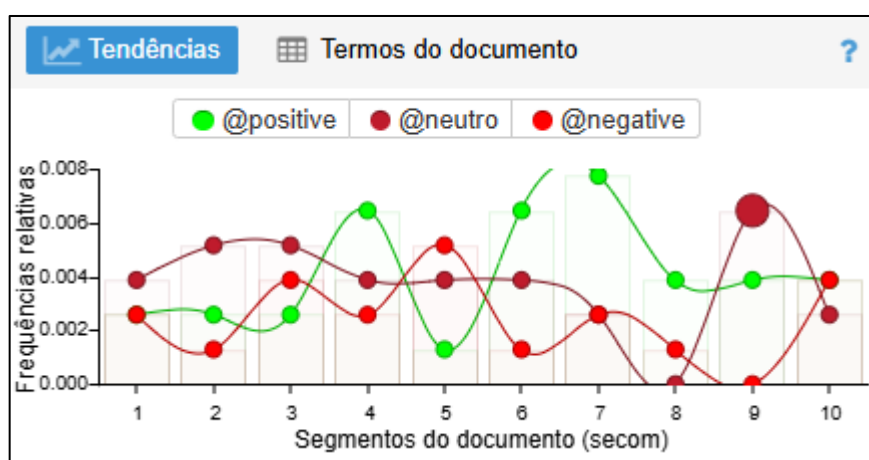
Características técnicas, além das políticas, estão presentes ao longo de todo o texto, levando a uma classificação de narrativa jornalística (Motta, 2004), entretanto, apesar de ser uma entrevista, não identificamos o caráter utilitário na narrativa apresentada.

A relação estabelecida pelo entrevistado, entre a “diminuição a taxa de juros”, “aumento do número de parcelas”, “parcelas mais suaves” e “realizar o sonho da casa própria”, acessou o imaginário social (Silva, 2020), do fantástico do cotidiano. Criou-se no imaginário a presença de um ser com poderes fantásticos capaz de conectar “juros baixos”, “prazo longo”, “parcelas suaves” e a “realização do sonho” como num passe de mágica.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/em-entrevista-ministro-detalha-novo-minha-casa-minha-vida-para-classe-media>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

A análise de sentimentos baseado na frequência das palavras definidas observamos a alternância dos sentimentos ao longo do texto, variando entre neutro ou positivo. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 3 vezes ao longo do texto, já a palavra “família” 10 vezes, com 18 ocorrências surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 2 vezes, a palavra “governo” 13 vezes e a palavra “regra” 18 vezes. O polo negativo se mostrou com “taxa” 4 vezes, “financiamento” 11 vezes e “juros” 4 vezes. Conforme mostra a figura 17.

Figura 17 - Análise de sentimentos, SECOM



Fonte: Criação nossa.

Para análise semiótica, a imagem utilizada na reportagem é uma fotografia cuja autoria é de Ricardo Stuckert, conforme mostra a figura 18.

Figura 18 - Imagem da reportagem da SECOM



Fonte: SECOM

Apesar do caráter técnico e político, que fez o texto mais pobre em narrativa, a imagem escolhida, por sua vez, trouxe uma riqueza de elementos para analisarmos. A fotografia traz imediatamente o signo icônico de um lindo amanhecer. Em sua secundidade se estabelecem as muitas relações presentes na fotografia, o sol brilhante surgindo entre um céu azul e uma área verde natural, representou um início cheio de luz de força e poder. Essa aura envolve o conjunto habitacional, onde repousam seus moradores, já que os veículos estão estacionados e não há pedestres transitando naquele momento. Observamos que os imóveis são novos, pois a pintura não apresenta os sinais do tempo. Em um terceiro momento se cristalizou a noção de um lugar onde vivem pessoas felizes, integradas com a natureza, com toda a infraestrutura necessária para ter uma vida digna, pois há presença de reservatórios de água, fiação elétrica, iluminação pública, antenas, provavelmente de TV e Celular. A imagem se transformou em um símbolo de conquista, bem-estar, ascensão.

Já a publicação “Minha Casa, Minha Vida: veja como ficam as regras do programa com nova 'Faixa 4' para a classe média”<sup>30</sup>, do portal G1.com, apresentou um texto técnico.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/minha-casa-minha-vida-veja-como-ficam-as-regras-do-programa-com-nova-faixa-4-para-a-classe-media.ghtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

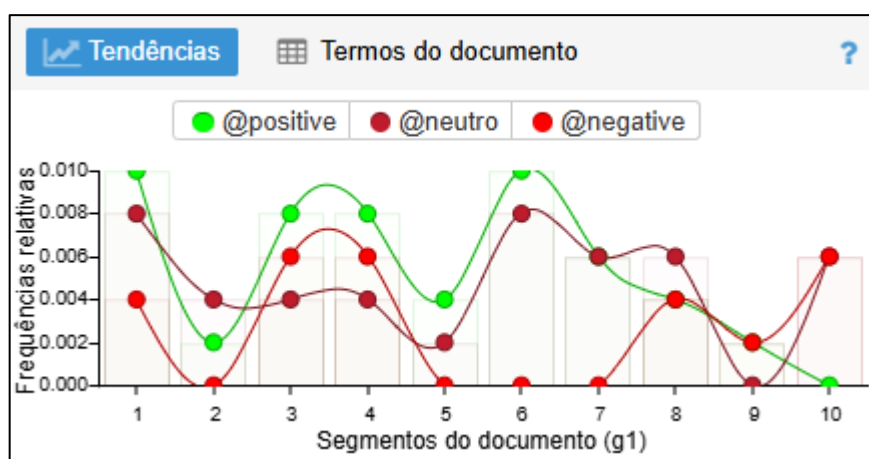
A publicação iniciou com um caráter informativo, jornalístico (Motta, 2004), o texto informou sobre o lançamento de uma nova faixa de renda para atendimento dos interessados, a faixa 4. Em seguida o texto detalhou a faixa 4, com valores de renda familiar para ter acesso ao PMCMV, taxas de juros, prazos de financiamento.

Já na metade da publicação, o texto adquiriu um viés político na medida que afirma sobre um novo aceno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à classe média, um ano antes das eleições presidenciais marcadas para 2026.

Já caminhando para o final, o texto voltou a ser técnico, detalhando e explicando as faixas 1, 2 e 3. Vale ressaltar que o texto não despertou qualquer imaginário social, Silva (2020), nem tampouco trouxe o caráter utilitário, Benjamin (1987).

No resultado da análise de sentimentos baseado na frequência das palavras definidas, observamos a predominância dos sentimentos positivos ao longo do texto. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 5 vezes ao longo do texto, já a palavra “família” 13 vezes, com 1 ocorrência surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 1 vez, a palavra “governo” 7 vezes e a palavra “regra” 3 vezes. O polo negativo se mostrou com “taxa” 2 vezes, “financiamento” 5 vezes e “juros” 3 vezes. Conforme mostra a figura 19.

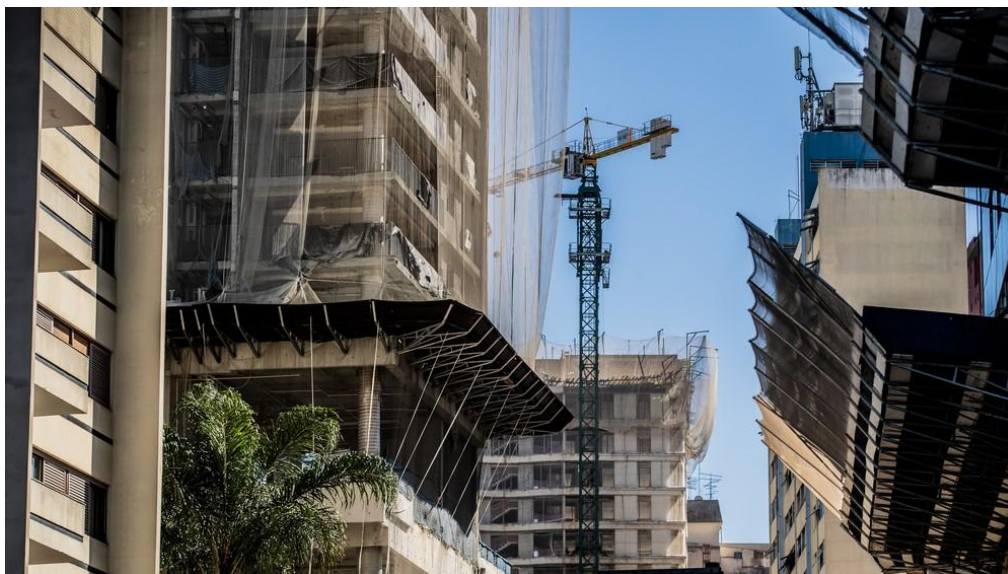
Figura 19 - Análise de sentimentos portal G1



Fonte: Criação nossa.

Para análise semiótica, a imagem utilizada na reportagem é uma fotografia cuja autoria é de Luiz Franco, conforme mostra a figura 20.

Figura 20 - Imagem da reportagem do portal G1



Fonte: G1.

A imagem escolhida para reportagem está alinhada com o perfil técnico do texto. Num primeiro momento percebemos o signo ícone, que trouxe a frieza das obras. Em um segundo momento o signo indicial apontou para pujança do setor imobiliário, em franco crescimento. Nos pareceu uma representação de algo positivo, algo bom, que poderia movimentar a economia local e gerar empregos, percebemos três grandes obras captadas pelo enquadramento da fotografia. Em contraste com a representação positiva, o excesso de concreto e a predominância de tons de cinza, aliado com a ausência de vida humana, apesar do céu azul e de uma palmeira que estão na imagem, nos causou certa angústia, um sentimento negativo. Por fim, um terceiro signo na formação da semiose surgiu estabelecendo uma noção geral da relação simbólica entre obras e desenvolvimento como algo positivo.

A publicação também trouxe dois vídeos, que não foram objetos de análise para o contexto deste estudo<sup>31</sup>.

Quando foram analisadas as seis publicações em conjunto, observamos que na aplicação da teoria dos actantes, proposta por Gomes (2017), os elementos lógicos manifestaram relações que floresceram à consciência, relações semi-inconscientes entre os actantes, protagonista, antagonista, coadjuvante e sociedade. Podemos extrair do texto uma relação de desejo, quando se estabeleceu uma relação de contradição entre a sociedade e o coadjuvante. A sociedade (aqui

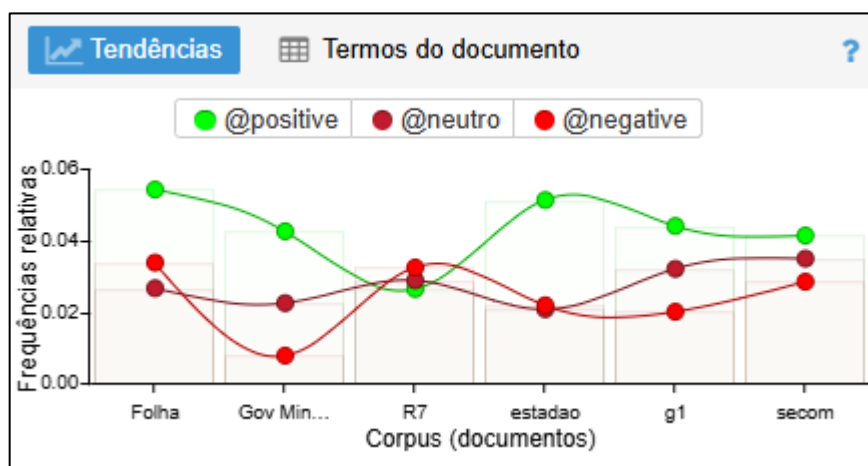
---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/minha-casa-minha-vida-veja-como-ficam-as-regras-do-programa-com-nova-faixa-4-para-a-classe-media.ghtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

simbolizada pelo leitor, cidadão) se relaciona com o coadjuvante (aqui representado pelo PMCMV), essa relação pode tornar possível o acesso ao protagonista (a casa própria).

O resultado da análise de sentimentos baseado na frequência das palavras definidas, observamos a predominância dos sentimentos positivos quando comparados os textos. As palavras do polo positivo tiveram a seguinte contagem: “MCMV” apareceu 97 vezes ao longo dos textos, já a palavra “família” 83 vezes, com 67 ocorrências surgiu a palavra “moradia”. Já para o polo neutro, a palavra “cidade”, 42 vezes, a palavra “governo” 38 vezes e a palavra “regra” 39 vezes. O polo negativo se mostrou com “taxa” 27 vezes, “financiamento” 69 vezes e “juros” 23 vezes. Conforme mostra a figura 21

Figura 21 - Análise de sentimentos comparativa de todos os textos



Fonte: Criação nossa

Um ponto que mereceu destaque especial foi a construção do imaginário social que emergiu do algoritmo (Altieri, 2021), mostrou a reflexão sobre algoritmo como imaginário social. Desde o início das buscas no ambiente digital, fomos conduzidos pelos algoritmos que sustentam as ferramentas *google trends* e busca avançada do *google*. Se instalou em nosso imaginário a noção de confiabilidade. Em nenhum momento duvidamos ou questionamos os resultados apresentados pelo processamento algorítmico, tudo foi apresentado com muita lógica, muita coerência (Kahneman, 2012). Mesmo quando o primeiro resultado das buscas retornou mais de 10 milhões de ocorrências, facilmente o imaginário algorítmico tratou de justificar, “oras todas as prefeituras, estados, câmara de vereadores, secretarias municipais entre outros, compartilham da raiz gov.br”. Foi um processo aparentemente transparente, ficamos imersos em subjetividades e dificilmente nos damos conta que existe um algoritmo regendo nossas ações. Somente um olhar atento de um pesquisador foi capaz de detectar e investigar.

Cabe destacar a existência onipresente do imaginário como ambiente ou atmosfera (Silva, 2020), em perfeita coexistência com o algoritmo como imaginário proposto por Altieri (2021).

Por fim, o signo simbólico da confiabilidade do algoritmo se estabeleceu da semiose a cada interação praticada com um clic. Observamos o quão determinante foi a experiência colateral do interpretante nesse processo que não se fecha.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos para investigar a semiose na comunicação da política pública PMCMV, a partir da criação das narrativas e suas relações com o imaginário social brasileiro. Inicialmente, nossa investigação buscou compreender o panorama contemporâneo da narrativa em sociedade datificada e como isso levou a uma crise narrativa na visão de alguns teóricos. Contextualizamos a construção do imaginário social brasileiro em torno do sonho da casa própria, seu surgimento e como essa representação simbólica foi utilizada por governos e sociedade civil empresarial. Ancorados no suporte teórico-metodológico da semiótica peirceana, compreendemos a mediação narrativa na semiose do sonho da casa própria, como lugar de disputa de poder.

Nossa investigação mostrou a diferença sutil no processo de criação das narrativas quando analisamos as publicações on-line elaboradas pelo governo, comparadas àquelas criadas pelos veículos de mídia comerciais. Podemos observar nelas, os vieses políticos, comerciais, técnicos ou jornalísticos, que caracterizam a disputa de poder pela significação.

Observamos a construção dos imaginários sociais, tanto aqueles ligados ao valor simbólico da moradia ou lar, quanto os imaginários mais expostos aos impactos das tecnologias disponíveis, o algoritmo como imaginário social esteve presente em todo nosso processo de investigação. O imaginário do algoritmo nos envolveu de forma transparente e por vezes nos conduziu durante o percurso investigativo.

Entretanto, identificamos limitações que impactaram este trabalho assim como potencialidades que podem ser exploradas em trabalhos futuros.

### 5.1. Limitações e possibilidades

Nossa maior dificuldade surgiu devido ao grande volume de dados que encontramos na definição daquilo que integraria o *corpus*. Partimos de um universo de 10.378.030 resultados para a busca com o termo “minha casa, minha vida”, logo percebemos a inviabilidade em lidar com o volume encontrado. Nosso intuito sempre foi realizar uma investigação que pudesse resultar em análises mais profundas e detalhadas, o que nos levou a um processo de redução do escopo. Depois de vários ciclos de buscas, aplicando filtros cada vez mais restritivos, conseguimos chegar a um universo viável que fosse possível eleger algumas publicações para ser objeto de análise.

Considerando tal volume de dados, o tempo disponível tornou-se outro limitador, na

medida em que seria necessário a utilização de ferramentas automatizadas para analisar o conjunto selecionado. A limitação surgiu quando não havia tempo disponível para um estudo que nos levasse a uma ferramenta adequada ao estudo. Além de considerar a curva de aprendizagem necessária para nos habilitar ao uso.

Entretando, as limitações encontradas nos revelaram flagrantes potencialidades. Entendemos que um *corpus* robusto, como foi encontrado, carrega uma riqueza potencial incontestável. Com isso, se abrem diversas possibilidades para futuras investigações a respeito do mesmo tema.

Percebemos a necessidade premente de trabalhos acadêmicos nessa área, que pode levar a possíveis formas de interação governo-academia. Assim, inúmeros benefícios poderiam surgir quando observado o cidadão como centro dos estudos. Aquele que no final das contas é quem deveria utilizar uma política pública em toda sua potencialidade, começando por receber uma comunicação adequada, que pudesse levar em conta sua contemporaneidade e utilizar dos recursos tecnológicos disponíveis.

Um universo de possibilidades se abre quando notamos, por exemplo, que estudos de comunicação transmídia, no PMCMV, poderiam ser levados adiante, ou a utilização de inteligência artificial para apoiar a criação de uma comunicação personalizada com o cidadão.

Por fim, entendemos que há um caminho aberto para outros(as) pesquisadores(as) envidarem esforços com possíveis desdobramentos que podem surgir. Nesse sentido, analisar um universo maior de publicações selecionadas pode mostrar resultados diferentes que irão contribuir para novas conclusões e futuras eventuais proposições. Outro caminho possível seria uma análise somente dos textos, com suporte teórico-metodológico da semiótica discursiva. Ainda outra possibilidade pode ser uma análise do discurso baseada na linha de pensamento francesa, por compreender discursos escritos com propósitos textuais (Orlandi, 2009).

## REFERÊNCIAS

- AIETA, Vania Siciliano; DA COSTA, João Marcelo Sant'Anna. O dócil sonho da casa própria. **Pensar – Revista de Ciências Jurídicas**, v. 27, n. 1, p. 1-13, 2022.
- ALTIERI, Daniel Horacio Cabrera. O algoritmo como imaginário social. **NHENGATU revista ibero-americana para comunicação e cultura contra-hegemônicas**, v. 1, p. 125-145, 2021.
- ARISTOTELES. **Poética**, São Paulo: Edipro, 2011.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: **Imprensa Nacional**, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BARROS, Angerlania da Costa. Direito ou discurso? reflexões sobre o “sonho” da casa própria no brasil e em fortaleza-ce (1930-1974). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 11, n. 21, 2017.
- BARTHES, Roland [et al.]. **Análise estrutural da narrativa**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**, São Paulo, SP: Editora brasiliense, 1987.
- BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, p. 2-6, 08 jul. 2009.
- BRUNO, Fernanda. Rastros digitais na perspectiva ator-rede. **Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2012.
- BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos. **Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**, v. 26, n. 3, p. 1-21, 2019.
- CAMPANELLA, Bruno. Reconhecimento datificado em plataformas digitais: lógicas e implicações. **Civitas – revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 282-292, 2021.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**, São Paulo: Palas Athena Editora, 2023.
- COGO, Rodrigo. **Storytelling: as narrativas da memória na estratégia da comunicação**, São Paulo: ABERJE, 2016.
- ESCOSTEGUY, Camila Leite. **Minha Casa, Minha Vida? A construção do sonho da casa própria nas políticas habitacionais e produção de subjetividade**. 2019. 106 f. Dissertação (mestrado) - Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2019
- ESCOSTEGUY, Camila Leite; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; REIS, Carolina dos. Programa Minha Casa, Minha Vida, O sonho da casa própria e a construção do sujeito endividado. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 133-143, 2023.
- ESTÉVEZ, Reyna Sánchez. El significado de la casa. **CUADERNOS DEL DEC Departamento de Educación y Comunicación, Estudios de familias**. Tomo V, p. 87-104, 2018.

FELIX, Diego. 93% dos brasileiros que pagam aluguel sonham com a casa própria, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, 2025. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/01/93-dos-brasileiros-que-pagam-aluguel-sonham-com-a-casa-propria-diz-datafolha.shtml> >. Acesso em: 19 de março de 2025.

FOLLAIN, Vera. Narrativa e temporalidade na cultura midiática. **Revista Triade**, v. 5, n. 9, p. 128-139, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? a base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. *Revista Educação e Sociedade*, v. 40, p. 1-21, 2019.

GOMES, Luciana Andrade. **A função mediadora das hashtags no processo de impeachment de Dilma Rousseff**: semiose e transmídia. 2019. 289 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte MG, 2019

GOMES, Marcelo Bolshaw. A narrativa midiática: mediações dos acontecimentos. **Revista Triade**, v. 5, n. 10, p. 230-246, 2017.

HAN, Byung-Chul. **A CRISE DA NARRAÇÃO**. Petrópolis RJ: Vozes, 2023.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KNAFLIC, Cole Nussbaumer. **Storytelling com dados: um guia sobre visualização de dados para profissionais de negócios**, Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

KOPPER, Moisés. “Minha casa, Minha vida”: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo. **Horizontes Antropológicos**, n. 45, p. 185-215, 2016

LEAL, Bruno. **Textualidades midiáticas**, Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018.

LEMOS, André. Dataficação da vida. **Civitas – revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021.

LEWIS, Clive Staples. **Sobre Histórias**, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

MAGALHAES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczkó e Bourdieu. **Albuquerque - revista de história**, v. 8, n. 16, p. 92-110, 2016.

MANOVICH, Lev. O Banco de Dados. **Revista Eco-Pós**, v. 18, n. 1, p. 7-26, 2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação**, Petrópolis: Vozes, 2018.

MORA, Ernesto. Intriga e narrativa. Duas operações da imaginação social. **Gragoatá**, [S. l.], v. 21, n. 41, 2016. DOI: [10.22409/gragoata.v21i41.33414](https://doi.org/10.22409/gragoata.v21i41.33414). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33414>. Acesso em: 9 nov. 2025.

MORALES, Susana; NATANSOHN, Graciela. Imaginário social, ambientes digitais e algoritmos: da elucidação à criação de alternativas. **Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**, v. 31, p. 1-15, 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, [S. l.], v. 1, 2004. DOI: 10.30962/ec.8. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/8>. Acesso em: 9 nov. 2025.

NETTO, j. Teixeira Coelho. **Semiótica, Informação e Comunicação**, São Paulo: Perspectiva, 1980.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Introdução à semiótica**, São Paulo: Paulus, 2021.

NÖTH, Winfried; GURICK, Amaral. A teoria da informação de charles s. peirce. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**. V. 5, n.1, p.4-29, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PAULINO, Vicente. A casa como espaço familiar e espaço social: um estudo semiótico do espaço. In Negro, Francesca (org.), **Público privado: o deslizar de uma fronteira**, Ribeirão: Húmus, pp.119-134, 2012.

PEIRCE, Charles Sanders. A fixação da crença. **Popular Science Monthly**, v. 12, p. 1-15, 1877.

PESTANA, Bento. Como o sonho da casa própria se afasta da classe média brasileira. **Jornal Nexo**, 2025. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2025/08/02/sonho-casa-propria-se-afasta-classe-media-expectativa-comprar-imovel-permanece-boomers-geracao-z>>. Acesso em: 19 de março de 2025.

PINTO, Julio. Semiótica e Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n.1, p. 87-92, 1996.

POEL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, Jose. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, p. 24-44, 2017.

SANTAELLA, Lucia; KAUFMAN Dora. Os dados estão nos engolindo? **Civitas – revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 214-223, 2021.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**, São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**, São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**, São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTANO, Ana Claudia. As narrativas e as necessidades: o sistema eletrônico de votação brasileiro a partir de uma análise de política pública. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, v. 22, n. 88, p. 75–101, 2022. DOI: [10.21056/aec.v22i88.1587](https://doi.org/10.21056/aec.v22i88.1587). Disponível em: <https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1587>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SCHWEIZER, P. J.; JUNIOR, W. P. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 54 a 69, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7839>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SILVA, Juremir Machado da. Cinco versões de imaginário. **Memorare**, v. 7, n. 3, p. 8-14, 2020.

SILVA, Juremir Machado da. **Diferença e Descobrimento. O que é o Imaginário?**, Porto Alegre, Meridional, 2017.

SILVA, Polyana Inácio Rezende. Dinâmicas comunicacionais na representação da vida cotidiana instagram: um modo de narrar sobre si, fotografar ou de olhar para se ver. **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 2012.

SILVA, Maria Eduarda Ramos da; SERRANO, Paulo Henrique Souto Maior. Análise de sentimentos em textos de redes sociais: uma comparação entre o ChatGPT e métodos tradicionais. **Cadernos de Comunicação UFSM**, v. 3, n. 27, p. 1 a 20, 2023.

SOUZA, Licia Soares de. Contribuições da Semiótica de Peirce para os estudos da narrativa. **Caligrama (São Paulo. Online)**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2006. DOI: [10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64589](https://doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64589). Disponível em: <https://revistas.usp.br/caligrama/article/view/64589>. Acesso em: 9 nov. 2025.

THÉ, Raul da Fonseca Silva; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. A abordagem narrativa como recurso avaliativo de políticas públicas. **Sociologias Plurais**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2019. DOI: [10.5380/scplpr.v5i1.68203](https://doi.org/10.5380/scplpr.v5i1.68203). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/68203>. Acesso em: 9 nov. 2025.

TEIXEIRA, Thayane; GONZÁLEZ, Ivan. Moradia por demanda. Um fenômeno nascente. **Revista Boletim do Gerenciamento**, v. 36, n. 36, p. 21-33, 2023

VAN DIJCK, Jose. Datificação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

VAN DIJCK, Jose. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **Matrizes**, v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017.